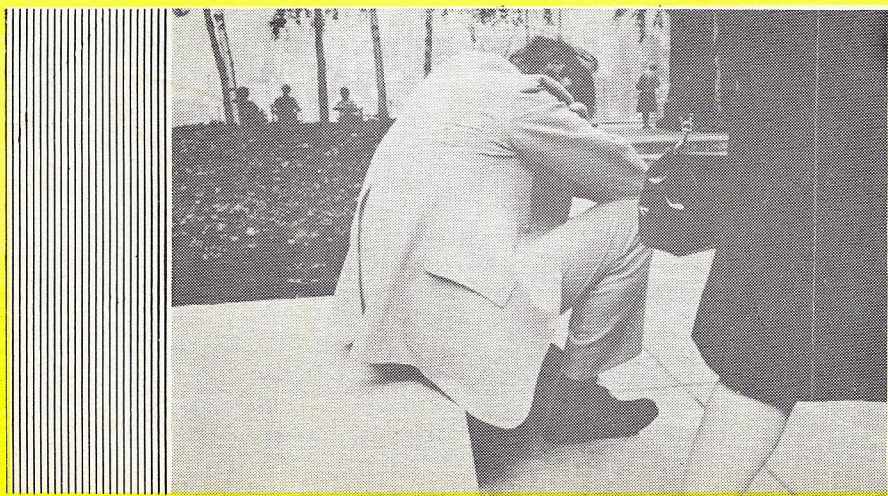


# política e trabalho

abril 1985



**mcs**

mestrado em ciências sociais

**1.4**

# sumário

APRESENTAÇÃO	5
Francisco Foot Hardmann	
GRAMSCI E A LITERATURA	7
Elimar Nascimento	
O PROCESSO DE "COLONIZAÇÃO" EM MOÇAMBIQUE	16
Mauro Guilherme Pinheiro Koury	
AÇÚCAR E DOMINAÇÃO	27
Monclar Eduardo Valverde	
A TAUTOLOGIA DA NECESSIDADE	37
Antonio Albino Canelas Rubim	
O I CONGRESSO DOS TRABALHADORES BAIANOS	49
Michael Zaidan Filho	
PEQUENA BURGUESIA E REFORMISMO SOCIAL	60
Maria de Fátima Gomes de Lucena	
NOTAS SOBRE O CONCEITO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO SOBRE O CAPITAL	76
João Roberto Lavieri	
A POLÍTICA HABITACIONAL E A CLASSE TRABALHADORA	81

## resenhas

- A ESTRATÉGIA DA RECUSA: Análise das Greves de Maio-78/Amnéris Maroni — Mauro Koury;  
CAMINHOS PERCORRIDOS/Heitor Ferreira - Albino Rubim  
O CONTROLE FABRIL: Poder e autoridade do Capital/André Laino - Ivo Ferreira Brito

## pesquisas

- IMPRESA PROLETÁRIA NO NORDESTE - 1889-1930/José David Campos Fernandes  
MAPEAMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA PARAÍBA (1900-1980)/Mauro Guilherme Pinheiro Koury  
FONTES PARA A HISTÓRIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO NORDESTE (1889-1980)/Mauro Guilherme Pinheiro Koury et alii  
A POLÍTICA CULTURAL DOS MARXISTAS NO BRASIL/Antonio Albino Canelas Rubim

universidade federal da paraíba  
centro de ciências humanas, letras  
e artes

mestrado em ciências sociais.

**ABRIL DE 1985**

### **Expediente**

**Conselho Editorial:** *Antonio Albino Canelas Rubim, Mauro Guilherme Pinheiro Koury e José Arlindo Soares.*

**Programação Visual:** *José David Campos Fernandes*

**Endereço para correspondência:** *Mestrado de Ciências Sociais, CCHLA, UFPb. Cidade Universitária – João Pessoa – Paraíba – 58000.*

# apresentação

## APRESENTAÇÃO

Esta é e não é a nova revista do Mestrado de Ciências Sociais da UFPb. **Política e Trabalho** continua e transforma **Textos em Debate**, publicação anterior do Mestrado. Continua porque mantém uma série de preocupações teórico-políticas de TD, mas transforma superando sua forma/conteúdo. Com a "nova" revista esperamos prioritariamente discutir criticamente temas e problemas que estejam envolvidos na/ pela linha central do nosso Mestrado: Política e Trabalho. Daí o título da "nova" revista do Mestrado.

Com este primeiro/quarto número pretendemos estar quebrando o tabu de desaparecimentos das revistas acadêmicas e estar servindo de canal para visões plurais e críticos das questões de política e trabalho.

1000

1000

# gramsci e a literatura

Francisco Foot Hardman

“A relação artística mostra, particularmente na filosofia da praxis, a fátua ingenuidade dos papagaios que acreditam possuir, numas poucas fórmulas estereotipadas, a chave para abrir todas as portas (chaves estas conhecidas como ‘gazuas’) (A. Gramsci, *Literatura e vida nacional*, Rio, Civ. Bras., 1968, pp. 4-5).

7

A leitura de *Literatura e vida nacional*<sup>★</sup> enfrenta os mesmos problemas que aparecem em toda a obra de Gramsci, como resultado das condições precárias e adversas em que foi produzida: por um lado, as idéias abundantes, e por outro, a falta de documentação, a censura e constantes pressões que acompanharam sua condição de encarcerado acabaram contribuindo para configurar um conjunto peculiar de características estruturais e estilísticas de sua obra. Assim, tem-se o caráter fragmentário de seu texto, anotações inacabadas, como um grande rascunho que esperava ser retrabalhado. Do mesmo modo, nota-se a luta do autor contra o tempo, a pressa em dizer o que a repressão e a saúde poderiam impedir de ser dito a qualquer instante: a coragem de assumir o risco de uma palavra segmentada contra o silêncio que a morte lenta precipitava. Aqui, a forma do texto de Gramsci assume um caráter de construção elíptica, as vírgulas se somam: o “etcétera”, repetido inúmeras vezes, é o sinal mais claro dessa luta entre tempo e vontade; frente à compulsão do silêncio, a verdade, querendo ser dita, permanece na sombra desse instante subentendido.

★ *Este artigo é uma versão ligeiramente modificada de um seminário apresentado durante o curso do professor Antonio Cândido, na Pós-Graduação da F.F.L.C.H. da USP, intitulado: “Leitura ideológica dos textos literários”, realizado em 1975.*

Nesse quadro, a leitura de *Literatura e vida nacional*, como de toda obra gramsciana, aparece como um desafio, imitação pequena e apagada do desafio enfrentado pela própria criação do autor; é uma leitura que se revela como aventura de descoberta, na tentativa de composição "arqueológica" dos fragmentos. "Os temas se entrelaçam, surgem, desaparecem, terminam subitamente, reaparecem."<sup>1</sup> E nesse tortuoso percurso, a tentativa de enquadramento ou de esquematização torna-se praticamente inviável: fica como um desejo também tolhido pelas condições concretas do texto. Mas talvez, nesta fuga a um "esquema acabado", a uma "estrutura" plenamente articulada, revelese um dos planos de maior fecundidade do texto de Gramsci: sua "abertura" (como modernamente se diz), ou em outras palavras, as inúmeras possibilidades de sua exploração hermenêutica (limitadas, é claro, pelos marcos teórico-práticos mais abrangentes de sua obra: o marxismo). E neste jogo intrincado de aparições-desaparições-reaparições, permanece estendida no texto uma imensa rede de múltiplas pistas e sugestões para o entendimento dos fenômenos literários e culturais, tanto em sua especificidade própria, quanto em suas relações mais amplas com a sociedade e a história. Assim, o fragmentário apela a um esforço de construção exploratória, onde a seleção e combinação de trechos deve ser tentada dentro de critérios analíticos e interpretativos que impeçam, o quanto isto é possível, a redução ou deformação das linhas gerais constituintes do pensamento de Gramsci.

Em nossa leitura de *Literatura e vida nacional* selecionamos dois grupos de problemas que acreditamos ser relevantes numa tentativa de interpretação das colocações de Gramsci com respeito às artes em geral e à literatura em particular:

1 — as noções de literatura "nacional-popular" e "folclore": alguns elementos, relações e problemas apontados em torno;<sup>2</sup>

2 — o problema da crítica literária (e estética) gramsciana: algumas propostas teóricas e suas relações com a crítica política e com a luta cultural.<sup>3</sup>

Poder-se-ia adiantar que, em geral, as preocupações de Gramsci aproximariam aparentemente o seu trabalho de uma "sociologia da literatura" marxista e, em certo sentido, "tradicional" (enquanto não-elaborada sistematicamente com instrumentos formais específicos de análise literária). Ou seja, estaria mais ou menos presente uma postura heterotélica que vê a literatura somente em função do momento histórico-social ou apenas em função da luta política e cultural pela construção de uma nova hegemonia. Nesta tendência, aparece, por exemplo, o privilegiar do conteúdo em detrimento da forma (op. cit., p. 65), a subordinação da arte em relação à cultura e à história (p. 24) ou a ênfase no "êxito editorial" (público leitor mais editores) como crité-

rio de seleção do material para a crítica estética (p. 22), proposta que se aproxima da chamada "sociologia do público".

Porém, por trás, digamos, dessa "atmosfera" geral e muitas vezes recorrente de visão heterotética (talvez, inevitável, em função do caráter concreto e explícito de luta ideológica e política do autor, do tom polêmico e provocativo de seu discurso — o qual tinha como interlocutores imediatos os intelectuais italianos da tradição clerical e do fascismo), 4 acabam por despontar sinais de proposta altamente inovadora e fértil, em relação ao tratamento dos fenômenos literários e estéticos. Esses indicadores poderiam ser retomados e desenvolvidos sem entrar em choque com a teoria política do autor. Pelo contrário, haveria integração coerente, à que toda sua teoria é inovadora, nos marcos do pensamento marxista ou no papel decisivo atribuído aos intelectuais como articuladores do bloco histórico acarreta uma concepção revalorizada da importância do âmbito cultural (e dentro dele, a criação artística) e ideológico (em sentido amplo: sistema de valores) na compreensão da sociedade e em sua transformação. É sobre a busca deste lado original que nossa leitura se orienta.

As referências ao "nacional-popular" são tratadas, em Gramsci, à luz concreta da literatura italiana e centrando-se no exame do "gosto popular". Ele está preocupado em ressaltar, em geral, o abismo existente, na Itália, entre os intelectuais e o povo, os primeiros não representando as aspirações populares que são também, em última análise, aspirações nacionais.<sup>6</sup> Ao polêmizar contra o periódico "Crítica Fascista" (cf. p. 103) que se lamentava das edições italianas crescentes de "romances de folhetim" franceses (p. ex., *O Conde de monte Cristo* e *José Bálamo*, de A. Dumas; *Calvário de uma Mãe*, de P. Fontenay), Gramsci afirma que a procura de autores franceses pelo público italiano não é uma "falha" em si: ela é apenas reveladora da distância entre intelectuais e povo-nação. A ausência de uma literatura popular é também a ausência de uma literatura italiana "autêntica". A crítica de Gramsci se dirige aos intelectuais e aos escritores, ao caráter elitista de sua produção.

Gramsci reconhece parcialmente a "deterioração" das aspirações coletivas e do gosto popular pela tradição da ideologia dominante e pelo empobrecimento do senso comum, em particular, ao tratar do gosto "melodramático" e de sua força nas camadas populares (cf. pp. 74-77). Mas levanta exemplos em contrário, para enfatizar a existência possível de plena compatibilidade entre "grande arte" e "gosto popular" (p. ex.: Shakespeare, no teatro — cf. p. 115; Verdi, Puccini, Mascagni, na música — cf. p. 93; tragédias gregas clássicas — Ésquilo, Sófocles — e romancistas russos — Tolstói, Dostoiévski, na literatura — cf. p. 124).



Nesta perspectiva, todas as referências em torno dos “netos do padre Bresciani” (cf. parte IV, pp. 139-65), do romance policial (C. Doyle, E.A. Poe e outros, pp.117-ss), do romance “geográfico-científico” de J. Verne (p. 116), das “biografias romanceadas” (p. 113), dos diversos tipos de romance e teatro popular (pp. 112-ss) e folhetins (p. 123) estão ligadas à preocupação de ressaltar o distanciamento entre o “popular” e os intelectuais. Mesmo quando a intenção em relação aos “humildes” aparece na literatura, ela sempre carrega, segundo Gramsci, um ranço elitista e paternalista.<sup>7</sup>

Esta postura anti-elitista fica mais clara nas colocações de Gramsci sobre o “folclore” (cf. pp. 183-85) que tentam afastar os clichês ideológicos do “pitoresco” ou do “antigo”. O “folclore” revela-se como uma... ‘concepção do mundo e da vida’, em grande medida implícita, de determinados estratos... da sociedade, em contraposição... com as concepções do mundo ‘oficiais’ (ou, em sentido mais amplo, das partes cultas das sociedades historicamente determinadas) “... (p. 184); apresenta-se como algo dinâmico e contraditório, atual e moderno, incorporando elementos do pensamento e ciência dominantes. É interessante notar como, em Gramsci, não existe uma ruptura essencial entre a filosofia erudita e o “folclore”: há um mesmo “continuum” que percorre do mais elaborado ao não-elaborado, do coerente e sistemático ao 10 ambíguo e contraditório.<sup>8</sup> É neste sentido que ...“ cada homem tem uma certa atividade intelectual e é, por conseguinte, um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa numa concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, ou seja, contribui para sustentar ou modificar uma concepção do mundo, para suscitar novos modos de pensamento.”<sup>9</sup>

Nesta linha, Gramsci atenta para a necessidade de recuperação do “folclore” e dos elementos da “cultura popular” pelos estudiosos, críticos e militantes. Não se trata simplesmente de revalorizar apologética ou populisticamente o “folclore”, sob pena de revalorizarmos tão somente um dos ramos particulares da ideologia dominante. Trata-se de analisar a ambiguidade e contradição do “folclore”, o seu caráter híbrido, e tentar ver aí os sinais de um “grito abafado”: um grito que se vestiu de uma manta que o silenciou, amarrando ao mesmo tempo esta manta. O “folclore” seria, então, simultaneamente, a desagregação dos valores da ideologia dominante e a deformação de uma concepção de mundo “autônoma” das classes subalternas.

Acreditamos que a análise de Gramsci ficaria mais proveitosa se se distinguisse entre o que seja uma “cultura popular” (manifestação autônoma) e uma “cultura de massas” (ligada aos mecanismos de difusão da ideologia dominante via indústria cultural).<sup>10</sup> Queremos sugerir que o conceito de “nacional-popular” visto na perspectiva quase exclusiva do “gosto popular”, isto é, da aceitação do público, poderia levar a que se confundisse, no limite,

aquelas duas noções (“popular” X “de massas”), valorizando como popular o que não passa de imposição massificante. Gramsci chega a apontar para esta questão, ao se referir ao canto popular, sublinhando, inclusive, a heterogeneidade básica da categoria “povo”.<sup>11</sup> É, pois, partindo-se de uma concepção própria, autônoma e *particular* do mundo que se pode chegar à *generalidade* do “nacional-popular”, no movimento dialético de luta cultural e de criação de uma nova hegemonia. A mera popularidade, isto é, a aceitação em massa de determinada obra, não assegura que ela possua exatamente aquela *particularidade* (condição *sine qua non* para sua *universalização* e criação de um novo mundo).

Em Gramsci distinguem-se três momentos distintos e organicamente articulados: a – o momento da *crítica estética* (“crítica e história da arte”); b – o momento da *crítica política* (ou “crítica dos costumes”); c – o momento de síntese dialética de a e b, através da *luta cultural* (fusão necessária no movimento da “filosofia da praxis”).<sup>12</sup> A este respeito, Gramsci ressalta:

“Dois escritores podem representar (expressar) o mesmo momento histórico-social, mas um pode ser artista e o outro simples *borra-botas*. Esgotar a questão limitando-se a descrever o que ambos representam ou expressam socialmente, isto é, resumindo, mais ou menos bem, as características de um determinado momento histórico-social, significa nem sequer aflorar o problema artístico. Esta descrição pode ser útil e necessária... mas num outro campo: no campo da crítica política, da crítica dos costumes...; não é crítica e história da arte e não pode ser apresentada como tal”... (p. 5)

11

A partir dessa diferenciação de termos, Gramsci privilegia o momento de síntese da *luta cultural*:

“Deve-se falar de luta por uma nova cultura, isto é, por uma nova vida moral, que não pode deixar de ser intimamente ligada a uma nova intuição da vida, que chegue a se tornar um novo modo de sentir e de ver a realidade e, consequentemente, um mundo intimamente relacionando com os ‘artistas possíveis’ e com as ‘obras de arte possíveis’”. (p. 8).

Neste sentido, é no terceiro momento, segundo Gramsci, que se deve configurar de forma integrada uma crítica estética própria à filosofia da praxis; dialeticamente, o momento da luta cultural é o da superação-conservação dos dois momentos “anteriores”:

“o tipo de crítica literária próprio à filosofia da praxis... deve fundir a luta por uma nova cultura, isto é, por um novo humanismo, a crítica dos costumes, dos sentimentos e das concepções do mundo, com a crítica estética ou puramente artística; deve realizar esta fusão com fervor

apaixonado, ainda que na forma de sarcasmo." (p. 6)

Assim, teoricamente, os princípios gramscianos em relação à crítica estética e literária vinculam-se a uma concepção dialética, a qual tenta acompanhar a obra literária em seu momento próprio e específico, em seu caráter propriamente estético, e, simultaneamente, a integração deste momento, de maneira orgânica, ao movimento geral da filosofia da praxis (que envolve a crítica política e a luta cultural). O conceito de "estrutura" (de uma obra de arte), em Gramsci, expressa bem essa concepção:

"(a 'estrutura' das obras é a) coerência lógica e histórico-atual das massas de sentimentos artisticamente representados"... (p. 6)

Isto quer dizer que a "estrutura", ao mesmo tempo em que se configura como uma maneira de representação de sentimentos que lhe é típica, enquanto *artisticamente* elaborada, guarda também determinada "coerência lógica e histórico-atual", a qual se remete à sua articulação com o plano da vida *social e histórica*.

Neste movimento de distinção-integração da crítica estética, pode-se refletir sobre os caminhos de uma leitura *ideológica* dos textos literários. Ela é possível de ser desenvolvida do *interior* mesmo da "estrutura" artística, pois Gramsci aponta para a "internalização" (enquanto fusão e identificação na forma) dos elementos histórico-culturais:

"Admitindo o princípio de que, na obra de arte, deva-se buscar tão somente o caráter artístico, nem por isso é excluída a investigação de qual seja a massa de sentimentos, *de qual seja a atitude diante da vida que circula na própria obra de arte.* (...) O que se exclui é que uma obra seja bela, por causa de seu conteúdo moral e político, e não o seja pela sua forma na qual o conteúdo abstrato fundiu-se e identificou-se." (p. 11, grifos nossos).

Esta concepção que busca o *ideológico* dentro da "estrutura" da obra remete-nos a Adorno,<sup>13</sup> quando este autor afirma que o ideológico na arte lírica revela-se no fracasso da coerência na organização *formal* de sua "estrutura". Tal ponto-de-vista permite realizar a própria crítica "ideológica", desmascarando, por exemplo, uma atitude de "oportunismo político" revelada pela incoerência formal e lógica da "estrutura" da obra. Gramsci aproxima-se claramente desta perspectiva:

"Fulano 'quer' expressar artificialmente um determinado conteúdo e não cria obra de arte. O fracasso artístico da obra em questão (...) demonstra que aquele conteúdo é, em Fulano, matéria surda e rebelde, que o entusiasmo é fictício e exteriormente desejado, que Fulano não é realmente, naquele caso concreto, um artista, mas sim um criado que

quer agradar aos patrões. (...) O fato de que se chegue a negar o caráter artístico de uma obra pode servir, ao crítico político como tal, para demonstrar que... Fulano, portanto, é um comediante da política, procura passar pelo que não é, etc. O crítico político, assim, denuncia Fulano, não como artista, mas como 'oportunist político'." (pp. 11-12)

Assim, poderíamos lembrar que o problema da verossimilhança da obra de arte em Gramsci está ligado à coerência "propriamente estética" da "estrutura" artística. O "verdadeiro" é a perfeita articulação estruturada da forma e não um vínculo mecânico e exterior com a "realidade". Da mesma forma que o "falso" ou o "ideológico" em Adorno não se revela na relação direta obra de arte-sociedade, mas no fracasso da própria organização dos elementos de linguagem internos à obra, em Gramsci, está presente uma idéia análoga: o critério de verossimilhança, como ponto de partida para a análise "ideológica", é, em suma, interno à obra. Um exemplo ilustrativo desse tratamento é a análise literária e teatral que Gramsci faz de *Macbeth* de Shakespeare, em especial, a respeito do sobrenatural:

"(em *Macbeth*) mesmo o sobrenatural era elemento da realidade, era parte viva das consciências; precisamente por isso, este sobrenatural não é mecânico, não é abstração fria, não é recurso fácil para extrair dos fatos elementos de sucesso; é existência, por certo, integração necessária do drama." (p. 199, grifos nossos). 13

Concluindo, diríamos que Gramsci define, portanto, em relação à crítica estético-literária, um movimento dialético entre dois momentos diversos em sua natureza, que se fundem no conceito-síntese de luta cultural. Gramsci reconhecia, não obstante, a dificuldade do tratamento do fenômeno estético, sua peculiaridade: parece que ele estava auto-consciente dessa tensão entre política e arte, entre tempo histórico e instante poético, entre o político e o literato:14

"o literato deve ter perspectivas necessariamente menos precisas e definidas que o político, deve ser menos 'sectário', se assim se pode dizer, mas de uma maneira 'contraditória'. Para o político, qualquer imagem 'fixada' a priori é reacionária: o político considera todo movimento em seu *devenir*. O artista, pelo contrário, deve possuir imagens 'fixadas' e articuladas em sua forma definitiva." (p. 13)

Gramsci buscava, entretanto, a superação desta bipolaridade de tempos (poesia X história), através de uma síntese nova, onde a originalidade da criação poética se inscrevesse na história e na sociedade, como sua identificação e expressão supremas:

"É muito fácil ser original fazendo o contrário do que todos fazem; é uma coisa mecânica. É muito fácil falar diferentemente dos outros,

ser neolítico; o difícil é diferenciar-se dos outros, sem, para isso, fazer acrobacias. (...) Colocar o acento na disciplina, na socialidade, e pretender todavia sinceridade, espontaneidade, originalidade, personalidade: eis o que é verdadeiramente difícil e árduo." (pp. 29-30)

## 14

### NOTAS

- 1 A. Gramsci, *Cultura y literatura*, Barcelona, Península, 1972: Prólogo de Jordi Solé-Tura, p. 14.
- 2 Cf. *Literatura e vida nacional*, Rio, Civ. Bras., 1968, partes II, III e IV. As páginas indicadas entre parênteses pertencem a esta edição.
- 3 Cf. *Literatura e vida nacional*, op. cit., parte I; cf. A. Seroni, "La distinción entre 'crítica de arte' (estética) y 'crítica política en Gramsci'" (pp. 207-214) in P. Togliatti *et alia*: *Gramsci y el marxismo*, Buenos Aires, Proteo, 1965.
- 4 Sobre o tom polêmico é ilustrativa a passagem em que Gramsci, ironicamente, define os *futuristas* como "um grupo de escolares, que fugiu de um colégio de jesuitas, fez um pouco de barulho no bosque mais próximo e foi trazido de volta sob a fêrula do guarda campestre." (op. cit. p. 154).

- 5 Cf. H. Portelli, *Gramsci y el bloque histórico*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2o. ed., 1974; ainda sobre a originalidade do pensamento gramsciano vide o artigo de E. J. Hobsbawn: "O Grande Gramsci, das lutas à prisão", *Cadernos de Opinião* (1), Rio, 1975, pp. 63-71.
- 6 Sobre este ponto Gramsci refere-se a outras línguas – russo, alemão, francês – onde a noção de "nacional-popular" aparece mais claramente: cf. op. cit. p. 105.
- 7 (Op. cit., p. 79): "Esta expressão – 'os humildes' – é característica para compreender a atitude tradicional dos intelectuais italianos em face do povo e, conseqüentemente, o significado da 'literatura para os humildes'. Não se trata da relação contida na expressão dostoiévskiana 'humildes' e ofendidos'. É poderoso em Dostoiévski o sentimento nacional-popular (...) No intelectual italiano, a expressão 'humildes' indica uma relação de proteção paterna e divina, o sentimento 'auto- de uma indiscutida superioridade própria: uma relação como entre várias raças (...); uma relação como entre adulto e criança na velha pedagogia, ou, pior ainda, uma relação do tipo 'sociedade protetora de animais' ou tipo exército da salvação anglo-saxão diante dos canibais da Papuásia."
- 8 Cf. H. Portelli, op. cit., pp. 18-23.
- 9 Cf. A. Gramsci, *Cultura y literatura*, op. cit., primeira parte: "Los intelectuales y la organización de la cultura", pp. 31-32.
- 10 Cf. E. Bosí, *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*, Petrópolis, Vozes, 1973, em especial o cap. II, pp. 53-83.
- 11 (Op. cit. p. 190) ... "o que distingue o canto popular, no quadro de uma nação e de sua cultura, não é o fato artístico, nem a origem histórica, mas seu modo de conceber o mundo e a vida, em contraste com a sociedade oficial. (...) o próprio povo não é uma coletividade homogênea de cultura, mas apresenta numerosas estratificações culturais, variadamente combinadas"...
- 12 Cf. A. Seroni, op. cit.
- 13 Cf. T. W. Adorno, "Discurso sobre lírica y sociedade" (pp. 53-72) in *Notas de Literatura*, Barcelona, Ariel, 1962: vide especialmente pp. 55-6.
- 14 Octávio Paz tem muito presente a problemática do confronto entre tempo poético e tempo histórico em sua obra: cf., em especial, os ensaios "A consagração do instante" e "Ambigüidade do Romance" no livro *Signos em rotação*, S. Paulo, Perspectiva, 1972, pp. 51-74; cf. também o artigo "O escritor e a política" publicado nos *Cadernos de Opinião*, Rio, 1975, pp. 82-3.

# o processo de "colonização" em moçambique\*

Elimar Nascimento\*\*

16 A finalidade deste trabalho é o de abordar a questão da *especificidade do processo de descolonização em Moçambique*. Essa questão tem sentido na medida em que se observa no caso moçambicano uma série de características desconhecidas das outras antigas colônias portuguesas em África. De forma precisa, Moçambique não conheceu, como Angola, uma pluralidade de movimentos nacionalistas e nenhuma divergência interna ameaçou a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) após a conquista do poder, ao contrário do que ocorreu nas outras colônias portuguesas. A unidade nacional em torno da FRELIMO parece o sinal empírico mais evidente da especificidade do processo moçambicano, expresso na *estabilidade política* e na coesão de seu corpo dirigente.

Três pequenas observações de caráter conceitual-metodológico são imprescindíveis afirmar antes de precisar melhor nossa questão.

Primeiro, entendemos por *processo de descolonização* o conjunto de fatos que, de um lado, contribuem para a destruição dos agentes e das relações sociais próprios à situação colonial e, de outro lado, contribuem para o nascimento de novos agentes e relações sociais que substituem os anteriores e caracterizam uma situação nacional. Trata-se, portanto, de um processo duplo e articulado de destruição/construção. Se o primeiro elemento constitui o aspecto de negação no processo de descolonização, o segundo elemento constitui o aspecto de sua positividade. Estamos cientes que essa nossa concepção de descolonização diferencia-se das concepções usuais, particularmente entre

\* Versão revista do trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latinoamericana de Estudos Afro-Asiáticos, Rio, 1983.

\*\* Professor Adjunto da UFPb-DCS, Campus I.

os europeus. Neste sentido deve-se assinalar que ela não exclui, mas pelo contrário, engloba, a luta de libertação nacional. Por sua maior abrangência é que conservamos o termo, despidendo-o, porém, de sua conotação euro-centrista. O extermínio do colonialismo, e a história o tem largamente demonstrado, ultrapassa, de longe, a simples obtenção da Independência Nacional. 1

Segundo, a construção da resposta de nossa questão nos obriga a *uma tripla abordagem teórica*: a) em que consiste a situação colonial, ou mais precisamente, a natureza de sua hegemonia; b) como se realiza a ruptura desta situação, e finalmente; c) qual o processo de criação dos novos agentes e relações sociais, assim como, qual a natureza destes.

Tratando-se de níveis de análise distintos, e não de momentos históricos sucessivos, deve-se ter presente que os pontos b e c, no plano empírico, estão estreitamente imbricados. Não se pode confundir, de um lado, a ruptura do pacto colonial com a luta pelo poder e, de outro lado, a criação de novos agentes e relações sociais com o período após a conquista do poder. É uma característica do processo moçambicano (embora de forma não exclusiva) a simultaneidade entre destruição e construção, presente ambos ao longo do processo de descolonização.

Finalmente, como nos debruçamos sobre um processo de destruição de um poder político e construção de um novo, é fundamental enfatizar o aspecto constitutivo maior das relações de poder: a hegemonia. Estas relações são constituídas, e não compostas, de coerção e consentimento, (dominação e hegemonia), sendo o 2º aspecto o fundamental. Assim, conquistar o poder (no caso, exterminar o colonialismo) significa ao mesmo tempo, e sobretudo, romper a hegemonia do "grupo dominante" e criar uma nova hegemonia. 2

O *colonialismo português em Moçambique* pode ser definido, a partir de 1930, por uma hegemonia caracterizada por dois aspectos:

- *Um consentimento passivo*, que tem sua origem na violência sistemática exercida sobre os moçambicanos pelo aparelho repressivo colonial;
- *Um consentimento de adesão fria*, que tem sua origem na cooptação dos intelectuais rurais e urbanos, através da Missão-Escola e da integração dos chefes das comunidades étnicas (régulos) à administração colonial.

Um racismo mal camuflado constituía o conteúdo desta hegemonia, que se manifestava simultaneamente pela interiorização do "ser negro é ser inferior" e pela possibilidade propalada de ultrapassar esta situação através da "assimilação". Desta maneira, a hegemonia colonial portuguesa caracterizou-se



por ser *uma hegemonia indireta e pelo terror*, organizando a sociedade moçambicana de maneira fortemente hierárquica: na base, os “negros” das comunidades étnicas e/ou os trabalhadores manuais do campo e da cidade; no plano intermediário, o segmento social dos “civilizados” (não “negros”) formado de trabalhadores e da pequena burguesia de brancos, asiáticos e “assimilados”;<sup>3</sup> na cúpula, a burguesia colonial – o verdadeiro agente hegemônico – em sua grande parte não residente no país.

A libertação nacional exigia que um agente subalterno fosse capaz de desenvolver uma ação condizente com a natureza desta hegemonia. Ou seja, que superasse as divisões internas dos grupos subalternos, vencesse o imobilismo criado pelo racismo e enfrentasse a situação de terror criada pelo aparelho repressivo do Estado Colonial.

A *ação desencadeada pela Frelimo* (1964) sob a forma particular de uma “guerra nacional, popular e prolongada”, possibilitou a ruptura da hegemonia colonial e a queda de seu agente pelo fato de possuir aquelas características:

18

- era uma ação *geral e globalizante*, incorporando o conjunto dos grupos subalternos e atingindo todos os espaços sociais/econômico, político e ideológico), se bem que num meio geográfico limitado (menos de 1/5 do país);
- era uma ação *violenta*, permitindo a destruição progressiva do aparelho repressivo colonial;
- era uma ação *construtiva*, criando simultaneamente novos agentes e novas relações sociais, na resposta concreta aos problemas cotidianos das massas camponesas.

Esta ação político-militar desenvolvida pela FRELIMO pode ser compreendida, de certa forma, como uma continuação das lutas anticoloniais desenvolvidas no século XIX, desde que se tome em consideração a superação das deficiências daquelas lutas: as divisões étnicas e raciais, a definição incorreta do inimigo, a incapacidade de incorporar o conjunto dos grupos sociais subalternos e, finalmente, a incapacidade de superar o caráter opressivo das relações sociais internas ao próprio movimento.

A especificidade do processo de descolonização em Moçambique pode agora ser posta de forma concreta através de uma pergunta: por quais razões a FRELIMO foi capaz de desencadear uma ação com aquelas características?

Com isso sugerimos que a resposta da especificidade do processo moçambicano encontra-se, de um lado, no tipo de ação política desenvolvida pelo grupo subalterno central, os camponeses e, de outro lado, na natureza mesma do novo agente social hegemônico criado no desenrolar da luta. De forma mais

precisa, é a natureza desde novo agente social, suas características intrínsecas, que possibilita o desenrolar de uma ação política simultaneamente destruidora dos agentes e relações coloniais e inibidora da formação de movimentos divergentes e/ou dissidentes, além de criadora de novos agentes e relações nacionais. E, no entanto, a história da FRELIMO é marcada por dissidências e fracassos. Quando as luzes do seu Congresso de fundação (25/6/62) ainda não tinham se apagado já nasciam as primeiras dissidências. COSERU, FUNIPANO, UNAR, UDENAMO são apenas algumas das siglas das múltiplas dissidências, todas de vida efêmera, que conheceu a FRELIMO. Houve mesmo algumas mais importantes como o COREMO (Comité Revolucionário de Moçambique) que chegou a desenvolver durante alguns anos uma luta armada significativa no oeste do país. Sem contar com a cisão importante de Uria Simango e Lázaro Kavandame em 1968/1969, e os movimentos neo-colonialistas estimulados pelo Estado Colonial nos extensores de sua existência (1973/1974). E não foi o desconhecimento de rotas por parte da FRELIMO que impediu os movimentos divergentes/dissidentes de se consolidarem, assim como a ausência de aliados internacionais. A rigor, a luta armada iniciou-se em 1964 com sucessivas derrotas. Planejada para ser lançada em todas as províncias, ela vingou apenas nas duas do norte, fronteira com a Tanzânia, uma das quais com baixíssima densidade populacional (Niassa).<sup>4</sup> E foram necessários 4 anos para a abertura de uma nova frente guerrilheira (Tete), na fronteira com a Zâmbia, que até aquela época apoiava a COREMO. Por outro lado, não se pode esquecer que vários países africanos não apoiaram explicitamente a FRELIMO, preferindo seus concorrentes, a relutância no apoio de Cuba e as divergências frequentes com os soviéticos.<sup>5</sup> 19

Encontra-se na trama da história deste movimento e singularidade do processo de descolonização em Moçambique.

A literatura sobre a FRELIMO pôs em relevo o fato de que ela nasceu da fusão de 3 organizações nacionalistas, criadas todas entre fins dos anos 50 e começo dos 60, no estrangeiro: UDENANO (Zimbawe), UNANI (Malawi) e MANU (Tanzânia).<sup>6</sup> Desta forma esta literatura, que a própria FRELIMO alimentou, confunde a criação da Frente de Libertação com a fusão formal das três organizações nacionalistas no Congresso de 25 de junho de 1962, em Dar-es-salaan, deixando na penumbra processos fundamentais.

Na realidade, com esta explicação, é impossível entender a grande fragilidade dos outros movimentos nacionalistas, a coesão e unidade da direção da FRELIMO, e sobretudo a sua natureza. A questão, parece-nos, deve ser abordada de um novo ângulo: *a FRELIMO nasce, em verdade, da fusão de quatro grupos de intelectuais*, no sentido gramsciano do termo,<sup>7</sup> provindo de 4 meios sociais distintos.

Em primeiro lugar o *meio rural das comunidades étnicas*, em particular o movimento das cooperativas do norte, sob a liderança de Lázaro Kavandame. Deste meio vieram figuras importantes, naquela época, como o próprio Kavandame e Jonas Manashujua, ou figuras centrais logo em seguida (e até hoje) como Alberto Joaquim Chipande.

Em seguida, o *meio social urbano do interior do país*, onde nasceu, juntamente com a revolta de Barué, o movimento proto-nacionalista dos inícios do século com as primeiras greves dos trabalhadores, as primeiras associações (Grémio Africano e Associação Africana) e os primeiros jornais (O Brado Africano). Foi neste espaço onde a consciência nacionalista manifestou-se em primeiro lugar, com o movimento dos intelectuais e artistas (Noémia de Souza, José Craveirinha, Malangatana Valente, Luis Vernardo Honwana, entre outros), com o Centro Associativo dos Negros de Moçambique (CANN) e posteriormente, o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (MESAM) e as Associações de Ajuda Mútua. Deste meio social surgiram vários intelectuais que vieram, no momento da fundação da FRELIMO ou logo em seguida, a ocupar lugares-chaves na direção do movimento, tais como: Silvério Nungu, Shaffrundin Khan, Uria Simango, Samuel Dalhalama, Armando Guebuza, Sansão Mateus Muthenba, Josina Muthemba (depois, Machel), Francisco Zukane, Sebastião Mabote e Samora Machel.

O *meio universitário do exterior*, onde jovens provenientes das várias colônias portuguesas relacionam-se entre si e com o movimento de resistência ao Salazarismo, adquirindo uma forte consciência anti-colonial, constitui o terceiro espaço de formação dos intelectuais que vieram a compor a FRELIMO em seu processo real de gestação. Eduardo Mondlane provém deste meio juntamente com uma série de outros intelectuais como Marcelino dos Santos, Jorge Rabelo e Oscar Monteiro, além de muitos outros de menor importância. Alguns destes, no entanto, à semelhança de Eduardo Mondlane, pode-se dizer que provém simultaneamente deste espaço e do meio social urbano do interior como Joaquim Chissano, Mariano Matsinha e Mario da Graça Machungo.

O último meio social, evidentemente, é aquele que a literatura corrente tem enfatizado, donde saíram a maior parte dos militantes presentes ao Congresso da fundação da FRELIMO, assim como de sua direção, o *dos trabalhadores emigrantes*.

O entendimento da deflagração da luta armada, nos moldes realizados, se encontra no fato de que a *direção da FRELIMO pertenceu, desde os seus inícios, aos intelectuais saídos do meio universitário do exterior*, sob a direção de Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos. Os intelectuais originários dos meios dos trabalhadores emigrantes, embora majoritários, se dividi-

ram desde 1962, nos primórdios da frente, e se mostraram incapazes de assumir sua direção.

A rigor, a direção formal encontrava-se, até 1966, nas mãos dos intelectuais provenientes, seja do meio dos trabalhadores emigrantes, seja do meio rural do interior. Porém, sob o ponto de vista real e a partir daquela data também sob o ponto de vista formal, a hegemonia da FRELIMO coube a um bloco intelectual (BI) nascido da fusão dos intelectuais do meio universitário do exterior com os do meio urbano do interior. Estes dois grupos de intelectuais, os nacionalistas do exterior e os nacionalistas do interior,<sup>8</sup> além de terem elementos comuns (sobretudo aqueles que fizeram o NESAM antes de partirem para a Universidade no exterior) possuíam uma série de concepções semelhantes. Por exemplo: a concepção do colonialismo como expressão imperialista; a especificidade do colonialismo português em sua conotação fascista e finalmente, o imperativo da luta armada. A direção formal da FRELIMO em seus primórdios, ao contrário, compreendia a luta anticolonial como a simples expulsão dos estrangeiros do país. Formava, assim, um outro BI, porém de nacionalismo conservador. Aparentemente, o não desligamento das comunidades étnicas, por parte destes intelectuais constitui, de um lado, a base material de seu nacionalismo conservador e, de outro lado, a sua própria incapacidade em definir corretamente o inimigo e, conseqüentemente, deflagrar a ação capaz de destruir os agentes e relações coloniais. A direção real da FRELIMO, pelo bloco intelectual dirigido por Mondlane refletiu-se não apenas no seu programa como também na sua própria estrutura organizativa.<sup>9</sup> Mas é na deflagração da luta armada que se revela, com mais clareza, a direção real dos nacionalistas do exterior e do interior.

Com a deflagração da luta armada, em 1964, dois fatores devem ser destacados: a *consolidação do Bloco Intelectual Conservador* (BIC), composto de uma parte dos remanescentes do meio dos trabalhadores emigrantes e dos intelectuais do meio dos camponeses das comunidades étnicas, sob a direção de Lázaro Kavandame e Uria Simango; e a formação de um novo grupo de intelectuais que serão incorporados à direção real do movimento, os *político-militares*, sob a liderança de Samora Machel. Provenientes do meio urbano do interior e em menor parte dos camponeses, estes intelectuais, formados no transcurso da guerra, criarão uma nova relação direção/base, no interior das regiões de guerrilha.

As diferentes concepções sobre a descolonização do BIC e dos político-militares, revelaram-se contraditórias desde 1966, conduzindo-os rapidamente a uma luta aguda de caráter armado (1968). Este antagonismo produziu uma *grave crise no interior da Frelimo entre 1968/1969*. A solução

desta crise em favor dos político-militares teve várias conseqüências importantes, entre elas:

- a expulsão de todos os participantes identificados com o BIC;
- a criação de um novo Bloco Intelectual na direção do movimento, o Bloco Intelectual Revolucionário (BIR), nascido na fusão dos intelectuais provindos da antiga direção real com os político-militares, sob a liderança destes últimos;
- O BIR assumiu o poder de forma exclusiva identificando-se com a direção da frente;
- mas sobretudo, ocorreu um processo de transformação na FRELIMO.

A natureza da crise 68/69 e seu desdobramento nas conseqüências assinaladas merecem algumas explicações.

Em primeiro lugar o por quê do BIC, majoritário, não ter conseguido obter a hegemonia, fragmentando-se em dissidências e divergências pulverizantes. As razões são múltiplas, e não completamente esclarecidas. Podemos assinalar apenas algumas hipóteses:

- 22
- a natureza intrinsecamente dispersiva de seus intelectuais, prisioneiros do regionalismo e de uma concepção do nacional com o somatório das étnias, e não sua superação;
  - o apoio do governo tanzaniano à Mondlane;
  - a vinda de novos militantes do interior modificando a relação de forças existentes;
  - a capacidade de iniciativa do grupo dirigido por Mondlane, assim como a sua ascendência intelectual. Afinal, são principalmente eles os portadores do saber.

De um lado portanto, a força política e intelectual do grupo dirigido por Mondlane de caráter urbano internacional e, de outro lado, a fragilidade do BIC, pelo seu caráter rural/étnico.

A guerra veio acentuar este processo de mudança nas relações de forças, não somente aumentando qualitativamente o bloco hegemônico, mas modificando-o substancialmente. Aquela, não significou apenas o início da ruptura da hegemonia colonial, mas também o início da construção de uma nova hegemonia, em sua natureza de "guerra de posição".<sup>10</sup> Pois simultaneamente à destruição dos agentes e relações coloniais, na criação de "zonas libertadas" colocou-se a questão da construção de novas estruturas sociais. O ator central desta ação foram os comandantes guerrilheiros, que formaram o grupo dos

*políticos-militares*. Entre outros: Samora Machel, Alberto Chipande, Sebastião Mabote, Armando Guebuza, Josina Muthemba (Machel), Francisco Magaia, Joaquim Chissano, João Pelembe, Fernando Matavele, Oswaldo Tanzana, Raimundo Pachinuapa, Francisco Monkomba. Este grupo permitiu ao bloco de Mondlane superar sua grande fragilidade de grupo urbano: o desligamento do grupo subalterno central, o campesinato. Mas ao mesmo tempo impulsionou as contradições no interior da FRELIMO. A crise de 68/69 foi a expressão maior do acirramento destas contradições. Ela consistiu numa crise ímpar, desconhecida nos outros movimentos nacionalistas das colônias portuguesas, revestindo o movimento moçambicano de características especiais.

Se a literatura corrente tem enfatizado em que consistiu as diversas contradições da crise 68/69, não tem dado, no entanto, a devida atenção quanto a natureza de suas origens. As contradições internas da FRELIMO surgiram desde 1966, e este fenômeno está relacionado a um conjunto relativamente ocasional de fatores: a luta armada deflagrada em 1964 conseguiu vingar apenas nas duas províncias do norte; assim, a luta guerrilheira ficou restrita a um espaço limitado, porém, com fácil ligação com a direção do movimento localizada na Tanzânia. Sem conseguir avançar, os guerrilheiros dedicaram-se, de muito perto, ao enfrentamento das relações e costumes próprios à vida das comunidades étnicas. As mudanças aí introduzidas pelos guerrilheiros, com o apoio dos jovens das etnias locais, pôs em questão a autoridade dos líderes do BIC, que não se tratava justamente de uma burguesia, mas de um conjunto de chefes de comunidades étnicas. E o mais interessante é que estes chefes guerrilheiros eram, em sua maioria, provindos de outras regiões étnicas, particularmente do sul, o que em parte lhes facilitava o enfrentamento dos costumes locais. Para os velhos líderes do BIC a luta anti-colonial não se colocava além dos limites da expulsão dos estrangeiros, e muito menos no questionamento ou mudança em suas relações de chefia. Tratava-se de uma petulância inadmissível, mais ainda provinda de jovens de outras regiões.

23

O 1.º confronto e a 1.ª derrota do BIC, deu-se na sessão do CC de outubro de 1966. Nesta foi criado o Comitê Político Militar (CPM) que passou a ser o verdadeiro órgão dirigente da FRELIMO, com maioria clara dos líderes de Eduardo Mondlane. Além do plano organizativo foi também uma vitória política: o tribalismo foi condenado ao nível de igualdade do colonialismo.

A partir daí o BIC foi acirrando suas posições, radicalizando a luta, caminhando mais para a direita, enquanto conhecia derrotas sucessivas. Em fins de 1967 Lázaro Kavandame, que assume a direção do BIC, naquele momento, propõe a separação dos políticos e dos militares na tentativa de

enfraquecer o grupo dirigido por Samora Machel, ficando em larga minoria.

Em início de 1968, o velho chefe Maconde une-se com o Pe. Gwengere em campanha aberta contra Eduardo Mondlane, em posições claramente racistas e anti-comunistas. A FRELIMO divide-se no interior mesmo de sua presidência, sob a aparência de salvaguardar a unidade: para Mondlane trata-se de manter o BIC alijando-o de sua fração mais a direita, para o Vice-Presidente Uria Simango trata-se de cortar os extremos dos dois blocos em luta, o que constitui, no caso, uma posição conservadora.

Os acontecimentos precipitam-se: o grupo de Kavandame ausenta-se do II Congresso (2 a 25/06/1968), após ter apressado a sua convocação; tenta, em seguida, criar uma República Maconde, em cumplicidade com grupos tanzanianos e o colonialismo português; o Presidente Eduardo Mondlane é assassinado em 10/02/69; ocorrem enfrentamentos armados nas fronteiras da Tanzânia com Cabo Delgado entre os FPLM (forças Populares de Libertação de Moçambique) e a Frelimo Youta League criada pelos dissidentes macondes e finalmente a expulsão do BIC, Uria Simango inclusive. Samora Machel e Marcelino dos Santos assumem a presidência e a vice-presidência, respectivamente, em maio de 1970.

A partir deste ano a FRELIMO tornou-se uma tríplice realidade:

24

- *uma frente*, formada por diversas correntes político-ideológicas, mas sem que estas, exceto o BIR que não se apresenta como tal, tivessem possibilidades de organização própria;
- *um Partido Político* em gestação, através da incorporação de novos aderentes ao BIR;
- *uma Organização Estatal* que substitui o aparelho administrativo colonial nas zonas libertadas.

Esta maneira múltipla de ser, de um lado, dotou a FRELIMO de flexibilidade e eficácia necessária para criar laços estreitos com a população camponesa, impedindo o surgimento de outros movimentos nacionalistas e, de outro lado, dotou sua direção de unidade e o movimento de tradições e regras que impossibilitaram as dissidências.

Com a Independência Nacional, em 1975, a FRELIMO tornou-se um Partido Político identificado ao aparelho de Estado. Ou seja, perdeu definitivamente sua primeira característica, desenvolvendo as duas restantes.

Os últimos oito anos comprovam estas "qualidades" assinaladas, mas também novas deficiências. Neste ciclo de descolonização, ainda não concluído, as mudanças no Partido-Frelimo (criado oficialmente no III Congresso, fevereiro de 1977) tornaram-no menos flexível e mais restritivo. As difi-

culdades de exercício do poder estatal, numa situação de penúria e cerco externo, tem demonstrado a ilusão em transformar o país numa imensa zona libertada. A hegemonia criada aqui, no período da luta de libertação nacional, tem-se enfraquecido. Impossibilitando de responder convenientemente as demandas das massas camponesas, aprisionado por um aparelho estatal burocratizado (e herdado do colonialismo), deficiente de pessoal político qualificado, cercado por uma "pequena burguesia do saber", 11 o corpo dirigente do país arrisca-se a se desligar das bases mais populares e, sobretudo, encaminhar um processo de despolitização crescente. Os bolsões de insatisfação já surgiram desde 1978, e mais recentemente têm sido aproveitados pela África do Sul.

Nada está decidido, porém. O desafio de construir um poder democrático, popular e nacional continua vigente. Várias medidas foram tomadas neste sentido, tais como: nacionalização das terras, escolas, prédios de aluguel, hospitais e serviços de saúde. Eleições já foram realizadas duas vezes no país, organizações democráticas da sociedade civil foram organizadas (mulheres, trabalhadores, moradores de bairro e aldeias, juventude, etc). Enfim, a sociedade já conheceu um processo de democratização. E a percepção da necessidade de separar o partido do estado é uma aquisição do grupo dirigente.

## NOTAS

25

- 1 Ver entre outros: Pierre Biarnes — L'afrique aux africains: 20 ans d'Indépendance en Afrique Noire Francophone. Paris, Armand Colin, 1980; Robert Cornevin — L'Afrique Noire de 1919 à nos jours. Paris, PUF, 1973; Franz Fanon. Les damnés de la terre. Paris, Maspero, 1975.
- 2 Elimar Nascimento. A universalidade de Gramsci. Recife/Campina Grande, Centro Josué de Castro/Mestrado em Sociologia Rural-UFPb, 1983.
- 3 Embora os "assimilados" sejam pessoas de raça negra, não se viam assim na época colonial, separando-se, desta forma, de sua cultura de base e do grupo subalterno central. Após a 1.<sup>a</sup> guerra mundial alguns "assimilados" buscarão romper com este quadro. É dentre estes que irão surgir os principais líderes dos movimentos nacionalistas que conquistarão o poder nos anos 70: Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, Marcelino dos Santos e tantos outros.
- 4 Moçambique na época colonial era dividido em 9 províncias, de norte a sul: Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica e Sofala, Inhambene, Gaza e Maputo, conforme os nomes atuais, aqui utilizados. Após a Independência Nacional Manica e Sofala desmembraram-se em duas províncias.



- 5 O Malawi jamais apoiou a Frelimo, e Zâmbia só o fez a partir de 1968. Por outro lado, os movimentos divergentes sempre tiveram aliados na África, e mesmo entre os países socialistas, no caso particular do COREMO.
- 6 UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique; UNAMI – União Nacional Africana de Moçambique Independente; MANU – União Nacional Africana de Moçambique (em inglês, no original).
- 7 Este ponto foi objeto de grande debate por ocasião do 3.º Congresso da ALAAD. De um lado, um italiano nos acusava de não ter compreendido Gramsci, de outro lado, uma personalidade Guineense nos inquiria sobre o caráter “elitista” de nossa afirmação. Afinal, “são as massas que fazem a História”. Deixamos a Gramsci a resposta: “Que todos os membros de um Partido Político devam ser considerados como intelectuais, temos aqui uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; mas, se refletirmos bem, veremos que nada é mais exato. Será preciso fazer distinções de grau; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isso que importa; importa a função, que é dirigente e organizativa, ou seja, educativa, isto é, intelectual” (Quadern Del Carcere, VIII, p. 1523). Afinal, “todos os homens são intelectuais” embora nem todos “tenham, na sociedade, a função de intelectual” (Idem, p. 1516).
- 26
- 8 Aquino de Bragança, para quem temos uma enorme dívida intelectual, utiliza os mesmos termos, porém num outro sentido. Veja-se a este respeito seus inúmeros artigos em *Afrique Asie*.
- 9 A FRELIMO não era uma frente em que as organizações políticas fundadoras guardassem sua estrutura própria. Estas, de forma sui generis, dissolveram-se por ocasião do Congresso de 25 de junho de 1962. E quando tentaram se rearticular o fizeram fora da frente, como movimento dissidente.
- 10 Em nossa tese de doutoramento desenvolvemos melhor este conceito, que aqui, pelo pouco espaço, não é possível. Ver. Elimar Nascimento. *Decolonisation en “afrique Portugaise”*. Le processus de destruction/construction hégémonique au Mozambique. Paris, Thèse de Doctorat de III<sup>ème</sup> Cycle, Université René Descartes, (Paris IV), 1982.
- 11 Elimar Nascimento. A concepção da educação em Moçambique: notas introdutórias in *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 4, Rio de Janeiro, 1980, pp. 21-42.

# açúcar e dominação

*Mauro Guilherme Pinheiro Koury*

A economia-sociedade brasileira desenvolveu-se, desde seu surgimento, dentro de laços estreitamente capitalistas. A tentativa inicial da colonização, de base predominantemente agrícola-exportadora, teve sua razão de ser em função dos interesses da metrópole, em associação com grupos mercantis europeus, servindo, antes de tudo, como suporte básico (ou um dos suportes básicos) à expansão e solidificação do capital comercial, e posteriormente industrial, europeu.<sup>1</sup> O objetivo central da colonização estava não no reinvestimento local da renda gerada pela economia colonial, mas sim, na aplicação destas riquezas nas economias da metrópole e grupos mercantis a ela associados, com os quais mantinha relações de dependência. 27

Deste modo nasceu a empresa agrícola colonial açucareira, progredindo e estendendo-se na estreita faixa úmida (Zona da Mata) nordestina – principalmente nos estados de Pernambuco e Bahia, – levando a economia colonial brasileira a girar em torno de sua produção, durante o século XVI e quase metade do século XVII, destinada em sua totalidade ao mercado europeu.

A produção do açúcar no Nordeste iniciou-se como uma empresa posta ao serviço do mercado que os grupos mercantis europeus iam articulando internacionalmente, financiando, deste modo, a própria ampliação e solidificação do capital comercial, e posteriormente industrial, europeu, através do próprio jogo armado pelo capitalismo mercantilista, onde estavam envolvidos: Portugal (enquanto metrópole, e com seu capital comercial em rápido declínio), Holanda (em plena ascensão no comércio marítimo, associando-se com Portugal e financiando a empresa agrícola colonial açucareira; tirando, assim, maiores vantagens desta associação, com a progressiva transferência do capital comercial-colonial português às suas divisas) e, finalmente, o Brasil-Nordeste – (enquanto colônia de Portugal e produto da empresa agrícola colonial açucareira; financiando a própria expansão do capital comercial holandês – e, de um modo geral, europeu, – através de Portugal, dando margem, assim, à solidificação do próprio modo de produção capitalista em ascensão).

Assim, ver-se-á, que desde o seu início, a empresa agrícola colonial açucareira, esteve ligada ao modo de produção capitalista. Isto, na medida em que representou um dado necessário à própria formação do sistema capitalista, enquanto fator predominante para a acumulação primitiva do capital. E deste modo, a própria empresa colonial agrícola açucareira, assim como o próprio fato colonial em sua extensão, tinha como finalidade, não em ser produtiva em relação a si mesma, nem tão pouco estabelecer ou fortalecer um mercado interno em relação a própria colônia, mas sim, de financiar a expansão dos grupos mercantis europeus, dando forma (e conteúdo), naquele momento específico, a própria acumulação primitiva que deu margem a formação e expansão capitalista.

É deste ponto-de-vista que se compreenderá o próprio mecanismo interno da empresa agrícola colonial açucareira. Sendo basicamente destinada a exportação para o mercado internacional, e financiamento do próprio capitalismo ascendente, esta empresa, e de modo mais amplo, o próprio sistema colonial, tinha que basear-se em relações de trabalho contraditórias com as próprias relações de trabalho no modo de produção capitalista,<sup>2</sup> em ascensão. Destinada ao enriquecimento da burguesia europeia, e de forma mais ampla, apropriando a própria acumulação de capital indispensável ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, a empresa colonial, ou o próprio sistema colonial, não podia basear-se no sistema de colonato, em sua distribuição de terras, que teriam suas produções destinadas basicamente a sua subsistência ou ao consumo do mercado interno,<sup>3</sup> mas sim, no seu contrário, a partir de doações de grandes extensões de terra (os latifúndios – chamados inicialmente de sesmarias) a poucos senhores proprietários, que teriam sua produção executada não por trabalho livre, mais barato e mais rentável, de acordo com a própria ideologia capitalista, mas sim, a partir do trabalho escravo<sup>4</sup> que, embora em aparente contradição com o próprio modo de produção capitalista, era sem sombra de dúvidas mais frutífero a este mesmo capitalismo, na medida em que propiciava, em duas frentes principais – por um lado, de um modo amplo, a própria empresa agrícola colonial açucareira, e por outro, um aspecto desta empresa, mas que, por si só, deu margem a grandes lucros; o tráfico de escravos, – a própria acumulação de capital indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, enquanto sistema internacional.

O sistema interno, então, da empresa agrícola colonial açucareira, e do próprio sistema de colonização estabelecido no Brasil, estava definido, em amplos termos, por dois aspectos principais: a) a grande propriedade territorial (o latifúndio) e, b) o trabalho escravo. Estes dois elementos em seu conjunto, deram margem ao florescimento da economia colonial açucareira no Brasil, na medida em que possibilitava a produção em larga escala do açúcar e outros

produtos tropicais, transformando-os em mercadorias correntes, ao mesmo tempo que permitia a ampliação do mercado internacional, em termos capitalistas, possibilitando o enriquecimento da burguesia comercial europeia, e consequentemente, financiando o próprio desenvolvimento do capitalismo internacional em expansão.

Por outro lado, estes mesmos aspectos dão margem para uma caracterização da própria relação de dominação que tomou forma na região em que floresceu a empresa agrícola colonial açucareira, ao mesmo tempo que oferece todos os dados para compreensão da própria estrutura interna desta região que ainda hoje permanece, embora de formas bastantes redefinidas, com os vínculos característicos do passado colonial.

O caráter da relação de dominação no Brasil açucareiro colonial teve como base o duplo aspecto latifúndio-escravidão, de finalidades bem definidas, de produção de mercadorias de amplo consumo destinadas ao mercado internacional. Ou seja, este duplo aspecto (latifúndio-escravidão), associado a produção em larga escala para exportação requer, no caráter interno da própria colônia (ou região colonial), uma dominação político-econômica local quase autônoma por parte dos senhores proprietários de terras (onde se plantava a cana-de-açúcar) e engenhos (onde se moía a cana-de-açúcar)<sup>5</sup>. Estes senhores, de poderes autônomos à dominação político-econômica local, eram indispensáveis ao sistema colonial por um lado, como ponto de ligação com os grupos mercantis europeus que exigiam, para melhor funcionamento do comércio colonial, as terras e engenhos em mãos de poucos donos, senhores quase absolutos em caráter interno, mas submissos no caráter comercial externo. Submissos e de mais fácil controle no sistema comercial internacional, na medida em que tornariam mais difícil o desvio de capitais destinados à metrópole europeia, o que seria impossível de controlar-se em um sistema de pequenos e médios produtores independentes.<sup>6</sup> E, por outro lado, como ponto de controle pela metrópole, da própria região colonial em que atuavam estes senhores, possibilitando assim à metrópole um maior domínio econômico-político local, ao mesmo tempo em que asseguravam o êxito da colonização. 29

O caráter desta relação de dominação no Nordeste açucareiro prolongou-se, de um modo geral, com algumas modificações e redefinições, até o fim do império, com a abolição da escravatura. A estrutura de dominação, em uma primeira instância, grosso modo, estaria dividida em dois grandes blocos principais: de um lado, os homens 'livres' (que vieram ao novo mundo em busca de riquezas), do outro lado, a população escrava (índios, e principalmente negros — importados da costa africana).

Esta primeira divisão busca salienta o papel e função do escravo no sistema colonial estabelecido no século XVI no Brasil, em pleno vigor do

capitalismo mercantilista. O tráfico de escravos foi, como o próprio sistema colonial do qual faz parte, por si só um comércio deveras lucrativo para as companhias-empresas de grupos mercantilistas europeus (holandeses, e em parte ingleses) que os comercializavam.<sup>7</sup> Por outra parte, o próprio escravo seria "as mãos e os pés do senhor de engenho",<sup>8</sup> ou seja, a base de produção do próprio sistema-empresa colonial. Destes dois aspectos (do tráfico de escravos e do próprio escravo), em seu conjunto, se permitirá observar que o escravo, aqui, é visto como mercadoria, na medida que comercializável. E uma mercadoria cara, enquanto que escassa,<sup>9</sup> proporcionando grandes lucros para as empresas que realizavam tal comércio.

Por outro lado, o escravo visto enquanto mercadoria era propriedade de quem o comprasse. O que significa, que teria sua vontade (como sinônimo de não apenas sua força-de-trabalho, mas sim, de si próprio, física e mentalmente, enquanto indivíduo) submetida a uma relação de apropriação por parte de outra vontade, a ele alheia. E como tal, esta relação de apropriação é uma relação de dominação, na medida em que o mecanismo de relações sociais numa estrutura onde funcione a escravidão, é acionado pela submissão de uma esfera de vontades alheias a uma outra esfera também de vontades alheias, transformando a primeira em mercadorias postas em venda, e a segunda, em **30** possíveis compradores (e como tal, aproveitadores para o que lhes aprover) destas mercadorias.<sup>10</sup>

E como tal, justifica-se a primeira divisão, estabelecida anteriormente, na estrutura de dominação existente na empresa colonial açucareira do Nordeste, em termos de homens 'livres' de um lado, e escravos, de outro. Porque, na relação de dominação estabelecida pela sociedade escravocrata, a relação senhor-escravo, nada mais é, que a própria relação homem 'livre'-escravo, apenas, que, a partir de níveis de análise diferentes, na medida em que a relação senhor-escravo já é uma relação executada, enquanto a outra (homem 'livre'-escravo) é uma relação mais geral que engloba possibilidades concretas de uma das esferas (os homens 'livres') poder apropriar-se da outra esfera (escravo-mercadoria). Ou seja, apenas o fato de poder enquadrar-se na esfera de homens 'livres', que podem virtualmente apropriar-se como mercadoria de membros da outra esfera, já os faz colocar-se na esfera conjunta dos próprios homens 'livres' - proprietários de escravos. E assim sendo, se colocam virtualmente na própria relação de dominação, como esfera dominante, frente a uma outra, dominada, enquanto mercadoria.

Porém, quando se observa a esfera dominante de homens 'livres', ver-se-á, entre eles, uma estratificação bastante curiosa para ser desprezada. Em um primeiro momento, poder-se-ia considerar uma divisão desta esfera, segundo a qual, de um lado, estariam os homens livres possuidores de escravos, e

em sua maioria, senhores de terras próprias ou arrendadas, e/ou engenhos; e do outro lado, os homens livres que não possuíam escravos e viviam 'de favor' nas terras dos primeiros.<sup>11</sup> Estes últimos, formavam um grande grupo de agregados que viviam em relação de dependência direta com os proprietários, na medida em que, vivendo 'de favor' nas terras destes senhores, (na maioria das vezes, dos senhores de engenho, que detinham o poder político e econômico da região); que lhes permitiam, em algum pedaço de sua terra, cultivar produtos de subsistência, tinham em troca que retribuir, com uma total lealdade e obediência a estes senhores e seus interesses. Esta obrigação de total lealdade e obediência em troca de poder cultivar um pedaço de terra com produtos de subsistência, é o eixo principal de entendimento da relação de dependência destes agregados aos senhores de engenho. E como toda relação de dependência, esta dava uma total insegurança àqueles dependentes, na medida em que, vivendo por conta 'de favor' nas terras de um senhor de engenho, estavam totalmente submetidos a seus caprichos e interesses, e assim sendo, podiam de uma hora para outra serem expulsos das terras destes senhores, quando não, mesmo, mortos por eles.<sup>12</sup>

Esta relação de dependência, associada ao sentimento de insegurança por parte dos agregados, os colocavam em oposição em relação aos interesses destes senhores, na medida em que, quanto maior a dependência em relação a estes senhores, maior também o grau de dominação destes senhores em relação aos próprios agregados. E como esta dominação é político-econômica, ela tem por base que, o próprio desenvolvimento da esfera dominante se faça a partir do empobrecimento e maior sujeição da esfera dominada. E isto torna, em larga medida, os interesses desta esfera dominada próximos dos interesses do próprio escravo. 31

Esta proximidade de interesses (da esfera dominada de homens 'livres' e dos próprios escravos) torna-se cada vez maior, na medida em que se aproxima a metade do século XVIII, quando o aumento crescente de agregados (moradores, roceiros...) torna-os mais e mais inseguros quanto ao seu destino, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação aos senhores do açúcar.

Por outro lado, no caminhar do século XIX, as próprias exigências do capitalismo internacional já estão totalmente redefinidas, e o trabalho escravo por si só já é fonte de extorção, (daí então todas as iniciativas de dar um fim ao tráfico de escravos, pela Inglaterra), quando o objetivo principal das metrópoles capitalistas, basicamente, aqui, se referindo a Inglaterra, agora, é o da ampliação do mercado consumidor, nos países dependentes coloniais. Isto também associado a um outro fator, ou seja, a própria queda do açúcar brasileiro no mercado internacional, a partir de meados do século XVII, com

a ascensão desta indústria em outras colônias (européias com técnicas de produção mais avançadas; ao mesmo tempo que surge e se desenvolve uma nova área de exploração no Brasil colonial, a da mineração, tornando-se um importante polo aglutinador de mão-de-obra, e de grande contribuição para a acumulação primitiva do capital na Europa. Por outro lado, no Nordeste, se desenvolve, a partir do século XVIII, quase que paralelamente a crise do açúcar, a agro-pecuária na Zona Agreste; fazendo com que, gradativamente, o poder político-econômico do Nordeste, passe para as mãos dos latifundiários da agro-pecuária. (Diz-se aqui gradativamente, porque só no século XIX, e prosseguir do século XX, este controle se solidifica)<sup>13</sup>.

E, já na segunda metade do século XIX, a expansão de nova área, o sudeste brasileiro, com o cultivo do café, vai arrecadar para si a grande maioria dos investimentos dos países hegemônicos, principalmente a Inglaterra, e posteriormente os Estados Unidos.

Estes dois fatores, associados com o número sempre crescente de agregados, levam a uma parte dos senhores de engenhos já os contrataram junto aos próprios escravos, no plantio da cana-de-açúcar, a partir dos meados do século XVIII e principalmente no XIX.<sup>14</sup> Até que, com a abolição da escravatura, se tornem os dois grupos, (os agregados e os escravos), em um só bloco humano, dependentes e dominados, de uma forma homogênea, pelos próprios senhores de engenho e/ou usinas.

Voltando, porém, um pouco atrás, quando da primeira tentativa de estratificação dos homens livres, e detendo-se um pouco na sua primeira divisão, ou seja, os homens livres possuidores de escravos, e em sua maioria senhores de terras próprias ou arrendadas, e/ou engenhos, ver-se-á que existe ainda uma outra estratificação bastante evidente, nesta divisão.

Esta estratificação torna-se real, quando se observa que estes homens livres possuidores de escravos se distribuem, por um lado, entre aqueles que possuíam terras e/ou engenhos, e do outro, entre os que não possuíam terras, tinham que arrendá-las a um senhor de engenhos qualquer. Tendo neste caso de fornecer-lhe, a contrapartida, metade do seu produto, além do seu trabalho na moagem da cana.<sup>15</sup> Assim sendo, estes últimos estavam amplamente sujeitos a todo um sistema de dominação, onde o ser dominante era encontrado nos senhores proprietários de terras e engenhos. Esta sujeição dos arrendatários (ou lavradores) aos proprietários de terras e engenhos se torna clara, quando se observa o não cumprimento dos termos do contrato e deveres do proprietário das terras em relação aos lavradores. Como já se tinha visto antes, o sistema-empresa colonial açucareiro, implantado no Nordeste, foi armado de tal forma que garantisse todo o poderio local, econômico e político, a um número ínfimo de senhores; os senhores do açúcar.

Assim sendo, quando atos injustos fossem cometidos pelos senhores de engenho em relação aos lavradores, estes ficavam sem local para recorrer em seu favor. Isto porque, estes senhores eram donos absolutos da região sendo, então, todos os poderes, político, jurídico, econômico, controlados por eles. A própria polícia atuava segundo suas ordens, e sempre contra os interesses da maioria da população.

A não existência de alternativas, se não a seguida pelo senhor de engenho, levava os lavradores a uma total insegurança e dependência em relação a estes senhores. O que fazia com que vivessem (lavradores-senhor de engenho) em constantes conflitos, — sempre em situação de inferioridade para os primeiros que, reagindo as ordens ou 'caprichos' nos segundos, corriam o risco de terem toda a sua produção de cana perdida, por não o deixarem moe-la em tempo, ou mesmo, toda a sua plantação queimada, quando não expulsos das terras arrendadas, ficando toda a plantação para o senhor de engenho, dono da terra.<sup>16</sup> Não tendo onde recorrer na justiça oficial, o jeito era ajustar-se as 'leis' do senhor de engenho ou entrar em conflito aberto com ele — o que se-ri, quando desta segunda alternativa, o mesmo que assinar o "contrato" de sua morte.

Como se pode ver, então, estes lavradores arrendatários, mesmo em situação um pouco melhor que os agregados,<sup>17</sup> (na medida em que, produziam cana que, embora 'alugada' sempre dava uma pequena margem de lucros que eram investidos em escravos e/ou gado), tinham seus interesses, de um modo geral, bem próximos aos deste outro grupo. Isto é, embora considerando a ambiguidade destes lavradores arrendatários frente aos outros grupos, na medida em que, por um lado, possuíam um capital inicial para investir no cultivo da cana, em escravos...; e por outro lado, este capital investido só poderia dar ou não margem a uma acumulação, na medida de sua total sujeição ou não ao proprietário do engenho a quem ele estava 'obrigado', ver-se-á que, dentro de uma visão geral, mais ampla, estes lavradores estariam submetidos ao mesmo sistema de dominação-dependência dos agregados. Pois, em primeiro lugar, pode-se ver que, lavradores arrendatários e agregados, situavam-se no mesmo sentimento de insegurança, quanto a própria sobrevivência, em relação ao senhor de engenho. E esta insegurança estava situada, em um e no outro, na própria possibilidade de permanecer nas terras arrendadas ou emprestadas, 'de favor, quando esta possibilidade estava em ambos os casos, nas mãos do senhor de engenho — senho absoluto das terras e da própria região em que se situavam.

Em segundo lugar, as sucessivas crises do açúcar brasileiro no mercado internacional, a partir do século XVII, com o aparecimento de novas colônias produtoras, com técnicas de produção mais avançadas; entrando, assim, em



constantes redefinições a própria estrutura açucareira nordestina. Os lavradores arrendatários, de uma maneira geral, foram os primeiros a sofrer com estas crises, perdendo todo o seu capital investido, e ficando a mercê do proprietário de terras e engenhos, como mais um agregado ou, em sua minoria, migrando para as cidades, onde se transformavam em pequenos comerciantes, ou compunham a grande faixa de população desempregada que vegeta em torno das cidades, a partir, principalmente, do século XIX.

Esta situação agrava-se mais quando, a partir dos fins do século XVIII inicia-se a campanha abolicionista, patrocinada pela Inglaterra, que precisava de uma ampliação nos mercados internos dos países coloniais, para seus produtos industrializados. Esta campanha, com seu fruto posterior, o fechamento do tráfico de escravos, associado com as crises por que passava o açúcar brasileiro, deu o golpe mortal, nos ainda teimosos lavradores arrendatários que insistiam em permanecer. E quando da abolição da escravatura, no século XIX, estava já preparado o próprio campo onde deveria atuar as novas formas do capitalismo agrícola-industrial açucareiro, na região Nordeste do Brasil. Ou seja, estava pronta a imensa camada de agregados e lavradores arrendatários, que juntos com a camada de escravos libertos formariam a inesgotável reserva de mão-de-obra barata e submissa à disposição dos proprietários de terras e usinas.<sup>18</sup>

Assim temos, em formação, desde o princípio da colonização agrícola no Nordeste brasileiro, o embrião da atual estrutura de classes existente nesta região. Ou seja, por um lado, a classe dominante, constituída por senhores de engenho e proprietários de terras (em sua maior parte filhos dos senhores de engenho, fornecedores livres de cana-de-açúcar, de domínio menor que os destes senhores, porém de interesses bem próximos aos destes). Por outro lado, camadas heterogêneas, (os lavradores arrendatários, os agregados e inclusive os escravos) que, dentro de largos termos, como se procurou explicar anteriormente, formavam a classe dominada rural.

Assim, a classe dominada rural no sistema colonial implantado no Nordeste açucareiro, só pode ser detectada, quando do exame das camadas heterogêneas que a compõem, a partir de níveis diferentes quanto ao grau de envolvimento de cada camada com a classe dominante, e conseqüentemente com o grau e o tipo de dominação exercida sobre elas, por esta classe.

O grau crescente de homogeneização da atual classe dominada rural do Nordeste açucareiro é sentido, como se procurou tornar explícito anteriormente, quando das redefinições por que passaram a empresa açucareira e o próprio sistema de dominação estabelecido, acionadas pelas crises internas do antigo sistema, e das pressões efetuadas pelos novos interesses do mercado capitalista internacional. Motivando, assim, cada vez mais, um maior poder de concen-

tração de riquezas em torno de uma minoria dominante, a partir do crescente empobrecimento das demais esferas da população. Tornando, assim a passos largos, a heterogênea classe dominada, num grau maior sempre crescente de homogeneização, quando da abolição da escravatura, tornando negros (antigos escravos), brancos e mestiços (agregados), dentro de um mesmo nível de homens 'livres', sujeitos de uma maneira mais acentuada aos interesses da classe dominante, reforçando desta forma a dominação desta classe sobre eles. E por outro lado, quando da transformação do lavrador arrendatário em agregados, através das crises sofridas pela empresa agrícola-industrial açucareira do Nordeste, a partir do século XVII, igualando-os, assim, aos próprios escravos libertos, quando da abolição da escravatura no século XIX, formando assim a classe dominada, num autêntico conglomerado homogêneo, fornecedor de mão-de-obra barata (por ser abundante) e submissa, entregue aos interesses da classe dominante (local e nacional).

(1) — Ver, entre outros, GALEANO, Eduardo, *Las Venas Abiertas de América Latina*, Montevideo, *Universidad de la República*, 1972; NOVAIS, Fernando A., *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial séculos XVI-XVIII*, São Paulo, *Cadernos CEBRAP*, n.º 17, 1974; FRANK, A. Gunder, *Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina*, Buenos Aires, *Siglo Veintiuno Argentina* ed., 1973; CARDOSO, Fernando Henrique? FALLETTO, Enzo, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1970.

35

(2) — Isto é, contraditórias, mas necessárias ao sistema, naquele momento específico, na medida da inexistência de um campesinato 'livre' a ser expropriado nas áreas coloniais que serviram de base a implantação da empresa agrícola açucareira no Brasil colônia, houve necessidade de se recorrer a relações de trabalho escravagista. Deste modo, é de fundamental importância o papel do escravagismo como condição de formação do sistema capitalista mundial. Ou nas palavras de MARX: "A escravidão é uma categoria econômica como outra qualquer. Por conseguinte, também tem seus dois lados. Deixemos o lado mau da escravidão e falemos do seu lado bom; deste se compreende que só se trata da escravidão direta, da escravidão dos negros no Surinam, no Brasil, nos estados meridionais da América do Norte. Da mesma maneira que as máquinas, o crédito, etc., a escravidão direta é a base da indústria burguesa. Sem escravidão não haveria algodão; sem algodão não haveria indústria moderna. A escravidão deu seu valor às colônias, as colônias criaram o comércio mundial, o comércio mundial é a condição necessária à grande indústria. Portanto, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância. Sem escravidão, a América do Norte, o país de progresso mais rápido, transformar-se-ia em um país patriarcal. Apagai a América do Norte do mapa do mundo e tereis a anarquia, a anarquia completa do comércio e da civilização moderna. Suprimi a escravidão e tereis apagado a América do Norte do mapa dos povos. Como a escravidão é uma categoria econômica, sempre figurou entre as instituições dos povos. Os povos modernos não fizeram mais que encobrir a escravidão em seus próprios países e a impuseram sem reboços, no Novo Mundo". (MARX Karl, *A Miséria da Filosofia*, Rio de Janeiro, Editora Leitura, 1965, pp. 106 e 107).

- (3) — "(...) el régimen capitalista de producción y acumulación, y por tanto, la propiedad privada capitalista, exigen la destrucción de la propiedad privada nácida del próprio trabalho, es decir, la expropiación del obrero". (MARX, Karl, *El Capital*, tomo I, vol. II, p. 865).
- (4) — "(...) O mesmo Marx, porém, implacável analista do mundo burguês precisamente por ter levado sua análise para além de todas as mistificações da realidade, pode constatar com nitidez que nas colônias eram desfavoráveis as condições de constituição do regime de trabalho 'livre', sempre havendo a possibilidade de o produtor direto assalariado, apropriando-se de uma gleba de terra despovoada, transformar-se em produtor independente. Assim, enquanto na Europa moderna o desenvolvimento capitalista 'libertava' os produtores diretos da servidão medieval e integrava-os como assalariados na nova estrutura de produção que destarte camuflava a exploração do trabalho, as economias coloniais periféricas, montadas exatamente como alavancas do crescimento do capitalismo e integradas em suas linhas de força, punham a nu essa mesma exploração na sua cruzeta mais negra... As colônias timbravam em revelar as entranhas da Europa". (NOVAIS, Fernando A., op. cit., p. 47).
- (5) — Ver entre outros, ANDRADE, Manoel Correia de, *A Terra e o Homem no Nordeste*, 2a. ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1964; SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de, *Dos Velhos aos Novos Coronéis: Um Estudo das Redefinições do Coronelismo*, Recife Pimes, 1974; ANTONIL, Andre João, *Cultura e Opulência no Brasil*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1923.
- (6) — MARX, Karl, "La Moderna Teoría de la Colonización", in *El Capital*, op. cit., pp. 855-68.
- 36 (7) — Ver, NOVAIS, Fernando A., op. cit., pp. 36-51.
- (8) — ANTONIL, Andre João, op. cit., p. 159.
- (9) — "Contra o escravo negro havia um argumento muito forte: seu custo. Não tanto pelo preço pago na África; mas em consequência da grande mortandade a bordo dos navios que faziam o transporte. (...). Calcula-se que, em média, apenas 50% chegavam com vida ao Brasil; e destes, muitos estropiados e inutilizados. O valor dos escravos foi assim sempre muito elevado, e somente as regiões mais ricas e florescentes podiam suportá-los". (PRADO, Caio, Jr., *História Econômica do Brasil*, 9a. ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1965, p. 37). Ver também, NOVAIS, Fernando A., op. cit.; CARDOSO, Ciro Flamarion S., "El Modo de Producción Esclavagista Colonial en America", in *Modos de Producción en America Latina*, (C.F.S. Cardoso et al), 2a. ed., Cuadernos de Pasado y Presente, Córdoba, Siglo Veintiuno Argentina, 1974 (pp. 193-242).
- (10) — Ver MARX, Karl, *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, Porto, Publicações Escorpão, 1973, pp. 37-41.
- (11) — Ter-se-ia, ainda, trabalhadores 'livres' especializados na técnica do fabrico industrial do açúcar que, em termos amplos, não serão vistos neste trabalho, na medida em que o objetivo principal do mesmo envolve apenas os que trabalham diretamente na terra, ou seja, com o plantio da cana-de-açúcar.
- (12) — ANDRADE, Manoel Correia de, op. cit., p. 79.
- (13) — ANDRADE, Manoel Correia de, op. cit., pp. 144-54.
- (14) — Ibidem, pp. 84-98.
- (15) — ANTONIL, André João, op. cit., pp. 145/47.
- (16) — ANDRADE, Manoel Correia de, op. cit., p. 78.
- (17) — Ibidem, p. 79.
- (18) — ANDRADE, Manoel Correia de, op. cit., p. 78.

# a tautologia da necessidade

A Formação do PCB segundo Astrojildo Pereira

Monclar Eduardo Valverde

*"Se é possível tirar algumas lições das páginas que se vão ler, a principal delas será sem dúvida a seguinte: que a existência do Partido Comunista, genuína representação política da classe operária, é uma necessidade histórica inelutável, colocada perante os homens em determinada fase do desenvolvimento da sociedade".*

*(Astrojildo Pereira: "A Formação do PCB". Ensaio histórico e Político, S. P. Alfa-Omega, 1979, p. 42, texto escrito em janeiro de 1962).*

*"Partido genuinamente proletário, constituído pela camada mais consciente e mais combativa do proletariado, o Partido Comunista, por sua mesma natureza, destina-se a ser o intérprete fiel e o guia experimentado dos trabalhadores em suas lutas pela própria emancipação".*

*(Astrojildo Pereira: "Partido Comunista (SBIC)" — Movimento Comunista, Rio de Janeiro, 1(7), junho de 1922).*

*"Eis porque dizemos que a existência do Partido Comunista do Brasil corresponde a uma necessidade histórica que os fatos do passado demonstraram e são confirmados pelos fatos do presente. O Partido Comunista do Brasil nasceu e cresceu, vive e viverá porque precisamente lhe cabe a missão, como vanguarda consciente da classe operária, de organizar e dirigir as lutas de todo o povo brasileiro contra a exploração econômica e a opressão política, pelo progresso do país e sua libertação do jugo imperialista, pelo socialismo".*

*(Astrojildo Pereira: "A formação do PCB", p. 61, texto originalmente publicado em 1952).*

O Partido Comunista se inscreve na história como seu emblema, a figuração sintética de seu percurso. Tautologia da Necessidade, a história de sua formação revela a própria história como o silogismo da origem, a demonstração recursiva de que o fim está contido no princípio e de que o corpo do tempo não está isento da marca evolutiva.

O Partido Comunista é uma necessidade histórica porque cumpre uma função decisiva. A fala do historiador e teórico, que observa sua "formação" no duplo distanciamento do futuro e da teoria, evoca o real como argumento e assinala a experiência — os fatos — como o atestado definitivo desta evidência. O Partido Comunista é uma necessidade histórica. Somente ele, enquanto "vanguarda consciente da classe operária", sua "genuína representação política", pode assumir o papel que justamente lhe cabe: "organizar e dirigir as lutas de todo o povo. . ." São os fatos — passados e presentes — que o demonstram. E é por isto que o Partido, titular de uma "experiência" se inscreve na História. Sua materialidade institucional, sua experiência enquanto organismo, enquanto instrumento de organização e direção políticas, repousa na substância social do proletariado, da sólida materialidade histórica da classe operária. Antes de ser o ato de vontade que também é, o Partido Comunista é o marco histórico por excelência, signo de maturidade social, enfim, "é uma necessidade histórica inelutável, colocada perante os homens em determinada fase do desenvolvimento da sociedade".

38 Mas, quando se recua no tempo, e, na perspectiva, se passa do discurso teórico para a intervenção militante, torna-se outro o perfil que se evoca do mesmo objeto. Aí o Partido Comunista é ainda uma necessidade histórica. Mas o que, no discurso retrospectivo, aparece como o desempenho de um papel, a função social que justifica sua existência, na intervenção militante surge como uma predestinação. Em 1962, na fala do historiador, o Partido Comunista é uma necessidade histórica porque cumpre uma função decisiva, pensada como "tarefa". Em 1922, no dizer polêmico do militante que o constitui, o Partido Comunista é uma necessidade histórica para cumprir aquela mesma função, colocada pelo "desenvolvimento da sociedade" e enunciada como destino. Sob a teia discursiva revela-se então a dupla recorrência argumentativa: por um lado, a que se refere ao Partido, em seu papel de vanguarda — Em 22, este papel é um atributo que a história lhe confere como destino: "o Partido Comunista (...) destina-se a ser o intérprete fiel e o guia experimentado dos trabalhadores em suas lutas pela própria emancipação"; em 62, seu caráter de vanguarda deriva do exercício de sua função política: o Partido é a "vanguarda consciente da classe operária" porque "precisamente lhe cabe a missão (...) de organizar e dirigir as lutas de todo o povo brasileiro contra a exploração econômica e a opressão política, pelo progresso do país e sua libertação do jugo imperialista, pelo socialismo". Por outro lado, a recorrência que se revela no móvel estatuto persuasivo da "realidade" — Em 62, a "experiência" é a referência última, o parâmetro através do qual, de modo conclusivo, se demonstra a necessidade histórica do Partido: "... a existência

do Partido Comunista do Brasil corresponde a uma necessidade histórica que os fatos do passado demonstraram e são confirmados pelos fatos do presente"; em 22, a "experiência" reduz-se à condição de uma potencialidade, cuja manifestação, contudo, está prevista e contida no discurso de anunciação: O Partido Comunista destina-se a ser "o guia experimentado dos trabalhadores". A "experiência" não passa então da metáfora a que a fala apologética recorre para validar sua própria retórica. Não é preciso vivê-la; é suficiente tê-la concebido, desde que se associe tal imagem a uma outra simulação do real e da histórica — a "natureza genuinamente proletária" deste Partido, sua presumível composição social: "Partido genuinamente proletário, constituído pela camada mais consciente e combativa do proletariado, o Partido Comunista, por sua mesma natureza, destina-se a ser o intérprete fiel e o guia experimentado dos trabalhadores em suas lutas pela própria emancipação".

Concebida assim como o reino da continuidade, a história não será outra coisa senão a lógica do desdobramento, o campo dedutivo em que as premissas tornam-se conclusões pela alquimia do tempo. Nos extremos deste percurso: a promessa revolucionária e o mito da origem. Daí a necessidade, para quem se encontra eternamente a meio caminho, de explicar o "princípio" e escrever, a posteriori, a história da formação de seu precioso legado.

Se o Partido Comunista é o justo repositório das esperanças revolucionárias, é necessário explicar porque ele não tem existido desde sempre — é o que cabe à história. no plano geral, isto é claro: o desenvolvimento da sociedade conduz, em dado momento, ao aparecimento da classe operária, a qual, por sua vez, de "classe em si" desenvolve-se até que se lhe apresenta a necessidade de representar-se politicamente e, desta forma, tornar-se "classe para si". Está então colocada a necessidade do Partido Comunista, a "condição objetiva" de seu aparecimento. Conjugando-se a ela a "condição subjetiva" representada pela existência de uma minoria combativa, consciente da exploração e opressão capitalistas e dos meios de eliminá-las, que toma em suas mãos a luta pela emancipação do proletariado e pela destruição da sociedade de classes, reúnem-se as condições de engendramento. A partir desse momento, a classe operária tem uma vanguarda a quem confiar o seu destino. Mas esta é a História Geral ou o aspecto geral da história. É possível e é preciso exemplificar este movimento com experiências particulares: "a história do PCB demonstra-o claramente..."<sup>2</sup>

Antes do "princípio" era o caos: o anarquismo.<sup>3</sup> Se as tendências anarquistas predominaram no movimento operário brasileiro, em seu período inicial, tal fato só vem demonstrar que até este momento o proletariado ainda não se havia constituído enquanto classe "para si". Desta forma, a prepon-

derância anarquista surge no discurso "histórico" dos comunistas, não como uma resposta política da classe operária ao momento, mas como um logro da história. Como não é possível negar a existência de uma minoria combativa, dotada de espírito revolucionário, ou seja, as "condições subjetivas" para o surgimento da expressão política genuinamente proletária — tanto mais que o passado anarquista dos fundadores do Partido deverá ser justificado exatamente por essa combatividade do anarquismo<sup>4</sup> — serão, mais uma vez, as "condições objetivas", dimensão "material" da realidade, o recurso acionado como elemento definitivo da argumentação de Astrojildo.

*"Escaparia ao plano deste trabalho aprofundar o exame das causas de semelhante fato (o predomínio anarquista no Congresso Operário de 1906). Parece claro, porém, que ele se deve principalmente à própria estrutura econômica semi-feudal do país e, sem conseqüência, à própria formação da proletariado nacional, aliás quase todo de imediata origem camponesa e artesanal, inclusive o que provinha de correntes migratórias, facilmente influenciável pela ideologia pequeno-burguesa do anarquismo".*

A Formação do PCB. p. 46.

40

A predominância do anarquismo — ou sua influência enquanto ideologia pequeno-burguesa sobre o movimento operário brasileiro é explicada, não pelo espaço ocupado pela classe operária no processo produtivo e menos ainda pelas tensões políticas constitutivas da conjuntura analisada, mas pela procedência social do proletariado, sua "origem artesanal e camponesa".<sup>5</sup> Mas o "materialismo" de Astrojildo não se contenta com esta "demarche" teórica. É necessário remeter a "origem social" à estrutura econômica ("semi-feudal") do país — paradigma último da realidade "objetiva".

Todavia, é preciso abrir uma brecha neste quadro para explicar o surgimento do PC. É necessário descobrir na história — e, tanto quanto possível, na estrutura econômica — as premissas do seu aparecimento. Retomando a fala de Astrojildo, encontramos, em seguida ao trecho citado anteriormente, o seguinte:

*"A par disso, no entanto, havia uma certa tradição de luta operária (já não falando das lutas seculares dos escravos), que vinha desde os meados do século passado — por exemplo, a grande greve dos tipógrafos do Rio de Janeiro, em 1858. Creio que este último fato explica em grande parte até que ponto o espírito de revolta reinante nas massas de trabalha-*

dores – e produzido, obviamente, pelas duras condições de trabalho a que eram sujeitos – viria a favorecer entre nós o surto do anarquismo, uma vez que o socialismo – confuso e vago socialismo – se apresentava aqui quase sempre sob as vestes do mais frouxo reformismo, que apenas de nome ouvira falar de Marx e do marxismo”. A Formação do PCB. p. 46.

Ao mesmo tempo em que é explicada pelas condições “objetivas”, a predominância do anarquismo é associada, por este discurso analítico, à existência, por um lado, de um socialismo confuso, vago e reformista, ou seja, ao vazio político, e, por outro lado, de uma certa tradição de luta operária, explicável pelo espírito de revolta das massas trabalhadoras, o qual, por sua vez, se originaria das duras condições de trabalho. Aqui, também, é ao “real” – o “social” e o “econômico” – que a argumentação apela em última instância, embora o caráter da determinação evocada seja distinto do assinalado no caso anterior. Se a procedência rural e a estrutura econômica semi-feudal do país são as principais causas da preponderância anarquista, é também um fator derivado da estrutura social – a revolta causada pelas condições de trabalho – que revela, na existência deste predomínio, a possibilidade de sua superação.

41

### O “Princípio”

*“As grandes greves e agitações de massa do período 1917-1920 puseram a nu a incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo para resolver os problemas de direção de um movimento revolucionário de envergadura histórica, quando a situação objetiva do país (em conexão com a situação mundial criada pela guerra imperialista de 1914-1918 e pela vitória da revolução operária e camponesa na Rússia) abria perspectivas favoráveis a radicais transformações na ordem política e social dominante”.* A Formação do PCB. p. 61.

A incapacidade do anarquismo é a causa de sua derrota, cuja história escreve-se como o hino mais solene em homenagem ao inevitável. No conforto do futuro, a fala do historiador revela a falência anarquista como se tudo se houvesse passado sem tensões, como se não houvesse existido luta, disputa, ou como se esta fosse um elemento secundário, destinado apenas a concretizar uma virtualidade já de todo presente no “real” – uma vez mais como necessidade “objetiva”. Falando da formação do Partido como fato e não como luta, este discurso inscreve no passado sua própria convicção, trans-



formando-a em evidência histórica. Mas não é possível fazê-lo impunemente: sua trama o obriga a defrontar-se com seu próprio ardil.

Tanto quanto o predomínio, a falência do anarquismo explica-se pelas "condições objetivas". Mas aí já não se fala da mesma coisa. Não é a origem social do proletariado que se altera, fazendo surgir uma classe operária imune aos vícios pequeno-burgueses devidos à herança artesanal e rural.<sup>6</sup> Tampouco se assinala uma modificação substancial na estrutura "semi-feudal" do país. As "condições objetivas" de que se trata aqui são de outra natureza, aproximando-se muito daquilo a que o autor se refere, em outra parte, como as condições... "subjetivas" — o aparecimento de um movimento revolucionário "de envergadura histórica" e a situação política internacional.<sup>7</sup>

O próximo passo será então a narrativa da origem — rito de passagem que os militantes atravessam em seu caminho revolucionário. Resumindo o conjunto disperso das metáforas-experiências, a memória comunista compõe, na voz de Astrojildo, o tecido impalpável de uma meta-histórica que se realiza antecipadamente em sua promessa: A Revolução, e em seu instrumento: o Partido.

42

*"A bancarrota do anarquismo fora total e com ela ficou encerrado um largo período da história do movimento operário brasileiro. O conseqüente surgimento do Partido Comunista, ao mesmo tempo que assinalava o início de um novo período, era também a revelação de que as lutas precedentes haviam produzido um rápido amadurecimento político da classe operária brasileira, que assim mostrava compreender qual o papel histórico que lhe caberia à frente da revolução social e nacional em marcha".* A Formação do PCB. p. 61.

O significado histórico do aparecimento do Partido é inequívoco: ele assinala "o início de um novo período" na história do movimento operário. Da mesma forma, é evidente o seu alcance, a dimensão social de que se reveste sua formação: não se trata apenas da criação do Partido, mas da emergência definitiva da classe operária; o advento irreversível do proletariado enquanto agente histórico e político efetivo. O nascimento do PC marca, além de tudo, um ajuste de contas do movimento operário com o seu passado, o momento decisivo em que a classe operária livra-se da influência perniciosa da ideologia pequeno-burguesa do anarquismo, tomando consciência do seu verdadeiro papel. O Partido é o duplo "princípio": o ponto de inflexão na história que marca o verdadeiro começo do movimento operário e o *Princípio da inteligibilidade* a partir do qual sua história passará a ser compreendida.

## Origem

Para a memória comunista, buscar as origens é também procurar fundar, no passado, a sua legitimidade; justificar através da história, suas pretensões atuais de liderança; revelar a sua própria história como o teorema da necessidade: antes que portador de uma proposta política, o Partido Comunista é o repositório da experiência histórica do proletariado, a expressão orgânica de seus interesses mais gerais, a materialização de sua consciência de classe.

Se em 1962 é preciso mostrar a necessidade histórica de um Partido que, da clandestinidade, se lança como legítima liderança do proletariado e de todo o povo; se é preciso, para legitimá-lo, reafirmar que o seu destino liga-se indissoluvelmente à história do próprio país, em 1922 impunha-se recorrer à imagem da necessidade histórica para qualificar o PCB como instrumento de organização e direção da classe operária.

Mas o que é necessário vem e devém, segundo esta visão, inevitavelmente, numa trajetória suave e ascendente, à qual somente fatores externos podem impor "desvios" provisórios. Seu aparecimento — e este é o segundo sentido da origem — é um ato natural de desdobramento do passado. Daí porque a memória da "origem" elimina suas tensões constitutivas.

A história da formação do PCB não seria, portanto, a de uma luta ideológica. Sua disputa com grupos anarquistas pela direção do proletariado não seria mais que o confronto entre o certo e o errado, a ciência e a mistificação, o legítimo e o espúrio, o real e o imaginário, o bem e o mal. E esta não é apenas a reconstrução condescendente da memória "histórica", mas também a convicção do discurso militante. 43

A história da formação do PCB surge, então, não como a da luta pela hegemonia sobre o movimento operário, mas como a história da asunção de sua verdade pelo proletariado; a posse de um direito, a realização de um dom.

No discurso da memória comunista, o movimento e a luta dissolvem-se para dar lugar a monumentos "históricos": o que fora possibilidade torna-se necessidade. Nele omite-se o fato de que a história da formação do PCB é o relato da vitória dos comunistas sobre os anarquistas. Mumificado o movimento, fixado o seu lado externo, não resta mais que um arremedo, uma tímida simulação do que fora a luta.

## Redenção

A "origem" opera como o espelho fundador da identidade revolucionária do Partido: o vértice imaginário onde o vértice do mundo se traduz em história; percurso previsível do sujeito; rota de sua sede insaciável: avidez de pleni-

tude. Mas o círculo da origem não chega a se completar se não se formula, a partir dela, a promessa redentora: a Revolução; e se esta não se traduz imediatamente: o além-vivido-aqui nos labirintos do caminho: a fé, promessa de eternidade; o Partido, promessa da Revolução; o Poder, promessa de si mesmo.

Como pêndulo, a unir suavemente extremos em torno do seu centro, o Partido transfigura o particular em universal, o Poder em Revolução e a Revolução, novamente, em Poder, para recriar o mundo na promessa de que é feito: o "real" - modo diverso de ser do além. E assim, situado entre a origem e o fim da história, o Partido se exime de dizer o que é, suposta margem a existir apenas para conduzir o rio ao mar; sem revelar que leito, margem, caudal e destino são o mesmo rio; simulando, no rio, a vontade de mar; dis-simulando sua vontade de poder.

A Redenção - a Revolução - se oferece no futuro, como "outro" a ser conquistado; poder a ser alcançado por esta estrada singular que é o Partido. E ao se dar como fala da história ("corpo do mundo"), o Partido oculta seu percurso e disfarça a história - corpo do devir, devir do corpo -, onde a ordem, a lei, a norma e a memória não estão presentes senão como vitória: derrota de corpos emudecidos.

44 Mas a genealogia deste discurso da "origem" revela o Partido gerando estes corpos ventríloquos que pretendem traduzir em ação o seu desespero, exorcizando a própria mudez com sua cegueira disciplinada: a certeza de que a tautologia da necessidade só expressa a necessidade da tautologia.

Discurso de antecipações e revisões, a fala de Astrojildo Pereira em torno da formação do PCB institui a linearidade a partir da "origem". Nele, o Partido torna-se, mais que uma necessidade, um dogma: a vida destituída de sua fluidez e de suas tensões constitutivas; a palavra transformada em norma sob o disfarce de realidade "objetiva".

Nomeando o mundo segundo sua memória, o discurso comunista pretende conferir-lhe a legitimidade que presuma deter, para, no movimento recíproco, se apropriar de sua materialidade, constituindo assim o círculo mágico do "real": o espaço régio do poder. Tautologia, embora constituído por antinomias, este discurso faz do Partido a mais perfeita apologia do poder, revelada no círculo da necessidade: mirando-se na lógica, mas tendo de fazer da contradição a sua própria substância. Porém, aí já não se trata mais de "dialética".

*"Duplipensar quer dizer a capacidade de guardar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias, e aceitá-las ambas. O intelectual do Partido sabe em que direção suas lembranças devem ser alteradas; portanto, sabe que está aplicando um truque na realidade: mas pelo exercí-*

*cio do duplipensar ele se convence também de que a realidade não está sendo violada. O processo tem que ser consciente, ou não seria realizado com precisão suficiente, mas também deve ser inconsciente, ou provocaria uma sensação de falsidade e, portanto, de culpa. O duplipensar é a pedra basilar do Ingsoc, já que a ação essencial do Partido é usar a fraude consciente ao mesmo tempo que conserva a firmeza de propósito que acompanha a honestidade completa. Dizer mentiras deliberadas e nelas acreditar piamente, esquecer qualquer fato que se haja tornado inconveniente, e depois, quando de novo se tornar preciso, arrancá-lo do olvido o tempo suficiente à sua utilidade, negar a existência da realidade objetiva e ao mesmo tempo perceber a realidade que se nega — tudo isso é indispensável. Mesmo no emprego da palavra duplipensar é necessário duplipensar. Pois, usando-se a palavra admite-se que se está mexendo na realidade; é preciso um novo ato de duplipensar para apagar essa percepção e assim por diante, indefinidamente, a mentira sempre um passo além da realidade. Em última análise, foi por meio do duplipensar que o Partido conseguiu — e, tanto quanto sabemos, continuará, milhares de anos — deter o curso da história”.*

*(George Orwell: 1984, 8ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1975. p. 200).*

45

## NOTAS

- (1) “É claro que a existência de condições objetivas por si só não basta para explicar o surgimento do Partido; é preciso que tais condições objetivas se conjuguem a um mínimo de condições subjetivas, como sejam, em primeiro lugar, o espírito revolucionário e a vontade de luta em favor do socialismo.” Cf. Pereira A.: “A Formação do PCB” *Ensaios Históricos e Políticos*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979. p. 43.
- (2) “... a existência do Partido Comunista, genuína representação política da classe operária, é uma necessidade histórica inelutável, colocada perante os homens em determinada fase do desenvolvimento da sociedade. A história do PCB demonstra-o claramente (...).” Id. *Ibid.* p. 42.
- (3) “O que é fato é que o anarquismo, sobretudo em sua forma anarco-sindicalista, predominou no movimento operário brasileiro durante os anos de 1906 a 1920”. Id. *Ibid.* p. 47.

“Noutras cidades, como Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, etc. onde camadas mais avançadas do proletariado foram sempre quase que exclusivamente influenciadas pelos anarquistas, muitos militantes demonstraram,

desde a primeira hora, fundas sympathias pela obra do Partido Comunista Russo e da Terceira Internacional. Todavia, só lentamente, mercê das lições e experiências da Revolução Russa e pela leitura directa da literatura bolchevista, foi a ideologia mais ou menos chaótica até então predominante se transformando e firmando num sentido marxista". Cf. "Nosso Congresso" – informe da Comissão Central Executiva do PCB. Movimento Comunista. Rio de Janeiro, I (7): 177, junho de 1922.

- (4) É interessante observar que quando se trata de estabelecer uma linha de continuidade que justifique o passado anarquista dos comunistas, Astrojildo apela para a capacidade e combatividade individual dos militantes. Assim, por exemplo, ao referir-se às manifestações anti-belicistas de militantes operários brasileiros, Astrojildo afirma: "Em suma, podemos afirmar que os melhores elementos do proletariado, os mais capazes e combativos, mantendo-se fiéis ao internacionalismo proletário e condenando tenazmente a guerra imperialista, conseguiram realizar, durante a Primeira Guerra Mundial e sem embargo das debilidades e deformações da ideologia anarco-sindicalista, uma tarefa meritória de mobilização das massas populares no sentido da luta em defesa da paz". A Formação do PCB, p. 56.
- 46 (5) Não deixe de ser interessante lembrar que este mesmo "fator" – a origem camponesa de um proletariado recente – tem servido em diferentes contextos teóricos e em relação a situações historicamente distintas, para explicar fenômenos contraditórios, quando não simplesmente opostos: a passividade ou atividade política do proletariado (os "casos" brasileiros e russo, por exemplo, na tradição sociológica); sua refratariedade ou receptividade a projetos revolucionários "consistentes" etc.
- (6) Ao contrário, tudo indica que o fim da imigração teria sido acompanhado pelo êxodo da população rural que viria a fornecer os novos contingentes da classe operária.
- (7) Evidentemente, o "materialismo histórico" obrigará Astrojildo a procurar a base econômica para a emergência do que ele chama "um movimento revolucionário de envergadura histórica", tarefa na qual não conseguirá, contudo, ser muito convincente.

No capítulo "Alguns dados Econômicos", d' A Formação do PCB, ele recorre a dados numéricos para mostrar o desenvolvimento do processo de industrialização, a partir dos quais afirma: "vê-se por aí que o grosso da indústria brasileira surgiu no período de 1905 a 1919. Sabe-se ainda que cerca de 5.940 estabelecimentos, quase metade dos 13.336 recenseados em 1920, foram instalados durante os anos de 1915 a 1919, precisamente no

período da Guerra". (p. 65). No entanto, ao assinalar o aspecto até certo ponto temporário daquele processo, é obrigado a ponderar: "Mas o impulso da industrialização ocasionado pela guerra trazia no bojo vários fatores de natureza temporária, cujo definhamento, inevitável após a cessação das hostilidades, só não provocou maiores perturbações porque tarifas alfandegárias elevadas, e com estas uma contínua depressão cambial, amparavam a produção nacional. Quer dizer: aqueles fatores, temporários, foram de certo modo substituídos por fatores permanentes, os quais, no entanto, impregnavam certos ramos das novas indústrias de tal ou qual feição parasitária e daí, em parte pelo menos, muitas das debilidades que se refletiam sobre o processo geral de industrialização e, também, em muitos casos, sobre a situação da classe operária.

"De tais circunstâncias, acrescidas a outras, algumas das quais vinham de longe (Caio Prado Júnior exemplifica: debilidade do mercado interno, dificuldade de transporte, deficiência técnica) só podia resultar o que de fato resultou, como regra geral, uma indústria de baixo nível qualitativo". (p. 67).

Ou ainda: "Falamos acima em concentração industrial, e portanto de operários, em certas regiões. Expliquemos: não era questão de concentrações técnicas, traduzidas em grandes unidades ou organizações industriais, a não ser, em parte, a dos frigoríficos americanos e ingleses; tratava-se antes de concentrações, em alguns pontos do território nacional, de numerosos estabelecimentos do tipo médio e pequeno. "A maior parte da indústria brasileira" — escreve Caio Prado Júnior — "continuará como dantes largamente dispersa em unidades insignificantes, de rendimento reduzido e produzindo exclusivamente para estritos mercados locais". (pp. 67/68). 47

No que se refere, por outro lado, à estrutura agrária do país, Astrojildo afirma, comentando os dados do censo de 1920: "Os dados acima sobre as propriedades agrícolas evidenciam a olho nu o absoluto predomínio do latifúndio nas mãos de reduzida minoria de grandes proprietários. A par disso, e em conseqüência, o enorme atraso nos métodos de trabalho, com a existência de apenas 1.706 tratores computados em todo o país." (p. 64)

Ou seja: por um lado, uma industrialização instável, temporária, gerando uma indústria de baixo nível qualitativo, "dispersa em unidades insignificantes". Por outro lado, a manutenção da estrutura econômica "semi-

feudal" do campo — que é o que certamente significam para Astrojildo a predominância do latifúndio e o atraso técnico. Portanto, um quadro muito pouco ortodoxo para explicar a emergência de "um movimento revolucionário de envergadura histórica". Mas a obsessão "materialista" em vincular o movimento operário à constituição empírica da classe operária e a sua expressão numérica obriga Astrojildo a arrematar inconclusivamente: "Todavia, o que mais importa observar, no caso, e Caio Prado Júnior dá o devido destaque a semelhante observação, é que desde então a indústria passou a ocupar posição de crescente relevo no conjunto da economia brasileira. E isto queria dizer, nem mais nem menos, que o Brasil começava a superar a velha e colonial condição de "país essencialmente agrícola". (p. 68 — grifo do próprio Astrojildo).

- 40 (★) *Astrojildo Pereira Duarte Silva nasceu no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1890. Na adolescência foi admirador de intelectuais republicanos como Benjamim Constant e Rui Barbosa, tendo-se convertido ao anarquismo na juventude, período em que colaborou ativamente na organização e propaganda anarco-sindicalista. Converteu-se ao marxismo no período que se seguiu à Segunda Revolução Russa, tendo formado, em novembro de 1921, o "Grupo Comunista do Rio de Janeiro", que, a partir de janeiro de 1922, edita a revista Movimento Comunista, a qual viria a ser o primeiro órgão oficial do PCB (Partido Comunista do Brasil), fundado em março do mesmo ano. Após a renúncia do primeiro secretário geral do Partido, Abílio de Nequete, ainda em 22, Astrojildo ocupou este posto até ser afastado em 1930, acusado de conduzir o PCB a uma política de submissão à pequena-burguesia no período das rebeliões militares ocorridas no país durante a década de 20. Em 1932 foi finalmente desligado do Partido. Após a Segunda Guerra Mundial e com a efêmera legalização do Partido, solicitou seu reingresso, através de uma carta de autocritica que lhe foi, então, exigida, passando a ocupar postos secundários na hierarquia partidária. Foi preso diversas vezes; a última delas em outubro de 1964, pelo governo militar instalado em abril do mesmo ano, sendo solto em janeiro de 1965, a tempo de falcer "em liberdade", aos 75 anos de idade.*

*O presente ratigo faz parte da tese de mestrado — "Militância e Poder" — que ora preparamos pra a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, sob a orientação da Pro<sup>fa</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Stella Martins Bresciani.*

# O I congresso dos trabalhadores baianos

*Antonio Albino Canelas Rubim*

Dos acontecimentos que marcam a conjuntura de lutas sociais na Bãhia, nos anos 1917-1921, dois se destacam: a greve geral de junho de 1919 e o Congresso dos Trabalhadores Baiãos realizado de 14 a 20 de julho daquele ano.1 O Congresso foi convocado e organizado pelo Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes através de folhetos e de um manifesto. Nele lia-se: "...movimento que ora se vai operando em todo o mundo em prol da emancipação dos trabalhadores e da constituição de uma sociedade nova, expurgada dos velhos preconceitos que permitiam à burguesia receber e conservar o poder arrebatado das mãos da nobreza e do clero pela revolução francesa. Esse movimento renovador que somente cessará com a vitória definitiva dos oprimidos, também repercutiu proficientemente neste Estado, como atestam as melhorias morais alcançadas pelos nossos irmãos, em virtude da recente greve geral".2 49

Para assegurar o noticiário sobre o Congresso nos jornais diários, uma comissão composta de operários visitou os periódicos nos dias anteriores ao encontro e na véspera do início do Congresso, fez-se uma reunião, às 15 horas, no Sindicato, para credenciar os delegados.3

A sessão de abertura, coincide propositadamente com a data da tomada da Bastilha em 1789, e é realizada no tradicional Teatro São João, às 15 horas, com a presença de "numerosíssima" platéia. Encontram-se presentes representantes do Governador, do General Comandante da 5ª Região Militar, do Secretário de Polícia, da Imprensa e de Delegações Operárias, além de pessoas de várias classes sociais, em particular, do operariado e setores subalternos.4

O Congresso instalado por Antonio de Sant'Anna, prosseguiu com diversos discursos. Falaram José (dos) Santos Gomes do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes e orador oficial do encontro, Alfredo Campos de Oliveira, Alfredo Tolentino e Agripino Nazareth. O discurso inicial, depois



de enaltecer a data escolhida — "... dia maior da humanidade" —, citar Victor Hugo, Latino Coelho e saldar a evolução social e as idéias "Libertárias de Saint Just, Roberpierre, Marat e do abade Funchett", define como objetivo do Congresso: "... estabelecer os princípios sobre os quais possamos reclamar os direitos que nos são conferidos pela nossa Magna Carta, Código Civil e demais leis" e pedir ao poder público escolas. No final do seu pronunciamento, José (dos) Santos Gomes lembra da "... revolução social porque vem passando o mundo" e afirma: "A greve é um direito do operariado e a greve representa o seu protesto a fim de que sejam atendidas suas reclamações, mas, não queremos a greve perturbadora da ordem pública nem que traga a morte da população pela fome por isso somos daqueles que julgam necessária a ordem, porque dela provirá a harmonia e desde que patrões e operários colaborem para o mesmo fim, teremos a riqueza e engrandecimento do país e então todos nós gozaremos destes benefícios".<sup>5</sup>

Alfredo Campos de Oliveira, delegado dos Operadores Eletricistas da Companhia Linha Circular, em seu discurso ao "patriótico e glorioso Congresso", cita Waldeck Rosseau, Paul Boucour, Victor Hugo, fala das imposições das classes afortunadas sobre o operariado baiano e depois conclama: "Trabalharemos pois em prol de nossa grandeza, em prol da prosperidade da 50 Pátria". Na conclusão de sua fala diz: "...e se assim ávidos pela nossa grandeza, pela nossa independência político-social, pelo soerguimento da cultura sagrada da igualdade, do direito, da compensação exata do nosso esforço, não se fizer tudo será perdido, nada será feito, todo o esforço parcial será baldado, jamais será derrubada a nova Bastilha que mais aterradora e tirana do que a que outrora fora destruída pela revolução francesa que hoje a história comemora. Urge portanto, a unificação de todas as forças para o combate. Viva o operariado baiano. Viva a vitória do fraco."<sup>6</sup>

Finalmente em seu discurso, Agripino Nazareth convida "... o operariado a comemorar condignamente o dia 14 de julho que foi o da vitória do socialismo universal".<sup>7</sup> A sessão estiveram presentes 25 delegados de entidades ou de categorias profissionais e terminada a instalação, três bandas de música da Polícia Militar tocaram os hinos dos países aliados.<sup>8</sup>

No dia 15 de julho o Congresso prossegue com a realização da primeira sessão ordinária, à noite, na sede do Sindicato, sendo a sessão presidida por Manoel P. de Oliveira e secretariada por Edgard Brito e Epiphânio T. do Nascimento.<sup>9</sup> De início são lidos ofícios e cartas de entidades e proletários solidários com o Congresso, como os operários de Plataforma.<sup>10</sup> A seguir debate-se a proposta apresentada pela Sociedade União dos Operários de Padarias que engloba quatro itens: 1 — habitação popular, 2 — jornal proletário, 3 — luta contra o analfabetismo, através de aulas nas entidades associati-

vas e 4 – aliança entre as sociedades proletárias em caso de greve.<sup>11</sup> A discussão do item 1 provoca bastante interesse, sendo alterada a redação e detalhada a proposta, além de ser constituída uma comissão para tentar concretizar as reivindicações aprovadas sobre a questão da habitação.<sup>12</sup> Os outros pontos são aprovados e com relação ao jornal proletário decide-se que ele seria impresso num diário da Capital e que deveria ser mantido através de assinaturas dos próprios proletários. Durante a sessão destacou-se a figura de Agripino Nazareth, sempre falante.<sup>13</sup>

Outra sessão ordinária é realizada no dia 16 de julho, também na sede do Sindicato e à noite. A reunião foi aberta por Manoel Pedro de Oliveira, que leu a ata, conduziu sua discussão e aprovação. Logo depois de acordo com o regimento foi eleita uma mesa de trabalho, composta por Germiniano Caldas (presidente), José Gomes e Nathalio de Jesus (primeiro e segundo secretários, respectivamente). Compareceram a esta reunião 21 delegados e inúmeros operários.<sup>14</sup> Nela distribue-se o texto em português do manifesto de Tchitcherin, comissário do Povo para o Exterior da República Soviética da Rússia. O manifesto, lido por Agripino Nazareth provoca “caloroso debate”.<sup>15</sup>

Ainda durante este encontro são discutidas duas propostas apresentadas pelo advogado do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes e de outras entidades. A primeira reivindicava da Intendência Municipal e dos diretores da “Linha Circular”, da “Chemins de Fer” e da “Municipal” a emissão de bilhetes especiais de transporte para os operários, com 50% de abatimento. A segunda proposta compunha-se de nove pontos relativos ao caráter de resistência das sociedades proletárias; a não admissão nas mesmas de mestres e contra-mestres que além do serviço de direção não trabalhassem como oficiais nas fábricas, oficinas e obras; à transformação das sociedades beneficentes em sociedades de resistência; ao trabalho de menores de 14 anos e ao trabalho feminino; ao salário mínimo e a demissão de operários da “Chemins de Fer” e das obras do Porto por causa da participação na greve geral de junho, além de outros. Todos os pontos apresentados são provados, alguns por unanimidade e fica deliberado: de um lado, enviar pedido de fixação de um salário mínimo ao Congresso Nacional medida considerada pioneira por Cid Teixeira — se, de outro lado, constituir comissão para fazer gestões junto a “Chemins” e as obras do Porto para solucionar a questão das suspensões e demissões.<sup>16</sup> Sobre este problema, Agripino Nazareth lê telegramas trocados com autoridades do Ministério da Viação e com pessoas influentes, como Assis Chateaubriand.<sup>17</sup>

No dia seguinte — 17 de julho — o Congresso continua e os trabalhadores realizam a terceira sessão ordinária, iniciada às 19 h, sob a presidência de Cons-

tância Victório. Inicialmente a comissão faz uma exposição dos contatos mantidos com as obras do Porto e com a "Chemins". Logo nova comissão é nomeada para prosseguir as negociações a respeito dos suspensos e demitidos. Também outra nova comissão é escolhida para encaminhar a reivindicação das passagens especiais. O Congresso sugere a Câmara dos Deputados a proibição de trabalho a todos os proletários que não tivessem diplomas de competência dados por escolas profissionais a serem criadas pelas respectivas associações. Além da proibição, os trabalhadores irregulares seriam submetidos a sanções das associações proletárias. Finalmente é reivindicada a criação de um curso noturno, anexo ao Ginásio da Bahia e discutida a garantia de trabalho que devia ser dada por cada associação aos seus associados e a limitação da tabela de preços para cada categoria.

Nesta sessão, por proposta de Agripino Nazareth é aprovado um voto de louvor e aprovação ao governador do Estado e autoridades policiais "pela exata compreensão dos seus deveres constitucionais por ocasião da última greve" e pelo "policiamento da cidade, nos dias daquele movimento", respectivamente.<sup>18</sup>

52 Com a presença de 18 delegados em sua quarta sessão plenária continua o Congresso dos Trabalhadores no dia 18 de julho. A reunião iniciou-se às 19:30 h, tendo sua mesa composta por Alfredo Tolentino, Martinho Porto e Faundes João da Cruz. As comissões dão conta de suas incumbências e depois são lidas diversas comunicações, entre as quais, a dos operários das fábricas de charutos de Muritiba. Os trabalhos se estendem até às 3 horas da madrugada devido a grande importância dada à confecção e endereçamento de memorial sobre o trabalho feminino e infantil e salário mínimo. Fala-se numa possível sessão extraordinária no domingo pela manhã e é votada, por unanimidade, uma moção de solidariedade a Marinho Porto, presidente da Sociedade União Defensora dos Operários em Carroças e agente do gabinete de capturas da polícia, fato que é desconhecido pela plenária, segundo a nota oficial citada.<sup>19</sup>

A quinta e última sessão ordinária – dia 19 de julho – inicia-se às 20 h, com a mesa presidida por Manoel Maria e secretariada por Alfredo Campos de Oliveira e Tertuliano Lima e termina por volta da meia-noite. De início é lida a ata da terceira sessão e o expediente. Em seguida as comissões relatam suas negociações e são discutidos vários assuntos de interesse associativo. Logo "... é levantada a questão sobre qual o socialismo seria adotado pelo proletariado baiano. Por aclamação é adotada a escola socialista coletivista".<sup>20</sup> Por fim são aprovados votos de solidariedade aos trabalhadores de todo o mundo e especialmente aos da Rússia.

O I Congresso dos Trabalhadores Baianos encerra-se no dia 20 de julho, com uma sessão aberta às 13 h, no Teatro São João. Estão presentes inúmeras sociedades proletárias e um grande público. A mesa composta por Guilherme Francisco Nery (presidente), Jorge Manoel da Rocha (secretário geral) e Abílio José dos Santos (tesoureiro), inicia os trabalhos e dá a palavra, durante 40 minutos, para o relato das atividades do Congresso, feito por José (dos) Santos Gomes. No final o orador oficial do encontro faz um apelo aos companheiros para a continuação da luta até a vitória justa do operariado. Depois dele discursam: Abílio José dos Santos, Constâncio Victório, Astério Luiz dos Prazeres, Nathalio de Jesus, Agripino Nazareth e Antonio Francisco Dantas. No encerramento da sessão, o presidente agradece a presença e o interesse dos jornais A TARDE e O IMPARCIAL.<sup>21</sup> Em seguida, "... os operários fizeram uma passeata, puxados pela banda de música do 2o. Batalhão de Brigada Policial e desfilaram pela rua Chile até o Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros, ao Maciel de Baixo, erguendo vivas ao socialismo e ao operariado".<sup>22</sup>

Concluída a descrição do Congresso deve-se fazer algumas observações sobre pontos de importância que marcam este momento do movimento proletário baiano. De imediato, nota-se a ausência quase integral das reivindicações formuladas pelos proletários na greve de julho como pontos temáticos do Congresso. Assim não são discutidas questões como salários, jornada de trabalho, condições de trabalho, multas. Apenas o problema do trabalho infantil e feminino é debatido, ao que parece rapidamente.

53

A ausência temática destas questões ganha maior significado se se observa que durante o Congresso já surgem acontecimentos que demonstram o não cumprimento do acordo pelos patrões como, por exemplo, as demissões e suspensões na "Chemins de Fer" e nas obras do Porto. Ou seja, mesmo aquelas medidas "conquistadas" na greve geral "vitoriosa" não estavam tão garantidas e seguras para dispensarem o debate (e as possíveis decisões e ações). Além do que com toda certeza estas medidas não haviam solucionado integralmente (ou até de forma satisfatória) as questões levantadas na parede de junho. Deste modo, a exclusão dos temas anotados acima deve ser encarada como uma questão política (e de fundamental importância).

Outro aspecto imediatamente notado é a não participação de algumas categorias e suas entidades associativas que, em graus diversos, atuaram na greve geral. Não estão presentes oficialmente — nem através de alguma referência em livros ou nos jornais —, entre outros, os marítimos e suas entidades (a Sociedade União dos Foguistas, a Associação dos Marinheiros e Remadores, a União dos Estivadores e a União dos Carregadores), os alfaiates e suas associações, os textéis e os metalúrgicos (organizando suas entidades), além de

algumas sociedades mais tradicionais como o Centro Operário, a Associação Tipográfica etc. Essas ausências são em parte justificáveis para entidades onde a visão corporativista é hegemônica – como nas associações marítimas – ou para aquelas submetidas a influências de políticos – como novamente as entidades dos marítimos e o Centro Operário, por exemplo – ou ainda para sociedades de orientação beneficente. Mas dificilmente são explicáveis para categorias como alfaiates, metalúrgicos ou tecelões, na sua totalidade. Isto é principalmente a pouquíssima ênfase dada ao debate do papel, estrutura, funcionamento das associações; das relações entre elas no plano local e nacional e das medidas necessárias para organizar categorias sem entidades apontam pontos obscuros, talvez só explicáveis pelo estudo mais detalhado da orientação política e da situação destas entidades e, em especial, das presentes no encontro.<sup>23</sup>

Pelas resoluções aprovadas no Congresso, alguns destes pontos obscuros ficam um pouco mais claros: inexistente uma imprensa proletária na Bahia, naquele momento e a orientação ideológica hegemônica no Congresso e talvez no movimento proletário baiano é o socialismo.<sup>24</sup> Um socialismo um tanto vago e que se torna hegemônico no Congresso pela concentração das iniciativas nas mãos de Agripino Nazareth, de membros do Sindicato promotor e

**54** da entidade dos Padeiros, como pode-se perceber pela descrição do encontro.

Um último aspecto deve completar estas observações sobre o Congresso, seu relacionamento com o aparelho estatal e as classes dominantes. De um lado, a eleição de determinados temas e encaminhamentos demonstram a opção por uma posição não conflituosa, para se utilizar um termo ameno.<sup>25</sup> De outro lado, uma série de eventos (realização da abertura e do encerramento no Teatro São João, presença de autoridades na sessão inaugural, discursos conciliadores, bandas de música da Polícia, votos de aplauso e louvor ao governador e a setores policiais, agradecimentos aos jornais das classes dominantes, determinadas reivindicações feitas ao Estado) denunciam o caráter de conciliação de classes do Congresso.<sup>26</sup> Isto faz que o encontro seja praticamente ignorado pelos anarco-sindicalistas e pelo movimento proletário em nível nacional.<sup>27</sup>

## REFERÊNCIAS

- 1 Além de referências nos jornais diários da época, pode-se consultar: A VOZ DO TRABALHADOR 19.03.1921; TEIXEIRA, Cid "Operários baianos em Congresso" in JORNAL DA BAHIA, 14.12.1979 e os seguintes livros; BANDEIRA, Moniz e Outros O Ano Vermelho Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976 p. 190 e 191; RODRIGUES, Edgar

Trabalho e Conflito Pesquisa 1906-1937 Rio de Janeiro, Arte Moderna, sem data p. 219; MORAIS FILHO, Evaristo de O Problema do Sindicato Único no Brasil São Paulo, Alfa Omega, 1978 p. 207. Por outro lado, existe uma versão preliminar deste texto, com o mesmo título, escrita em meados de 1979.

- 2 O manifesto é citado em BANDEIRA, Moniz e Outros ob. cit. p. 190 (No Anexo 1 deste texto transcreve-se o trecho citado no livro). Também RODRIGUES, Edgar ob. cit. p. 219 fala do manifesto. Sobre a divulgação do encontro, ver O TEMPO 15.10.1919. O Sindicato promotor é situado na rua Maciel de Cima no. 24 e durante a greve geral de junho funcionou como sede do Comitê Central da parede, além de ter papel destacado no movimento. Finalmente TEIXEIRA, Cid. ob. cit. fala da importância de Agripino Nazareth, advogado e líder proletário, e Manoel Pedro de Oliveira como organizadores do encontro. O advogado realmente sobressai-se durante o Congresso.
- 3 A comissão é formada por Edgar José de Brito, Domingos do Espírito Santo e Manoel Ferreira da Conceição. Ver o convite levado ao jornal A HORA 14.07.1919. Sobre a reunião, consultar o JORNAL DE NOTÍCIAS 13.07.1919.
- 4 Ver O IMPARCIAL 15.07.1919; A TARDE 15.07.1919; JORNAL DE NOTÍCIAS 15.07.1919; O TEMPO 15.07.1919; DIÁRIO DA BAHIA 16.07.1919; A HORA 14.07.1919 e BANDEIRA, Moniz e Outros ob. cit. p. 190. MORAIS FILHO, Evaristo ob. cit. p. 207 indica 15 de julho como data da instalação do encontro e TEIXEIRA, Cid. ob. cit. aponta o dia 16 daquele mês.
- 5 O discurso está transcrito no JORNAL DE NOTÍCIAS 15.07.1919 (e no Anexo 2 deste texto).
- 6 O discurso está transcrito em A TARDE 15.07.1919 (e no Anexo 3).
- 7 O IMPARCIAL 15.07.1919.
- 8 Os delegados participantes da sessão inaugural são: Alfredo Campos de Oliveira, Aurélio Pereira da Silva, Oscar Correia Altamar (dos Eletricistas e Operadores da Linha Circular); Oscar Francisco Lopes, Constâncio Victório, Honorato Gomes Filho (da Sociedade União dos Operários de Padarias); João Lessa (da União Gráfica); Martinho Porto, Antonio Henrique Pimentel, Antonio Ferreira da Silva (?) da SUDOC, Maximiano José da Silva (?) Edgar José de Brito, João Alves do Nascimento (da Sociedade União e Progresso dos Operários da Bahia); Antonio Portugal de Azevedo, Manuel Maria dos Santos e João Paulo Batista (da União dos Sapateiros); Nathálio de Jesus, Antonio Ferreira da Silva (?), Luiz José Soares 9da Sociedade união de Resistência dos Operários

em Ferrovia); Epiphânio Teglianio do Nascimento e Marciano Pacífico da Paixão (dos Marmoristas ou Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes); José Santos Gomes (do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes); Astério Luiz dos Prazeres, Petronillo Dantas e Manoel Pedro de Oliveira (da entidade dos Marcineiros ou do Sindicato promotor do Congresso). As dúvidas apontadas acima decorrem de divergências entre os jornais, apesar de O TEMPO 15.07.1919 afirmar que a fonte dos nomes/entidades ou categorias é a lista de presença do encontro. Assim o JORNAL DE NOTÍCIAS 15.07.1919 não fala na SUOP nem na União Gráfica, coloca Maximiano José da Silva na delegação da SUPOB e, indica Epiphânio T. do Nascimento e Marciano P. da Paixão como Marmoristas. Na sua edição de 18.07.1919 volta a afirmar Epiphânio como delegado dos Marmoristas. O DIÁRIO DA BAHIA 16.07.1919, A TARDE 15.07.1919, O TEMPO 15.07.1919, A HORA 14.07.1919 e O IMPARCIAL 15.07.1919 acrescentam a SUOP e a União Gráfica, incluem Maximiano J. da Silva na delegação da SUPOBa (com excessão do DIÁRIO DA BAHIA que o coloca como pertencente à SUDOC), não anotam a presença dos Marmoristas e diferenciam a categoria dos Marcineiros e o Sindicato. Alguns jornais falam equivocadamente de "Sindicato dos Marcineiros, Carpinteiros e Demais Classes".

56

- 9 A reunião teve início às 20 h e seu término ocorreu entre as 22:30 e 23 h. Ver A TARDE 16.07.1919 e o JORNAL DE NOTÍCIAS 16.07.1919 e 18.07.1919. TEIXEIRA, Cid ob. cit. fala desta sessão como sendo a primeira sessão e como tendo ocorrido no dia 16 de julho.
- 10 A TARDE 16.07.1919 e O IMPARCIAL 16.07.1919.
- 11 A redação da proposta é a seguinte: "Art. 1 – Os congressistas baianos junto com as autoridades constituídas resolvem os meios (sic) mais convenientes para serem construídas na Capital do Estado avenidas de casas em diversos pontos podendo serem edificadas por uma empresa. Art. 2 – As classes associadas deverão fundar um órgão de imprensa para a defesa de seus interesses. Art. 3 – As sociedades deverão fundar aulas (sic) noturnas e diurnas a fim de combater o analfabetismo no país. Art. 4 – Criar uma aliança entre as sociedades para no caso de greve, auxiliarem e aderirem ao movimento. "JORNAL DE NOTÍCIAS 18.07.1919.
- 12 O Art. 1 ficou assim redigido: "Para que o Governo do Estado no projeto das 2 mil casas eleve a 5 mil e que estas casas sejam exclusivamente de operários e estabeleça a seguinte ordem: que sejam construídas em coletividades para rapazes solteiros e que nesta se aluguem quartos com todas as exigências higiênicas por preço de dez mil reis; que sejam edifi-

cadras para os que tem família, com dois quartos, duas salas, demais condições higiênicas, por preço de 20\$000; para os que tiverem maior família sejam construídas com três quartos, duas salas e mais condições higiênicas por preço de 30\$000. "JORNAL DE NOTÍCIAS 18.07.1919. Para este periódico a comissão é formada por José Gomes, Alfredo Tolentino, Jorge Manoel da Rocha. O IMPARCIAL 16.07.1919 acrescenta o nome de Agripino Nazareth à comissão. TEIXEIRA, C. ob. cit. depois de afirmar que a questão habitacional foi a "que mais interesse despertou", fala da constituição da comissão (com Agripino Nazareth e Jorge Damião da Rocha em lugar de Jorge Manoel da Rocha) e conclui a respeito dos entendimentos com as autoridades: "Os políticos, entretanto estava (sic) mais interessados na posse de Epitácio Pessoa e em garantir suas posições. Não tiveram ouvidos".

- 13 Para o debate sobre o jornal ver: O IMPARCIAL 16.07.1919; O TEMPO 16.07.1919; JORNAL DE NOTÍCIAS 18.07.1919 e A TARDE 16.07.1919. Sobre a participação de Nazareth consultar as edições citadas de A TARDE e O IMPARCIAL. BANDEIRA, M. e Outros ob. cit. p. 190 atribui a reunião do dia 15 uma série de atividades que, em verdade, foram efetivadas no dia seguinte.
- 14 A sessão começou às 19 h e terminou às 23 h Consultar A TARDE 57 17.07.1919; O IMPARCIAL 17.07.1919 e especialmente O TEMPO 17.07.1919. Segundo a último jornal estavam presentes: Agripino Nazareth, Nathalio de Jesus, José Gomes, Alfredo Tolentino, Abílio José dos Santos, Astério L. dos Prazeres, Manoel Maria dos Santos, João Procópio, Germiniano Caldas, Manoel Pedro de Oliveira, Constâncio Victório e outros. Pela lista pode-se notar nomes não incluídos na lista da sessão inaugural. O TEMPO 31.07.1919 fala da participação de Jardelino Pedreiro Couto como líder da delegação do interior (de São Félix, Cachoeira e Muritiba). Jardelino só não é demitido pela participação no encontro, porque os operários da São Félix entram em greve e ele é reintegrado. Também na edição de 16.08.1919, O TEMPO indica outros delegados.
- 15 O TEMPO 17.07.1919; A TARDE 17.07.1919; O IMPARCIAL 17.07.1919 e, com a ressalva feita anteriormente, ver BANDEIRA, M. e Outros ob. cit. p. 190. TEIXEIRA, C. ob. cit. apesar de falar em dia 17 de julho para a sessão (em verdade realizada no dia 16) comenta que no manifesto "... é feita a apologia da consciência da força do operário unido".
- 16 A comissão é composta por Constâncio Victório, Astério Luiz dos Prazeres e Germiniano Caldas. A TARDE 17.07.1919.



- 17 O teor do telegrama recebido pelo advogado baiano e este: "Dr. Agripino Nazareth - Bahia. Rio, 15. Inspetor estradas telegrafou chefe do distrito aí, operários procurem-no. Abraços Assis Chateaubriand". A TARDE 17.07.1919. É bom lembrar que de acordo com o acerto final da greve de junho, nenhum paredista poderia ser demitido.
- 18 A aprovação traz uma série de mal entendidos que são esclarecidos por nota oficial do Congresso publicada em O IMPARCIAL 20.07.1919 e A TARDE 19.07.1919 (e transcrito no Anexo 4 deste texto). Para uma descrição dos acontecimentos do dia 17 de julho, ver O IMPARCIAL 19.07.1919.
- 19 Sobre a sessão ver O IMPARCIAL 19.07.1919 e O TEMPO 19.07.1919. A função de polícia de Martinho Porto é denunciada por O IMPARCIAL. Por outro lado, a nota oficial fala dos rumores da existência no Congresso, em especial na sessão de 18 de julho, de espões e capangas de certos industriais (Ver Anexo 4).
- 20 O IMPARCIAL 20.07.1919. Segundo Edgard Leuenroth o coletivismo "... é um sistema de organização da economia, dentro da sociedade socialista, em que os meios de produção são de posse coletiva e o consumo obedece à fórmula - a cada um segundo o seu trabalho". LEUENROTH, Edgard Anarquismo Roteiro da Libertação Social Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963 p. 75.
- 58
- 21 Sobre o final do Congresso ver O IMPARCIAL 21.07.1919; A TARDE 21.07.1919; JORNAL DE NOTÍCIAS 23.07.1919. Consultar também BANDEIRA, M. e Outros ob. cit. p. 190/191 e TEIXEIRA, C. ob. cit.
- 22 A TARDE 21.07.1919.
- 23 Com relação ao debate sobre estes, pontos só se tem no Congresso a recomendação da transformação das sociedades beneficentes em de resistência, a exclusão dos mestres e contramestres (que apenas dirigem) das associações e um dos itens da proposta da SUOP, onde se sugere a aliança das sociedades em caso de greve.
- 24 Tanto a aprovação da orientação socialista coletivista, quanto os vivas ao socialismo na passeata do último dia do encontro dão mostras nítidas do predomínio desta corrente e da ausência (ou inoperância) de outras tendências. A única referência nos jornais durante o período a vezes distoantes deste socialismo é a seguinte: "Vozes que se dizem suas amigas (do proletariado N.A.), não cessam de clamar em favor de um perigo so antagonismo, de cacusar a indústria de inimiga do proletariado, de anunciar uns rumores de tempestade que se avizinha, para subverter a ordem e plantar a anarquia "O IMPARCIAL 21.07.1919. Se isto não for uma "radicalização" criada pelo jornal (mesmo a partir de posturas

- conciliadoras), então aponta de forma concreta setores divergentes. Por fim a forma da escolha ideológica indica um certo descolamento das discussões/reivindicações com relação a opção ideológica.
- 25 Esta atitude não conflituosa, tanto é real para a facção das classes dominantes que detem o poder estadual, quanto para aqueles na oposição (ver, por exemplo, aplausos a O IMPARCIAL e A TARDE). A posição "moderada" poderia também ser compreendida pelos organizadores do encontro como adequada para uma maior participação de entidades no Congresso.
- 26 Na prática, o Congresso serve para estruturar um novo bloco de entidades distanciado, tanto das associações beneficentes (em sua maior parte organizados pelos patrões), quanto das sociedades de orientação visivelmente corporativistas. Um outro "efeito" do Congresso é estimular (intencionalmente ou não) a organização de algumas entidades, como a UDO de Muritiba.
- 27 RODRIGUES, E. ob. cit. p. 219 comenta: "A enorme contradição entre a escolha do dia do Congresso e o que nele se discutia e aprovou, é de molde a fazer com que o proletariado anarco-sindicalista ignorasse a sua realização".

# pequena burguesia e reformismo social\*

Michael Zaidan Filho

Logo após a vitória do movimento de 1930, na esteira das medidas legislativas tomadas em relação ao mundo do trabalho,<sup>2</sup> surgiu o decreto n.º 19.770 destinado a institucionalizar a sindicalização das classes patronais e operárias no Brasil. A chamada "lei de sindicalização" — meio termo para a legislação sindical corporativista de 1937 — tinha como pressuposto básico "um regime de colaboração de classes".<sup>3</sup> Daí as suas características:

60

- restaurava e garantia o direito de associação dos trabalhadores e ampliava o tipo tradicional do sindicato, que, além de instituição cujos estatutos ainda se regulavam por normas do direito privado, passava, também, a ser colaborador do Estado na solução de problemas diretamente ligados aos interesses de classe;
- considerava o sindicato o único órgão representativo da profissão, e tomava esta como unidade social, congregando, sem distinção de credos religiosos ou políticos, a massa dos que trabalhavam num determinado campo da economia, estabelecia o princípio da unidade sindical, isto é, que para as profissões idênticas, similares ou conexas, só se deveria, em cada categoria profissional, admitir-se um sindicato.<sup>4</sup>

A elaboração de tal decreto teria levado em conta:

- a situação específica das classes trabalhadoras no Brasil;
- os obstáculos que se antepunham à sua organização;
- uma política social que fosse a expressão de interesses que teriam de ser ritmados por um regime legal resultante de uma aproximação dessas classes com o Poder; mas de modo que essa aproximação se fizesse mediante um compromisso, por parte do Estado, de reconhecer no sindicato, mais do que uma simples sociedade civil, um órgão necessário ao equilíbrio da ordem jurídica na economia nacional.<sup>5</sup>

(\*) *Extraído de Pao-e-pau: política de governo e sindicalismo reformista no Rio de Janeiro (1923-1926). Dissertação de Mestrado em História, defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da UNICAMP. 1982.*

Tratado como a "carta constitucional" do sindicalismo no país, o decreto n.º 19.770 introduziu profundas mudanças na organização sindical brasileira: definiu o sindicato a partir da defesa dos interesses gerais de cada categoria profissional; instituiu a unicidade sindical; proibiu a discussão de temas político-doutrinários nos sindicatos; e transformou estes últimos em órgãos indiretos da administração pública.<sup>6</sup> Era o início, como bem disse Evaristo de Moraes Filho, do controle ministerialista que chegaria ao auge com o chamado Estado Novo.<sup>7</sup>

Como posteriormente reconheceram, foram Joaquim Pimenta e Evaristo de Moraes — dois grandes líderes "trabalhistas" da República Velha — os redatores do anteprojeto de que resultou o decreto n.º 19.770.<sup>8</sup> Aos olhos de alguns autores, nada haveríamos de estranhar que Joaquim Pimenta, por exemplo, tivesse auxiliado a Getúlio Vargas a "incorporar o sindicalismo no Estado" (como dizia a exposição de motivos que precedia ao decreto), porquanto toda a atuação de Pimenta entre as associações operárias de Pernambuco, em lutas passadas, teria se orientado por seu "método pragmático": "arrancar das situações e dos acontecimentos o que pudessem dar em prol das classes trabalhadoras".<sup>9</sup> E, assim, estaríamos frente a um "puro e simples reformismo, no sentido bernsteiniano", donde a capacidade de Joaquim Pimenta em "compreender" os poderosos, e não só os oprimidos.. Compreensão expressa nas suas ótimas relações com o general Dantas Barreto, então governador de Pernambuco, com os futuros presidentes Epitácio Pessoa e Getúlio Vargas, tudo lhe rendendo bons empregos, ao mesmo tempo que dava oportunidade de servir ao proletariado..."<sup>10</sup>

Contudo, a despeito das ligações de Pimenta com muitas das figuras da "grande política" e dos viés reformista que o seu discurso veio a assumir, sobretudo nas décadas de vinte e trinta,<sup>11</sup> imputar-lhe tão-somente um pendor oportunista, colaboracionista ou reformista desde sempre, como a causa da sua cooptação política pelo governo antes e depois de 1930, além de ser uma crítica meramente doutrinária à sua obra, este tipo de avaliação impede objetivamente a que se faça uma análise científica da trajetória político-ideológica, não só do próprio Joaquim Pimenta, mas de toda pequena-burguesia reformista da Primeira República, da qual ele foi aliás um típico representante, a partir das vicissitudes mesmas da forma de domínio burguês assentada neste país com o advento do Estado republicano. Desta forma, buscaremos retrazar nas páginas seguintes o roteiro político-ideológico de Joaquim Pimenta a partir das suas circunstâncias, ou seja, das suas origens histórico-sociais, da sua formação ideológica prévia, do contexto social onde atuou, da política de governo a que serviu etc. E não só pelo fato de ter tido ele um bem sucedido agente governista de cooptação política entre os operários, mas sobretudo face à exemplaridade da sua trajetória quanto ao papel desempenhado pela pequena burguesia urbana no contexto do Reformismo Social da Primeira República.

O contexto social de origem de Joaquim Pimenta está circunscrito numa zona periférica ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil: alto sertão do estado do Ceará. A economia aí predominante é caracterizada pela prática de uma pecuária extensiva e culturas de subsistência. A mão-de-obra empregada em tais atividades, quando não provém das famílias mesmas dos pequenos proprietários agrícolas, é composta de agregados e remanescentes do cativo negro. "Assalariado" seria uma classificação por demais problemática para o tipo de relações que se estabelecem entre patrões e empregados, marcadas profundamente pela dependência pessoal entre uns e outros. Estamos em presença, aqui, da dominação "coronelística" com todo o seu cortejo de traços sociais específicos. A

família Pimenta, por sua vez, está localizada entre o topo e a base da pirâmide social: seu pai é um pequeno farmacêutico e possui alguns "roçados" nas proximidades de casa.<sup>12</sup>

A ideologia aí dominante é o catolicismo patriarcal, muito imbuído de um assistencialismo personalista, que se torna mais piegas entre as mulheres e crianças, sobretudo em vista da brutalidade reinante entre patrões e empregados. Toda educação, formal e informal, é muito influenciada pela religião, sendo os padres e sacristãos os principais responsáveis pela alfabetização das pessoas.<sup>13</sup>

A capital do estado, Fortaleza, torna-se inevitavelmente o último destino de quem deseja prosseguir em sua educação formal e fugir à estreiteza econômica e social de seus lugarejos de origem. Ali, a Faculdade de Direito, para os que conseguem ultrapassar o Curso de Humanidades e os exames preparatórios, é a meta natural. Por sua vez, a sobrevivência dos candidatos provincianos é assegurada: primeiro, pelos recursos enviados pela família, quando se trata de gente rica; segundo, através dos empregos públicos, quando a pessoa é partidária da situação dominante no estado e desfruta de algum prestígio junto ao governo; e terceiro, através do magistério secundário privado e domiciliar, escasso e mal pago. Fortaleza, além de ser a capital de uma região muito afastado do centro-motor do desenvolvimento capitalista no país, é uma cidade tipicamente administrativa, comercial e portuária.<sup>14</sup>

62 O discurso dominante nos meios acadêmicos é liberal na Economia Política, mas muito impregnado de naturalismo evolucionismo e monismo na Filosofia, no Direito, na Sociologia e na Administração. É possível, ainda, encontrar-se sinais do positivismo, principalmente, fora dos muros da Faculdade de Direito. Também será comum a familiaridade com alguns pensadores socialistas e anarquistas. Mas sempre fora dos meios acadêmicos e só muito raramente entre os estudantes de Direito. Ser progressista, neste contexto, é renegar o discurso liberal e/ou católico e assumir o "porre ideológico" que representa o misto de naturalismo, evolucionismo e monismo, temperado com o positivismo. Algum conhecimento da teoria anarquista pode ter contribuído para aceitação, por alguns, da intervenção do Estado na economia, além é claro da influência discreta do positivismo e seus rebentos ideológicos.<sup>15</sup>

Recife, capital do estado de Pernambuco, se apresenta como um centro natural de atração para todos aqueles, no nordeste, que querem se aperfeiçoar no estudo, para os exilados políticos regionais ou para quem busca melhores oportunidades econômicas e sociais. O velho porto comercial e administrativo da região, a exemplo de outras metrópoles, sobrevive principalmente como o escoadouro de toda produção agrícola exportável (café, açúcar, algodão, etc.) do estado e de zonas agrícolas adjacentes. Suas indústrias são escassas, desconcentradas e caracterizadas por formas artesanais de produção (resumem-se a umas poucas fábricas de tecidos e cigarros, além, é claro, das usinas de açúcar); e uma parte substancial de seu proletariado urbano se aplica nos serviços portuários, ferroviários e nos transportes urbanos. De sua parte, não é desprezível o contingente dos funcionários públicos, sobretudo os médios e baixos. Há, também, uma grande quantidade dos chamados "profissionais liberais". O comércio recifense acha-se, em grande parte, nas mãos de ingleses, portugueses, alemães, americanos e de outros estrangeiros. Só o pequeno comércio encontra-se, de fato, sob o controle de nacionais.<sup>16</sup>

A agro-indústria açucareira dos engenhos e usinas é o resultado de uma simbiose entre o velho e novo: nos canaviais e "burgueses", ao lado do trabalho assalariado, sobrevivem inúmeras relações de trabalho remanescentes do cativo negro ou a ele associados. O tom geral que caracteriza o trabalho agrícola na zona da mata, agreste e sertão é deter-

minado pelo velho, pelo anacronismo das relações sociais, transpostas para as cidades, através da influência política e econômica dos "coronéis", dos usineiros e altos comerciantes. Da mesma forma, aquelas relações delimitam o espaço político das cidades sempre no sentido da exclusão do povo.<sup>17</sup>

O meio social recifense, dada à fluidez de sua estrutura de classes, permite um tipo de mobilização política que se poderia chamar de "nacional-popular": ou seja, um tipo de movimento de massas que articula a participação popular às lutas da "grande política", contemplando de alguma forma as reivindicações populares. Não se pode esquecer que tais articulações são mediadas pela existência de uma consciência "nacional-popular" entre as massas urbanas recifenses que remonta, aliás, ao tempo do império.<sup>18</sup> Tais mobilizações, por sua vez, são organizadas e dirigidas por políticos e intelectuais pequeno-burgueses que, quase sempre, se encontram em oposição ao governo estadual, e têm uma visão da sociedade e do mundo muito influenciada pelas doutrinas evolucionistas, naturalistas ou monistas, tudo embalado num substrato comum de um positivismo sempre presente. É possível que esses políticos se digam socialistas, mas o seu socialismo será sempre tributário daquelas doutrinas. Não se deve esquecer, também, o vínculo desses políticos com a Maçonaria. Através dela, tem-se o meio organizativo informal através do qual se processam as articulações. Não será de estranhar também se as dissidências em que participarão o povo e seus líderes pequeno burgueses tenham algo a ver com o positivismo e a maçonaria. Muitos dos atores principais dessas dissidências apresentarão, de fato, indícios de uma visão positivista e/ou serão maçons.<sup>19</sup>

Em Recife, os melhores exemplos dos movimentos de massas dirigidos por Joaquim Pimenta serão: a campanha pela presidência do estado em 1911, a greve geral de 1919, e a luta em defesa da autonomia política de Pernambuco. Em todos estes movimentos houve uma intensa e maciça participação popular (e operária), e, com exceção do último, o povo teve algumas de suas reivindicações contempladas.<sup>20</sup>

Na década de vinte, especialmente após 1923, a pequena-burguesia influenciada pelo positivismo ou ligada à Maçonaria, e que sempre se envolveu com as mobilizações de massas, passa a adotar uma atitude ambígua em face do regime: ao tempo em que conspira, ou alimenta idéias de conspiração contra o governo, liga-se ao aparelho de Estado ou a organizações sindicais discretamente apoiadas pelo governo. É o caso de Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda e do próprio Pimenta, que conspirando juntamente com os militares contra Artur Bernardes, participarão da diretoria da Confederação Cooperativista Sindicalista Brasileira, em 1924. <sup>63</sup> Enquanto os dois primeiros envolver-se-ão decididamente nas conspirações militares que resultaram na revolta "tenentista" de 1924 em São Paulo, Joaquim Pimenta manter-se-á afastado do movimento apenas pelo cargo que ocupa, neste então, no ministério da Justiça, como consultor técnico do ministro João Luis Alves.<sup>22</sup> Ainda neste período, a pequena-burguesia reformista da Primeira República desenvolverá uma pregação doutrinária através da grande imprensa (*O Paiz*, *O Imparcial*, *correio da Manhã*, *Vanguarda*) cujos principais temas anteciparão a legislação sindical-trabalhista do "Estado Novo". Particularmente, Joaquim Pimenta apresentará, através das seções sindicais dos periódicos *O Paiz* e *O Imparcial*, um discurso doutrinário que já contém muitos dos aspectos da legislação sindical governista da década de 1930.<sup>23</sup>

Não será, portanto, de estranhar que os líderes "trabalhistas" da década de vinte procurem organizar um partido socialista de caráter reformista, apoiem candidatos "operários" reformistas e se aproximem de agrupamentos políticos tais como: o Partido Democrático, o Partido da Mocidade e, depois, da Aliança Liberal. E mesmo discordando

da eficácia da adoção do voto secreto como instrumento de mudança social no país, façam a campanha destes grupos políticos e lhes forneçam subsídios sobre a "questão social" no Brasil. Principalmente a Aliança Liberal requisitará a assessoria de tais líderes, incorporando em sua plataforma eleitoral as suas sugestões.<sup>24</sup>

O movimento conspiratório de 1930 arregimentará todos os antigos líderes "trabalhistas", envolvendo alguns deles na organização mesma da sublevação. Joaquim Pimenta, por exemplo, participará ativamente em todos os preparativos para a eclosão do movimento em Recife, para o que atrairá mais uma vez a colaboração de associações operárias.<sup>25</sup> Uma vez vitorioso, uma das primeiras medidas do movimento será a regulamentação do trabalho. Daí a criação do Departamento Nacional do Trabalho (cognominado "Ministério da Revolução"), a instituição da Lei dos dois/terços e, por fim, a Lei de sindicalização. Por sua vez, a assessoria técnico-legislativa do governo provisório, neste campo, não poderia deixar de ser feita exatamente pelos antigos líderes "trabalhistas" da República, agora Velha, e recentes companheiros da conspiração: Maurício de Lacerda (que recusou o convite em vista da "fascistização" do novo regime, segundo ele), Evaristo de Moraes (que se demitiu em 1932 face às perseguições políticas de que foi alvo o *Diário Carioca*), Joaquim Pimenta, Deodato Maia, Agripino Nazareth, Francisco Alexandre e outros.<sup>26</sup>

Conquanto só a partir de 1930, tenha Joaquim Pimenta colaborado efetivamente na elaboração da legislação sindical-trabalhista brasileira, participando ativamente das comissões técnicas que assessoraram o primeiro ministro do Trabalho, do governo provisório, é possível, ainda assim, resgatar em sua produção ideológica anterior muitos dos 64 traços que delinearam posteriormente a legislação corporativista do "Estado Novo". Analisando-se aquela produção, pode-se perfeitamente isolar um conjunto de elementos que se organizaria em torno de temas que tais: a estadalatria, o nacionalismo, o reformismo social, o iluminismo como instrumento de transformação social etc. Temas estes que, por sua vez, se articulariam a uma concepção da estrutura sindical, baseada: primeiro, na idéia do sindicato como órgão de defesa dos interesses gerais de cada profissão; segundo, na unicidade sindical e terceiro, na desaprovação de discussões político-filosóficas nos meios sindicais.

Com base no estudo dos inúmeros artigos publicados por Pimenta em vários jornais "grande imprensa" brasileira (*Diário do Povo*, *O Paiz*, *O Imparcial* e outros) durante os anos vinte, tentaremos a seguir expor de forma sistemática os pontos acima elencados, mostrando como eles se entrelaçam harmoniosamente para compor um determinado perfil ideológico.

#### *Estadalatria e Reformismo Social: o discurso político de Joaquim Pimenta*

A concepção pimentista da organização estatal aparece saturada de um matiz anti-liberal. Entretanto, este anti-liberalismo pouco tem a ver com o anarco-sindicalismo ou o marxismo, assentando, antes, suas raízes no evolucionismo positivista do final do século passado. O anti-liberalismo de Joaquim Pimenta inspira-se sobretudo numa analogia organicista entre sociedade e natureza, que faz pensar o Estado como um órgão resultante da evolução social, destinado futuramente a "imprimir uma direção à sociedade", através do Direito e da Política.<sup>27</sup> Pelo primeiro, o Estado coordenaria as atividades humanas; e pela segunda subordinaria estas atividades ao poder que, por sua vez, iria perdendo o seu feitiço militar e arbitrário para revestir-se de um caráter "eminentemente jurídico".<sup>28</sup>

É esta concepção metafísica das estruturas políticas que permite a Pimenta desistorizar as origens do Estado. Segundo ele, é possível encontrar o Estado tanto nas sociedades civilizadas, como nas sociedades tribais; tanto entre grupos de índole belicista, como entre grupos de natureza pacífica. Porquanto, nos estágios mais rudimentares da sociedade humana, existiria "um fundo anímico de tradições, de costumes, de crenças comuns, que forma a camada sedimentar do todo social".<sup>29</sup>

Contrariamente aos liberais e aos anti-liberais que pensam o Estado como um ente produzido pela luta dos indivíduos ou das classes entre si, Pimenta vê este agente como fruto da cooperação, "da lei do auxílio mútuo de Kropotkin" que, sobrepondo-se às partes em litígio, acautelaria e defenderia os interesses comuns de indivíduos e povos que habitassem o mesmo espaço, originariamente ou em virtude de alguma fusão acidental.<sup>30</sup> Daí, aliás, a sua teoria do "Estado-simbiose", isto é, as estruturas políticas seriam um produto da junção de povos nômades que teriam uma vida em comum, compartilhando o mesmo espaço geográfico.<sup>31</sup>

A reificação do Estado torna-se, assim, para Joaquim Pimenta na conseqüência mais lógica do viés positivista de sua formação teórico-política:

O Estado é a resultante de uma "formação natural" do determinismo sociológico. O Estado transforma-se, mas não desaparece.

A extinção do Estado implica a extinção do Direito e à extinção do Direito seguir-se-ia a extinção da sociedade.

Da mesma forma que a consciência, depois de resultar da evolução orgânica, dá uma direção ao organismo, o Estado, depois de resultar da evolução social, imprime uma direção à sociedade.

(O Estado) será, em resumo, uma forma superior de integração sintética da realidade sociológica, um centro de equilíbrio das forças sociais.<sup>32</sup>

A essa concepção organicista do Estado, Joaquim Pimenta ajunta um matiz nacionalista que vai ganhar mais concreção nas décadas de vinte e trinta. Contudo, ainda no fim dos anos 10, introduzindo um discreto toque nacionalista na greve geral de 1919 em Recife, Pimenta conduz o movimento à vitória e empalma a seguir a direção das massas, nesta cidade.<sup>33</sup> Mas é durante a terceira década

nas, nesta cidade.<sup>33</sup> Mas é durante a terceira década deste século que começa a emergir em seu discurso a preocupação em torno da "nação".

Nas páginas de sua coluna sindical, no periódico carioca *O Imparcial*, escrevendo sobre temas tais como: "Educar e Senear", "O operariado e a instrução técnica", Pimenta descobre a existência de uma questão nacional, brasileira. E discutindo as vicissitudes que mais afligiriam os trabalhadores brasileiros, substitui-os genericamente pelo povo, pela população brasileira, que seria mais antes vítima da ignorância, desnutrição e insalubridade crônicas que a caracterizariam historicamente do que das desigualdades sociais existentes no país ou de relações de dominação-subordinação entre países de diferentes níveis de desenvolvimento capitalista. A propósito disto, afirmaria: "não é porque somos mestiços ou porque somos um ensaio de nação, que marchamos na retaguarda dos outros povos, é porque somos ignorantes, mal-educados, mal-nutridos, anêmicos e enfermos".<sup>34</sup> Diante deste quadro, só uma solução para os problemas sociais: "é preciso socializar a higiene, democratizá-la, torná-la um patrimônio coletivo, extensivo a todos;





é preciso reformar a nossa educação, remodelar os seus métodos, fazendo-os assentar em um critério rigorosamente científico. Combater os micróbios que nos laceram o organismo e os preconceitos que nos desorientam a mente, eis um programa que a todos nos impõe".<sup>35</sup>

Nessa mesma linha de raciocínio, chegaria a dizer que as raízes do conflito social entre a burguesia e o proletariado estariam antes na "inferioridade mental" deste último, que na maneira como estaria organizada a sociedade.<sup>36</sup> E, indo mais além, localizaria no papel do mestre-escola ou no espírito técnico-científico da cultura germânica a principal causa da vitória dos alemães sobre os franceses, em 1870.<sup>37</sup> Partindo de tal constatação, Joaquim Pimenta anunciaria sem pestanejar que não haveria maior revolução social que dotar os trabalhadores de uma boa instrução técnico-profissional: "armado, assim, pela ciência aplicada à adaptação do planeta às necessidades humanas", para repetir a frase de Novicow, o operariado realizaria, sem derramar uma gota de sangue, a maior revolução da história".<sup>38</sup>

A visão estadolátra e nacionalista de Joaquim Pimenta se apoia, por sua vez, numa compreensão "altruista" do socialismo, onde "o trabalho e o capital se integrariam econômica e juridicamente". Esta visão de socialismo o conduz, muito logicamente, a rejeitar reiteradamente a utilização da "violência material" como meio de transformação da sociedade, contrapondo a esta, o emprego da "violência intelectual" capaz, segundo ele, de produzir resultados benéficos e duradouros, num país repleto de analfabetos e supersticiosos, como era o Brasil.<sup>39</sup> Daí, também, a sua tese de que a grande arma utilizada pela burguesia francesa, em 1889, contra a nobreza feudal e o clero não foi a força material, a violência física, mas sim a instrução, o livro:

A vitória da burguesia sobre as classes privilegiadas que a subjugavam por séculos foi uma vitória da inteligência sobre a força.

À medida que o burguês se instruiu, maior resistência ia oferecendo aos seus dominadores, a realeza e o clero, até que definitivamente triunfou, pode-se dizer, que mais pelo livro do que pelas armas.<sup>40</sup>

De forma semelhante, segundo Pimenta, a União Soviética prepararia a "forma comunista" da sociedade russa sobretudo através da escola, da remodelação do sistema escolar, desde a escola primária até a universidade; localizando-se antes de todo o alcance da revolução socialista que, apenas, na ação dos "soviets".<sup>41</sup>

Só que Joaquim Pimenta indicaria muito concretamente o tipo de "violência intelectual" a ser empregado pela classe operária contra a burguesia. Não está implícito nesta arma o acesso das classes trabalhadoras a uma teoria social revolucionária (socialista, anarquista, marxista etc.) mas sim o mero *aprendizado técnico-profissional* do operário. Daí, o sentido das suas palavras, conclamando energicamente os trabalhadores a seguirem o rumo da União Geral dos Metalúrgicos, sindicato carioca recém-ingresso no mundo do reformismo sindical, sob a batuta de um velho camarada, Amaro Pereira de Araújo, de outras manipulações políticas com o movimento operário:

Diga não só de aplausos, mas de ser imitada é a iniciativa da União dos Operários Metalúrgicos do Brasil, de promover os meios de instruir as associações obreiras sem se preocupar com a doutrina ou orientação que possa ter essa ou aquela classe. Sendo uma das nossas organizações de idéias mais avançadas compreendeu que, além das preferências de caráter doutrinário, acima das rivalidades sectárias, há um interesse imediato, palpante que sobreleva aos demais da vida proletária, que é elevá-la pela cultura intelectual, infundir em seu seio a luz do saber; de todas as forças renovadoras da sociedade humana, a que norteia com segurança e êxito as coletividades da sua ascensão para um regime de plena autonomia.<sup>42</sup>

67

Final, segundo Pimenta, a situação de inferioridade social em que se encontravam os operários tinha pouco a ver com a organização econômica da sociedade burguesa, e sim com a inferioridade "intelectual" dos trabalhadores. Logo, nada mais lógico, que aspirar à "educação técnica" como meio de se livrar desta escravidão "mental" Assim, conclui Pimenta:

Apropriando-se da cultura intelectual hodierna, fortalecendo essa cultura pela instrução técnica, elas (as classes trabalhadoras) fatalmente sairão vitoriosas desse conflito.

(A sociedade), ao contrário, tende para um regime de igualdade econômica, conseqüentemente jurídica e política com a elevação do nível intelectual das massas populares e à medida que entre estas se vai generalizando a educação científica e orientada.<sup>43</sup>

*Unicidade e corporativismo: a visão da estrutura sindical*

Atendo-se aos vários aspectos já levantados, até aqui, do discurso político de Joaquim Pimenta, é possível recortar um certo perfil ideológico subjacente ao Reformismo Social da Primeira República: Estadolatria, Nacionalismo difuso, Socialismo "al-

truista", Iluminismo político e a importância da instrução técnico-profissional como meio de emancipação social — tudo isto se articula, organicamente, como pano de fundo político-ideológico à atuação da pequena-burguesia urbana, antes de 1930, entre o governo e os operários. Só que este pano de fundo se mescla, por sua vez, com uma visão muito específica da estrutura sindical: aqui, o sindicato é visto exclusivamente como órgão de *aperfeiçoamento técnico-profissional* dos seus associados; daí a necessidade da *unificação sindical*, como meio de fortalecimento do sindicato e movimento sindical; e o *desaconselhamento de quaisquer discussões político-doutrinárias no seio das organizações sindicais*, apontadas como responsáveis pela desagregação e enfraquecimento das associações operárias.

68 Preocupado com a partidização da estrutura sindical estribada em orientações político-filosóficas tais como os sindicatos organizados à base de declarações de princípios anarquistas ou anarco-sindicalistas, e as divisões no movimento sindical disse resultantes, Pimenta propõe a especialização do sindicato na função de órgão de defesa dos interesses profissionais e os direitos naturalmente ligados à cada profissão.<sup>44</sup> Como forma de reforçamento da estrutura sindical e condição *sine qua no* do êxito das demandas operárias. Para ele, o sindicato não deve se partidizar, posto que o seu objetivo é a defesa dos interesses de toda a categoria, e a partidização da atividade sindical corresponderia apenas à satisfação dos interesses daquela parcela dos associados que se identificasse com a orientação partidária vigente no sindicato. Além do que, o mais grave, o furor proselitista dos grupos partidários entre os operários sindicalizados conduziria o sindicato necessariamente à divisão, em virtude da diversidade política reinante entre os membros de uma mesma categoria profissional. Daí Pimenta centralizar as atividades sindicais no aprimoramento da educação técnica dos operários, entendida por ele como o "ponto culminante" para a classe operária de que depende a sua sorte. "Educar-se é uma questão de vida ou morte para o proletariado", diria Joaquim Pimenta.<sup>45</sup> Só a defesa dos interesses gerais de cada profissão teria, segundo ele, condições de unificar o conjunto da categoria e fortalecer, assim, o sindicato e o movimento sindical, independentemente de quaisquer concepções ideológica existentes entre os operários.<sup>45-a</sup>

Intimamente relacionado a esse ponto de vista, aparece a inclinação discreta e insinuante de Joaquim Pimenta pela unicidade sindical. Já em 1920, ele teria desistido de fundar um Partido Socialista em Pernambuco com receio de cindir o movimento sindical neste estado. Ante as resistências e ataques de sindicalistas "puros" e libertários, Pimenta teria recuado em seu intento porque "esta divergência não me convinha", pois "sempre lutei pela união integral da classe operária, sempre pugnei para que do seu seio não se dispersasse ninguém", diria nesse então, justificando a sua mudança de atitude.<sup>46</sup> O mesmo viés reponta em seu discurso, ao tomar ele posse na diretoria da Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, em abril de 1924. Aí, afirmaria:

A iniciativa da CSCB de promover a formação de uma frente única do operariado desta capital com ramificações por todo o território da República não pode ser mais oportuna e mais eficaz. Se bem que tenha de defrontar-se com a resistência de certos elementos extremistas, ele vem ao encontro de uma necessidade que se impõe no momento, cuja significação social está ao alcance da maioria proletária.<sup>47</sup>

Discretamente, em coerência aliás com a sua visão da sociedade e das funções da organização sindical nesta, Pimenta passa a defender a tese da unicidade sindical, em contraposição às concepções anarquistas e anarco-sindicalistas do sindicato. Em plena batalha política contra a partidarização do movimento sindical, ele procura endossar as tentativas de unificação sindical promovidas pela CSCB, a partir das colunas da seção operária de O PAIZ:

Um meio, que tenta a unificação de todos os trabalhadores de modo a neutralizar as hostilidades e a intriga que os separa, está sendo inteligentemente indicado, já entre as classes operárias, já pelas colunas de O PAIZ e de outros órgãos de imprensa.<sup>48</sup>

Por fim, integrando-se harmonicamente à defesa do caráter corporativo do sindicato e a idéia da unicidade sindical, surge no discurso de Pimenta a desaprovação de discussões político-filosóficas no meio sindical como antídoto contra o efeito desagregador e enfraquecedor de tais discussões sobre os sindicatos. Em 1920, ainda a propósito da fundação de um Partido Socialista em Pernambuco, diria:

Nas bases a que antes me referi, vedava-se qualquer propaganda, entre as associações sindicais com o intuito de arrebatar adeptos. Cada operário, sindicato ou não, poderia ao Partido aderir livremente; era uma questão de consciência individual, exigindo-se apenas que se dispusesse à defesa da causa operária no terreno político, como um reforço da luta no terreno econômico. (Contudo), o Partido seria uma agremiação estranha à vida interna da Federação das Classes Trabalhadoras, que continuaria a reger-se pelo mesmo programa de ação, como se aquele não existisse.<sup>49</sup>

69

Mais tarde, como membro da diretoria de uma Confederação sindical mais ou menos governista e patronal, afirmaria, criticando os efeitos, para a unidade do movimento sindical, da instrumentalização dos sindicatos por anarquistas e comunistas:

Enquanto nas sedes sindicalistas, comunistas e cooperativistas, se discute quem é "amarelo", "vermelho" ou "branco", oportunista ou extremista, os elementos reacionários formam um bloco único, com uma finalidade única que é resistir pela própria conservação e pela estabilidade das instituições à sombra das quais prosperam e gozam as delícias de um mundo que lhes afigura ir tão bem como vai...<sup>50</sup>

Assim, não foi tão surpreendentemente que o antigo "leader" do proletariado pernambucano, como gostava de anunciar, aparecesse em Recife, logo depois do movimento de 1930, com a missão de "enquadrar" os sindicatos operários locais na nova "lei de sindicalização", da qual o próprio Pimenta fora um dos autores, que previa a unicidade sindical, a proibição de discussões político-filosóficas nos sindicatos e a transformação destes em órgãos indiretos da administração pública, consoante uma "política social" que expressasse a aproximação das classes com o Estado, de tal modo que esta aproximação implicasse numa espécie de compromisso por parte do governo em reconhecer no sindicato um organismo fundamental na manutenção do equilíbrio da ordem jurídica

na economia brasileira. Com o seu discurso estadolátra, nacionalista, reformador e iluminista, Joaquim Pimenta fez mais do que atualizar, em 1930, a sua herança positivista de "incorporar o proletariado à sociedade moderna". Com a chamada "Lei de sindicalização", ele incorporou as classes sociais diretamente no Estado, como bem disse a exposição de motivos que acompanhou o texto do decreto N.º 19.770.

70

- 1 Este trabalho baseia-se, em parte no artigo: "Nacionalismo e classe operária: o caso de Joaquim Pimenta. (Roteiro para a historiografia do reformismo social na Primeira República)", apresentado ao V Encontro regional de ANPUH. São Paulo, setembro de 1980.
- 2 Com o movimento de 1930, foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Departamento Nacional do Trabalho, a lei dos dois/terços e a chamada "lei de sindicalização". Sobre isso, veja-se MORAES, Evaristo Filho. *O problema do sindicato único no Brasil. Seus fundamentos sociológicos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, 2ª edição, pp. 216 e ss.
- 3 Cf. A "Exposição de motivos" que acompanha ao decreto in NIEMEYER, V. *O movimento sindicalista no Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1933, pp. 93, 95, 96, 97 e 102: "guiados por essa doutrina, nós saímos fatalmente do empirismo individualmente, desordenado e estéril, que começou a bater em retirada há quase meio século, para ingressarmos no mundo da cooperação social, em que as classes interdependem uma das outras e em que a idéia do progresso está subordinada à noção fundamental da ordem". Veja-se também PIMENTA, Joaquim. "Comentando". *Revista do Trabalho*. VIII (3): 3, março de 1940.
- 4 Cf. Decreto n.º 19.770, de 19 de março de 1931 in NIEMEYER, V. *O movimento sindicalista no Brasil*. pp. 106 e 55; e PIMENTA, Joaquim. "Direito sindical brasileiro". *Revista do Trabalho*. III (22): 3, novembro/1935.
- 5 Idem, p. 4
- 6 Cf. Decreto n.º 19.770, de 19 de março de 1931 in NIEMEYER, V. *O movimento sindicalista no Brasil*, pp. 106 e ss.
- 7 Cf. MORAES, Evaristo filho. *O problema do sindicato único no Brasil. Seus fundamentos sociológicos*. pp. 220-221.
- 8 Cf. PIMENTA, Joaquim. *Sociologia Jurídica e econômica do trabalho*. Rio de Janeiro, Max Lidonad, 1954, p. 193, onde diz: "fomos eu e Evaristo de Moraes os redatores do anteprojeto (n.º 19770)".
- 9 Cf. PIMENTA, Joaquim. Idem, p. 194.
- 10 Cf. CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965 pp. 301-2.
- 11 Ao lado, aliás, de uma prática política muito coerente com tal viés.
- 12 Cf. PIMENTA, Joaquim. *Retalhos do Passado. Episódios que vivi e fatos que testemunhei*. Rio de Janeiro. Coelho Branco, 1949, pp. 12-13. As demais referências bibliográficas pertencem a esta obra, na ausência da citação de outras. É de interesse acrescentar que esta ca-

racterística: origem social em zonas periféricas ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, é mais ou menos comum à pequena-burguesia reformista da 1.<sup>a</sup> República: Deodato Maia (Aracaju-SE), Agripino Nazareth (Salvador-Ba), Francisco Alexandre (Fortaleza-Ce), Evaristo de Moraes e Maurício de Lacerda (Rio de Janeiro e Vassouras-RJ). A título de exemplo, citamos estes, por se tratar de pessoas que se incorporaram desde o início ao Ministério do Trabalho, na qualidade de assessores técnicos do ministro. Sobre isto, cf. MORAES, Evaristo Filho. *O problema do sindicato único no Brasil. Seus fundamentos sociológicos*. São Paulo, Alfa-Ômega, pp. 219-220. A origem social comum dos líderes "trabalhistas" da Primeira República — sua relação com o centro do desenvolvimento capitalista no Brasil — sugere que nas regiões menos transfiguradas pelas relações capitalistas de produção, tenha existido uma pequena-burguesia urbana que, por não encontrar um espaço sócio-econômico aberto à sua participação, manteve-se excluída do sistema de alianças da classe dominante e tenha, em consequência, procurado envolver-se intermitentemente em conspirações políticas contra o regime, arrastando consigo setores do proletariado urbano.

13 Cf. PIMENTA, Joaquim. *Retalhos do Passado*. pp. 24 e ss.

14 Cf. PIMENTA, Joaquim. Idem, pp. 60 e ss. É oportuno lembrar que tais características são, também, encontradas em outras capitais brasileiras tais como: Recife, Salvador, Aracaju etc. E que isto tem a ver com o tipo de movimento político que ocorre nestas cidades, ao contrário de São Paulo, onde o avanço das transformações burguesas da sociedade conduz a mobilizações mais nitidamente classistas.

15 Um certo viés anti-liberal, de várias origens, parece ter marcado o discurso da pequena-burguesia reformista da 1.<sup>a</sup> República, como forma de expressão política de sua marginalidade social. A este respeito, veja-se a ligação de Evaristo de Moraes com o abolicionismo e republicanism; a ligação de Maurício de Lacerda com o "socialismo legalitário"; a aproximação de Joaquim Pimenta com o Positivismo etc. Cf. Z Aidan, Michel. "Nota sobre as origens do PCB em Recife: 1910-1930.; Comunicação apresentada ao XI Congresso Nacional dos Professores universitários de História. João Pessoa, 1981; a ser publicada no segundo volume da Revista do Arquivo histórico do Movimento operário brasileiro: *Memória e História: Cristiano Cordeiro*, pela Livraria Editora de Ciências Humanas (LECH).

16 Cf. PIMENTA, Joaquim. Idem, pp. 109 e ss. Para uma rápida análise da vida de desenvolvimento capitalista, na região, e seus efeitos sobre a estrutura de classes, veja-se o já citado "Nota sobre as origens do PCB em Recife: 1910-1930", pp. 3-4, onde se diz: "Em poucas palavras, a modernização — "pelo alto" — dos antigos engenhos de açúcar com a débil transformação das relações de trabalho no campo, aliada à especialização mercantil do velho porto recifense, onde a estrutura do incipiente sistema industrial aparece muito desconcentrada e ainda profundamente marcada pela existência de formas artesanais de produção, tudo isso é responsável pela presença de uma estrutura-de-classes muito fluida em que não aparecem bem demarcadas as fronteiras entre proletariado e burguesia. Daí o sentido da discriminação feita por Cristiano Cordeiro, em 1933, da população eleitoral de Pernambuco em: operários, pequenos e médios camponeses, comerciantes, funcionários, estudantes, auxiliares do comércio e intelectuais pobres. A mesma que havia feito Joaquim Pimenta, vinte anos atrás, ao referir-se à frente política que apoiou Dantas Barreto contra Rosa e Silva". Cf. PIMENTA, Joaquim. *Retalhos do Passado*, pp. 193 e ss.

- 18 Cf. CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965 pp. 40 e ss. A tradição de movimentos policlassistas em Recife remonta, com certeza, à "revolução Praieira", ainda sob o Império, onde se articularam, lado a lado, reivindicações populares e reivindicações nacionais.
- 19 Para o vínculo da pequena-burguesia com o movimento de massas, o movimento sindical e as conspirações político-militares da Primeira República, veja-se PIMENTA, Joaquim, *Retalhos do Passado*. pp. 191 e ss.; LACERDA Maurício de. *Entre duas revoluções*. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1927 pp. 185 e ss. e "Maurício de Lacerda, a vez das rebeliões" (*Correio da manhã*, 14/7/1959; MORAES, Evaristo de. *Memórias de um rábula criminalista*. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1922, pp. 221 e ss. *Minhas prisões*. Rio de Janeiro, Ed. do Autor, s.d., pp. 5 e ss e MORAES, Evaristo Filho. "Introdução" a *Apontamentos de Direito operário*. São Paulo, LTR, 1971, 2.<sup>a</sup>; DANTAS, José Iberê Costa. *Notícia da imprensa operária em Sergipe. (1889-1930)* Campinas, 1979. (Cópia xerográfica) pp. 30 e ss; e RUBIM, Albino Canelas. "Movimentos sociais e meios de comunicação — Bahia 1917-1921". *Caderno do CEAS* (61): 30-43, maio/junho de 1979, pp. 38 e ss, e "O I Congresso dos trabalhadores baianos". Salvador, 1979, mimeog. Encontra-se também, nestas obras fartas referências à formação ideológica da pequena-burguesia reformista da Primeira República, bem como indicações do vínculo que ela manteve com a Maçonaria ou com os maçons. Sobre este último ponto, veja-se também DIAS, Everardo. *Maçons ilustres*. São Paulo.
- 7220 Cf. PIMENTA, Joaquim. *Retalhos do Passado*., pp. 285 e ss. Uma tentativa de análise das causas e do caráter desses movimentos encontra-se em "Nota sobre as origens do PCB em Recife: 1910-1930", pp. 4 e ss, onde afirmamos: "Assim, a ainda relativa indiferenciação da estrutura de classes viabiliza a existência de movimentos de massa onde se articulam naturalmente reivindicações populares com reivindicações das classes dominantes. Embora, advirta-se desde logo, tal indiferenciação e os movimentos que ela dá origem não suprima os conflitos localizados entre patrões e empregados, e as derrotas sofridas por estes últimos, em conjunturas específicas, ajudem a construir a sua identidade política como classe social distinta. A despeito disso, muitas serão as vezes em que os operários ver-se-ão arrastados pela voragem frentista dos movimentos de massas, para que o desempenharão um papel fundamental, na soldadura desta "aliança", tanto a pequena-burguesia reformista, como — mais tarde — os próprios comunistas";
- 21 Cf. "No meio operário: a nova diretoria da Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira e a política social brasileira". *O Paiz*, 25/4/1924, p. 6, "No meio operário: Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira. Discussão e votação do programa e eleição da diretoria e conselho fiscal". *O Paiz*, 22/4/24, p. 7 e "no meio operário: A Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira elege a sua nova diretoria e aprova por unanimidade o seu novo programa". *O Paiz*, 27/4/1924 Esta diretoria tinha a seguinte composição:

Presidente: Alfredo Custódio Sarandy Raposo  
1.<sup>o</sup> Vice-Presidente: Maurício de Lacerda  
2.<sup>o</sup> Vice-Presidente: Arthur de pinna  
Secretário Geral: Joaquim Pimenta

1.<sup>o</sup> Secretário: Carlos Gomes de Almeida  
2.<sup>o</sup> Secretário: Francisco Garcia da Rosa  
1.<sup>o</sup> Tesoureiro: Luiz Natalio Schiavo  
2.<sup>o</sup> Tesoureiro: Manoel Tertuliano dos Santos  
Conselho Fiscal  
Presidente: Evaristo de Moraes  
Secretário: Pedro de Motta Lima.

Para as ligações entre os líderes "trabalhistas" e a conspiração político-militar, veja-se: LACERDA, Maurício de. *Entre duas revoluções*. pp. 185 e ss, MORAES, Evaristo de. *Minhas prisões*, pp. 5 e 33, e PIMENTA, Joaquim, *Retalhos do Passado*. pp. 356 e ss., onde diz: "Ao senador Manuel Borba escrevi uma carta em que relatava os acontecimentos e terminava dizendo que, se a revolução de São Paulo se propagasse até o Rio e tomasse um caráter popular, como se supunha, com a possível adesão das classes trabalhadoras, mesmo assim, o meu dever era manter-me em posição de neutralidade, diante do compromisso que assumira com o ministro, de corresponder sempre à confiança que em mim depositasse, responsabilidade moral tanto maior, naquele momento, pela grande afeição que eu lhe havia conquistado e lhe retribuía no mesmo tom". Cristiano Cordeiro, militante comunista pernambucano e velho companheiro de Pimenta em lutas passadas, esboçou com ironia a trajetória oficialista deste último: "... transportou-se serenamente o Sr. Pimenta para a nau *Bellerofonte* e foi curtir o ostracismo na atmosfera melflua da corte bernadesca, apenas tolerado pela generosidade dos seus inimigos, enquanto que Maurício de Lacerda e um numeroso grupo de esquerdistas e combatentes operários, Paulo de Lacerda, Luis Peres, Gregório de Matos, Everardo Dias, privados de sua liberdade e gemiam nos cárceres do General Fontoura". Apud BARROS, Manoel de Souza. *A década de vinte em Pernambuco. Uma interpretação*. Rio de Janeiro, ed. do autor, 1972, p. 101.

- 22 Cf. PIMENTA, Joaquim, ob. cit. p. 356 e ss.
- 23 Joaquim Pimenta se ocupará, neste então, da coluna sindical do periódico carioca *O Imparcial*, embora também inicie uma colaboração regular na seção "No meio operário", de *O Paiz*, durante alguns meses de 1924. De sua parte, Evaristo de Moraes será responsável pela coluna sindical do *Correio da Manhã* e Agripino Nazareth, pela seção operária de *Vanguarda*. Maurício de Lacerda será um dos diretores de *A Nação*, que será interdita em julho de 1924, em consequência da repressão à revolta tenentista deste ano em São Paulo. A pregação doutrinária de Pimenta, neste período, será analisada mais adiante e se organizará em torno de temas tais como: o Estado, a Nação, o Reformismo Social, o valor da instrução técnico-profissional para a emancipação dos operários, o sindicato único etc.
- 24 Evaristo de Moraes, Agripino Nazareth e Francisco Alexandre organizarão, neste período, um Partido Socialista Brasileiro cujo programa é uma extensa lista de reformas tais como: mudanças na disciplina militar, sufrágio militar, sufrágio efetivo (via representação de classe), reforma judicial, com o fim da corrupção, reconhecimento da USSR, taxaçoão progressiva, proibição da venda de bebidas alcoólicas e de laterais, salário mínimo, e muitos, muitos, outros itens. Cf. "como se apresenta à nação o Partido Socialista Brasileiro". *O Brasil*, 1/maio de 1925. O PSB e seus signatários aproximar-se-ão dos sindicatos "amarelos" do Rio de Janeiro



e apoiarão candidatos governistas à Intendência Municipal do Rio de Janeiro, tal como se deu com a candidatura do estivador Luiz de Oliveira. Sobre isto, veja-se a seguir o capítulo III, *As origens do sindicalismo burocrático no Brasil*, deste trabalho. Para o envolvimento de PIMENTA nos preparativos da conspiração em Pernambuco, Cf. PIMENTA, Joaquim *Retalhos do Passado*. pp. 384 e ss. e 398 e ss.

25 Cf. PIMENTA, Joaquim, idem, pp. 398 e 33.

26 Cf. PIMENTA, Joaquim. Idem. pp. 413 e ss.

27 Cf. PIMENTA, Joaquim, "Tribuna social-operária: em torno de uma carta". *O Imparcial*, 29/11/1924 (IV).

28 Cf. PIMENTA, Joaquim. "tribuna social-operária: em torno de uma carta". *O Imparcial*, 18/11/1924 III.

29 Cf. PIMENTA, Joaquim. "Tribuna social-operária: em torno de uma carta" *O Imparcial*, 29/11/1924 IV.

30 Cf. PIMENTA, Joaquim, "tribuna social-operária: em torno de uma carta". *O Imparcial*, 29/11/1924 IV.

31 Cf. PIMENTA, Joaquim. idem.

32 Cf. PIMENTA, Joaquim. Ibidem.

33 Cf. PIMENTA, Joaquim *Retalhos do Passado*, pp. 199-202. Af, explicando como atraiu a simpatia pública para o movimento, ele diz: "Em vez de lhe dirigirmos um apelo sentimental, ele diz: "em vez de lhe dirigirmos um apelo sentimental, suplicando amparo para uma classe explorada, oprimida, indefesa; valemo-nos da única arma que, tínhamos certeza, e ia penetrar bem fundo na sensibilidade do povo pernambucano: o seu velho e belicoso nativismo-sentinela que, desde o alvorecer da nossa formação histórica, jamais adormeceu sobre a cadeia dos arrecifes, alerta e vigilante contra quem quer que tentasse entrar a barra, para cravar no solo ancestral a lança sacrílega de um poder estranho...

74 Em boletins distribuídos por todos os recantos da cidade e pelas estações da Great Western, para o interior do Estado, justificávamos a atitude dos empregados de Pernambuco Tramways como um gesto natural e legítimo de defesa de um direito que a Constituição de 1891 plenamente lhes garantia: o de se reunirem e se associarem, sem outras restrições além das que a lei prescrevia para assegurar e manter a ordem pública.

Entretanto, não satisfeita de explorar o trabalho, pessimamente remunerado, do operário brasileiro, ainda o tratava como um pária, como se o Brasil fosse uma colônia de nações estrangeiras, para as quais a sua soberania nada valesse e, com esta, as leis que dela emanavam.

Batendo sempre nessa tecla, o efeito não se fez esperar: a causa dos trabalhadores da Empresa passou a ser, em vez de uma simples questão de classe, uma questão de dignidade nacional. Era o que se deprendia dos comentários de rua, nos cafés, nas casas de negócio, onde quer quese juntassem duas ou mais pessoas, todas, unânimes em dar razão aos grevistas, em os estimular a que não cedessem e se deixassem abater e dominar como escravos de uma "companhia de Estrangeiros".

34 Cf. PIMENTA, Joaquim. "Educar e Sanear". *O Paiz*, 15/5/1924.

35 Cf. PIMENTA, Joaquim. Idem, p. 14.

36 Cf. PIMENTA, Joaquim. "O operariado e o ensino técnico". *O Paiz*. 24/8/1924, p. 10.

37 Cf. PIMENTA, Joaquim. idem, p. 10

- 38 Cf. PIMENTA, Joaquim. *Ibidem*, p. 10.
- 39 Cf. "No meio operário: a CSCB eleger a sua nova diretoria e aprova por unanimidade o seu novo programa". *O Paiz*. 27/4/1924, e "socialismo e Altruismo". *O Paiz*. 27/4/1924.
- 40 Cf. PIMENTA, Joaquim. "Nobre apelo". *O Paiz*. 6/7/1924.
- 41 Cf. "Notas à margem: anarquismo, comunismo e sindicalismo-cooperativista — As doutrinas do sr. Sarandy Raposo e os conceitos do prof. Joaquim Pimenta". *O Paiz*. 10/8/1924.
- 42 Cf. PIMENTA, Joaquim. "Nobre apelo". *O Paiz*. 6/7/1924.
- 43 Cf. PIMENTA, Joaquim. "O operariado e o ensino técnico" *O Paiz*. 24/8/1924.
- 44 Cf. PIMENTA, Joaquim. "A frente única proletária e a CSCB". *O Paiz*. 13/4/1924.
- 45 Cf. PIMENTA, Joaquim. "nobre apelo". *O Paiz*. 6/7/1924.
- 45a Cf. PIMENTA, Joaquim. "A frente única proletária e a CSCB..." *O Paiz*. 13/4/1924.
- 46 Cf. PIMENTA, Joaquim. "A organização política do proletariado". *O Combate*. 12/6/1924.
- 47 Cf. PIMENTA, Joaquim. "A frente única proletária e a CSCB". *O Paiz*. 13/4/1924.
- 48 Cf. PIMENTA, Joaquim, *Idem*, p. 8.
- 49 Cf. PIMENTA, Joaquim. "A organização política do proletariado".
- 50 Cf. PIMENTA, Joaquim. "No meio operário: a frente única proletária e a CSCB". *O Paiz*. 13/4/1924.

## NOTAS SOBRE OS CONCEITOS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO SOB O CAPITAL

Maria de Fátima Gomes de Lucena

De acordo com Marx, o conceito de "TRABALHO" refere-se ao processo em que os homens estabelecem relações sociais no sentido de prover sua **76** subsistência, através da transformação da natureza. Para que exista "TRABALHO", portanto, são necessários os seguintes elementos:

- 1) – A atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho.
- 2) – A matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho.
- 3) – Os meios de trabalho, o instrumental de trabalho.

Sob o capitalismo, o trabalhador põe à disposição do proprietário dos meios de produção – o capitalista sua força de trabalho; ou seja, sua capacidade de trabalho. Esta última compreende a ação de suas faculdades físicas e mentais no sentido de produzir valores de uso.

Ao se transformar em mercadoria, a força de trabalho que é vendida ao capitalista, tem o seu valor determinado, como qualquer outra espécie de mercadoria. Isto quer dizer que, é o tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção e reprodução que determina este valor. Por outro lado, o trabalhador tem que necessariamente repor os meios de subsistência que o mantém em ação, ao mesmo tempo em que procriar, para permitir ao capital a substituição permanente dos que se desgastam e morrem no processo produtivo.

O valor dos meios de subsistência necessários à produção/reprodução da força de trabalho é historicamente determinado e depende de vários fatores, dentre eles, das condições peculiares da constituição da classe trabalhadora numa determinada formação histórica.

O trabalhador na produção capitalista, que é primordialmente a produção de trabalho excedente – a mais valia – tem que dispender, diariamente, o máximo possível de sua força de trabalho. Desse modo, “não é a conservação normal da força de trabalho que determina o limite da jornada de trabalho (...) ao prolongar o dia de trabalho, não causa (a produção capitalista) apenas a atrofia da força humana de trabalho, à qual rouba suas condições normais, morais e físicas de atividade e de desenvolvimento. Ela ocasiona o esgotamento prematuro e a morte da própria força de trabalho. Aumenta o tempo de produção do trabalhador num período determinado encurtando a duração de sua vida.”<sup>2</sup>

Uma das consequências dessa forma de exploração do trabalho pelo capital é a necessidade de substituição mais rápida dos trabalhadores desgastados, que se faz, na medida em que o próprio capital gera uma população excedente em relação às suas próprias necessidades de expansão do valor, num determinado momento.

Isto quer dizer que não é o aumento natural da população suficiente à produção capitalista. Ao contrário, faz-se necessária a constituição de uma população para o capital. Por conseguinte, a acumulação capitalista ampliada implica, também, na incorporação de mulheres e crianças ao processo produtivo, além da massa de assalariados já submetida à reprodução do capital.

77

No dizer de Cristina Possas: “O processo de reprodução social da força de trabalho pode assim ser entendido em dois níveis que se articulam: de um lado, em um plano mais geral de sua reprodução enquanto classe social *subordinada ao capital*, reprodução esta que se situa no âmbito das contradições de classe no interior de cada sociedade; e, de outro lado, *ao nível de sua subsistência*, expressa no custo de sua produção e reprodução, determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à garantia de sua constante renovação”.<sup>3</sup>

Assim, o chamado “exército industrial de reserva”, permite que um grande contingente de trabalhadores fique em disponibilidade para utilização pelo capital, fazendo com que, os salários dos trabalhadores na ativa, estejam em níveis compatíveis com as taxas de lucro.

É importante ressaltar, porém, que nem todo o contingente de trabalhadores excedentes se constitui em reserva imediata de força de trabalho para o capitalismo e, por conseguinte, não pressiona *diretamente* sobre o rebaixamento dos salários. Essa parte se constitui daqueles que se encontram afastados da produção capitalista, de forma crônica.

Daí, o primeiro passo para se entender a questão do desemprego/subemprego nos países capitalistas subdesenvolvidos.

De acordo com Singer, nesses países, (...) uma parte substancial da população ativa está na verdade, engajada em outros modos de produção que não o capitalista. Com o desenvolvimento capitalista, estes outros modos de produção vão sendo, em parte, destruídos e, em outra parte, reorganizados, de tal modo que deles se desprende um fluxo contínuo de gente, que vai alimentar a oferta de mão-de-obra no mercado capitalista de trabalho.<sup>4</sup>

O tamanho desse excedente de força de trabalho, varia inversamente ao ritmo de acumulação capitalista. "Desta maneira, o exército industrial de reserva incha mediante a multiplicação de sua parte *latente* que, segundo Marx, é a "parte da população do campo que se acha... sempre preparada para se transferir ao *proletariado urbano ou industrial* e à espera de circunstâncias favoráveis a esta passagem" e de sua parte *estagnada*, que Marx descreve como "a parte do exército ativo de trabalhadores, com ocupação totalmente irregular."<sup>5</sup>

De um modo geral, podemos afirmar, que o capital cria um fluxo contínuo de força de trabalho, na medida em que provoca grandes transformações na cidade e no campo. Em primeiro lugar, o processo de expropriação do trabalhador rural, permitirá que este se torne um assalariado, na medida em que é brutalmente separado dos meios de produção.

78 Singer<sup>6</sup> analisa as conseqüências da penetração do capital no campo e nos fala da existência do que chama de "viveiro de trabalhadores". A criação desses "viveiros" se faz quando a economia camponesa se acha nas bordas de uma agricultura cada vez mais dominada pelo capital. Daí, os minifúndios se constituírem em verdadeiros reservatórios de mão-de-obra, uma vez que, os pequenos proprietários são obrigados a se submeter a uma relação de subordinação/complementariedade aos latifúndios.

Podemos afirmar, portanto, que uma das contradições básicas do capitalismo é a permanente produção de força de trabalho excedente.

No dizer de Oliveira, (...) "O específico do modo de produção capitalista é a sua forma de gerar valor a partir da apropriação do trabalho não retribuído, isto é, da mais valia. A valorização do valor, conteúdo fundamental da produção capitalista é o processo dessa apropriação do trabalho não retribuído e ao mesmo tempo seu resultado. Ora, esse processo tem como pressuposto fundamental a existência e a reprodução ampliada de uma população para o capital. Esta população para o capital é a força de trabalho."<sup>7</sup>

O conceito de *reprodução da força de trabalho* refere-se à combinação dos processos de *manutenção e reposição* do trabalhador e de sua família

A manutenção é o atendimento de suas necessidades básicas diárias de alimentação, saúde, moradia, vestuário, transporte, lazer e outras, enquanto que a reposição está ligada à procriação e ao atendimento das necessidades

materiais básicas da prole do trabalhador, para que esta futura força de trabalho venha a substituir aquela que se retira do mercado de trabalho, por aposentadoria, invalidez ou morte.

De acordo com Singer: "A reprodução da força de trabalho é, de um certo ponto de vista, um processo organicamente ligado à própria circulação do capital. Quando o capital sob a forma de mercadorias se realiza, assumindo a forma de capital – dinheiro, uma parte dele se destina ao pagamento de salários, o que permite ao trabalhador adquirir meios materiais necessários à sua manutenção e reposição. Para que o pagamento de salários prossiga em intervalos regulares, é preciso que outra parte do capital – dinheiro sirva para a aquisição de meios de produção e que a força de trabalho assim reproduzida se combine com aqueles meios de produção, de modo a dar novamente ao capital a forma de mercadorias, de cuja realização provém o dinheiro necessário ao pagamento de salários."<sup>8</sup>

Por outro lado, além do salário que lhe permite adquirir valores de uso para o atendimento de suas necessidades básicas, o trabalhador depende do que Singer<sup>9</sup> denomina de bens e serviços "domésticos" e "estatais".

Temos então, uma extensa rede de relações de produção não – capitalistas, situada no âmbito da família. Nesse espaço familiar há toda uma complexa divisão de tarefas que torna viável o rebaixamento do custo de produção da classe trabalhadora, na medida em que se observa a combinação da produção doméstica com a venda de força de trabalho ao capital.

79

Ao lado dos gastos com alimentação, habitação, lazer, transporte, etc, podemos acrescentar como componente do processo de manutenção/reposição da força de trabalho, a chamada remuneração indireta ou, no dizer de Singer:<sup>10</sup> os bens e serviços "estatais". Estes compreendem a participação direta do Estado através de pensões, aposentadorias, auxílios no campo da assistência médico-sanitária, educação e saneamento, dentre outros.

Essa ação estatal tem historicamente se constituído nas sociedades capitalistas, como resultado das pressões políticas da classe trabalhadora contra a exploração do capital. Por outro lado, representa uma forma de controle social da população, na medida em que as políticas sociais do Estado. Capitalista visam, sobretudo, neutralizar os conflitos de classe e manter o "Status quo".

Finalmente, podemos afirmar que o objetivo da produção capitalista, como já foi dito anteriormente, é a ampliação sempre crescente do capital, através da extração do trabalho não-pago: a mais – valia, em suas formas absoluta e relativa. Portanto, é a exploração cada vez mais intensa de força de trabalho que vai determinar o aumento da taxa de riquezas nas mãos dos proprietários dos meios de produção.

Essa superexploração da classe trabalhadora determina, por sua vez, um "consumo" da força de trabalho, sob a forma da morbimortalidade.

Desse modo, concordamos com Oliveira, ao afirmar que: "A mortalidade, pois, é função do "consumo" das forças de trabalho". E acrescentando, diz: "Se a mortalidade é o lado do consumo das forças de trabalho ou da sua negação, a fertilidade responde pela reposição de uma das reservas das forças de trabalho, talvez a mais remota reserva (e não a mais próxima), que é a reprodução da população; pois, sob o capitalismo, a mais próxima reserva de forças de trabalho é o próprio "exército industrial de reserva", cujos movimentos de expansão e/ou de contração são determinados pelo ciclo da acumulação de capital e não pelos movimentos demográficos".<sup>11</sup>

## CITAÇÕES

- 1 MARX, KARL. *O Capital (Crítica da Economia Política)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 5.<sup>a</sup> ed. livro 1. volume 1. p. 202. 1980.
- 2 MARX, KARL. Op. Cit. p. 301.
- 3 POSSAS, Cristina de Albuquerque. *Saúde e trabalho: A crise da previdência social*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1981. p. XXXV.
- 4 SINGER, Paul. *Economia Política do trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista*. São Paulo, Hucitec, 2.<sup>a</sup> ed. 1979. p. 109.
- 5 SINGER, Paul. Op. Cit. p. 110.
- 6 SINGER, Paul, Op. Cit.
- 7 OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 197. p. 137.
- 8 SINGER, Paul. Op. Cit. p. 119.
- 9 SINGER, Paul. Op. Cit.
- 10 SINGER, Paul. Op. Cit.
- 11 OLIVEIRA, Francisco de. Op. Cit. pp. 140 e 141.

# a política habitacional e a classe trabalhadora\*

João Roberto Lavieri\*\*

O que pretendo nesta exposição é colocar algumas informações que possam nos ajudar no debate sobre o tema de hoje, abordando a Política Habitacional Brasileira para a classe trabalhadora como uma POLÍTICA DE FAVELIZAÇÃO ou seja uma política que visa garantir o rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho. Não trazemos nada de novo pois bastaria olharmos para a maioria das cidades brasileiras, especialmente as grandes cidades, para reconhecermos nas mesmas a imagem de uma imensa favela, entretanto acredito que a forma um pouco inusitada de tratar a questão pode nos ajudar a fazer uma compreensão mais adequada da questão habitacional.

81

Para falar sobre o tema da política habitacional e a classe trabalhadora gostaria de lembrar inicialmente que as condições habitacionais dos trabalhadores são secularmente problemáticas. É sabido que aos trabalhadores, sempre que houve dominação, foi dada uma condição habitacional de penúria e que com o advento da industrialização estas condições, paradoxalmente à possibilidade que a indústria colocava de dar acesso a um grande número de pessoas aos produtos então fabricados em grande quantidade, as condições habitacionais dos trabalhadores se agravaram.

\* Pronunciamento no II SEMINÁRIO SOBRE CONDIÇÕES DE VIDA DO TRABALHADOR promovido pelo Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba em 18 de outubro de 1983 em João Pessoa-PB.

\*\* Arquiteto, professor do Departamento de Arquitetura da UFPB.



Com a necessidade de concentrar força de trabalho em pontos do território as condições de vida dos trabalhadores se deterioraram a níveis inimagináveis, exigindo jornadas de trabalho muito prolongadas bem como o trabalho das mulheres e das crianças como se pode constatar por algumas descrições sobre as condições de vida da classe trabalhadora após a industrialização. 1

Como não poderia deixar de ser é intrínseco ao agravamento das condições de vida da classe trabalhadora que as condições habitacionais também sofram um processo de deterioração e especialmente nos momentos em que tais condições representaram um problema, uma ameaça ou um empecilho para as classes dominantes, o problema habitacional ganhou os noticiários da imprensa, atingiu a "opinião pública" e se tornou um caso de saúde pública, ou mesmo, como é mais conhecido pela nossa experiência recente, tornou-se um caso de polícia, maneira pela qual por muito tempo os problemas das favelas foram tratados entre nós.

Mas falar hoje, no Brasil, do problema da habitação para os trabalhadores pode parecer algo um tanto insólito; não que os trabalhadores tenham deixado de ter graves problemas habitacionais, mas pelo fato de que a maioria dos trabalhadores brasileiros hoje está se defrontando com um problema 82 VITAL, que coloca a questão habitacional de certo modo em um plano secundário.

Basta lembrar que os trabalhadores, castigados pelo desemprego — como acontece quando a seca os castiga no nordeste — estão recorrendo também em outras regiões do país aos saques de armazens e supermercados para proverem a sua alimentação e a de suas famílias.

Mas como a alimentação não é a única necessidade do trabalhador para que este possa sobreviver, a si e à sua família, ele tem que comer, repousar, vestir-se, transportar-se, medicar-se etc. para poder trabalhar, vender sua força de trabalho, com o que receberá um salário para pagar os gastos que terá, necessariamente que realizar, para poder voltar a trabalhar, ou seja, para reproduzir a sua força de trabalho, como já foi discutido ontem neste seminário.

É procurando entender a habitação como um dos itens com os quais se tem gastos para se poder reproduzir a força de trabalho que procurei analisar o tema de hoje.

Mas logo de início devemos ressaltar duas coisas: primeiro o fato de que a habitação é uma necessidade complexa, não se limitando estritamente a um teto para repousar, é necessário que se tenha acesso às condições de abastecimento de água, luz e esgoto, que se possa estar próximo ou ligado através dos meios de transporte ao trabalho, às escolas, creches, hospitais, ao comércio, enfim, a habitação está ligada a um conjunto de necessidades que tem cada uma

delas um preço; em segundo lugar cabe lembrar que é com os salários recebidos como pagamento ao trabalho realizado que o trabalhador poderá suprir seu conjunto de necessidades.

Mas vejamos o que tem acontecido com o salário dos trabalhadores brasileiros: seus salários historicamente têm apresentado uma tendência a perder seu poder de compra, tendência esta que pode ou não ser invertida dependendo da organização política da classe trabalhadora.

Se atentarmos para o fato de que à partir de 64, com o golpe militar, o poder político dos trabalhadores foi anulado pela força, entenderemos a razão pela qual o poder aquisitivo dos salários sofreu quedas significativas neste período, em que pese a aparente prosperidade vivida de 68 a 74, conhecida como o "MILAGRE.., que fez crescer o bolo e que aos trabalhadores nunca foi dado comer uma parte deste bolo, apesar de ser o seu trabalho o gerador de toda a riqueza social deste período.

Para nos atermos a alguns dados recentes, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) divulgou<sup>2</sup> que no início deste mês de outubro, pela primeira vez na história, o salário mínimo não é suficiente para adquirir a razão essencial mínima para um trabalhador adulto sobreviver. O salário mínimo da região sudeste é de Cr\$ 34.776,00 enquanto a razão mínima previsto pela constituição da república, que considera 83 não só o trabalhador mas toda a sua família, deveria ser de Cr\$ 220.477,23.2

O economista Francisco Carrion Jr., em artigo na Folha de São Paulo,<sup>3</sup> nos informa que o governo parte da premissa que os salários representariam 60% da renda nacional, ao definir a política salarial, enquanto dados do Ministério do Trabalho (RAIS)<sup>\*\*\*</sup> indicam a participação dos salários em apenas 30% da renda; além disso, o Brasil possui a maior Jornada de Trabalho do mundo, com 48 horas semanais enquanto o Japão, Austrália, Perú e Chile apresentam jornadas semanais de 40 horas. Entretanto temos o menor salário da América Latina, o qual representa a metade do recebido no Paraguai e menos da metade do fixado na Argentina, Colômbia e Panamá. Soma-se ainda o fato de que 64% dos brasileiros empregados ganham menos que dois salários mínimos e 95% menos que 10 salários, além de 15% das pessoas em idade de trabalhar não encontrarem emprego e outras tantas estarem subempregadas.

Somente estes dados já nos revelam como são limitados os recursos da maioria dos trabalhadores brasileiros para resolver suas necessidades habitacionais.

O economista Guido Mantega,<sup>4</sup> em artigo recente, nos mostra como as empresas não financeiras nacionais e estrangeiras conseguiram, neste período de crise da economia, reascender suas taxas de lucro de 8,5%, em 1981, para 8,6%, em 82, as nacionais, e de 8,8% em 81 para 10,2% em 82 as estrangeiras,

através "da deterioração dos custos com a mão-de-obra".<sup>4</sup>

"As empresas não financeiras conseguiram a proeza de elevar seu faturamento e seus lucros com a redução do número de funcionários que de 1981 para 1982 caiu de 3,9% nas empresas privadas nacionais e de 6,4% nas estrangeiras. Desta forma, os trabalhadores que permanecem empregados estão trabalhando por si e pelos colegas despedidos, elevando a produtividade da mão-de-obra sem qualquer remuneração. É assim que estão sendo distribuídos os sacrifícios da crise brasileira...<sup>4</sup>

Com estas breves ilustrações é bastante fácil pensar que esta situação se desdobra na condição habitacional dos trabalhadores.

De fato se formos aos jornais de 1981 encontraremos um sem número de notícias, principalmente a partir do mês de setembro, que nos dão conta de vários casos de invasões ocorridas na cidade de São Paulo, não por acaso na zona leste da cidade, reunindo os conjuntos de até 2.000 famílias, que invadiram terras públicas ou particulares na tentativa de ajustar seus gastos com o item habitação ao desemprego e ao arrocho salarial.<sup>5</sup>

84 Estes acontecimentos muito freqüentes em São Paulo se disseminaram pelos demais Estados havendo referências de invasões pelo menos, em Goiás, Rio de Janeiro, Fortaleza, como também temos o nosso caso da invasão do Jardim Veneza, aqui em João Pessoa, em setembro de 1982, onde foi adotada a inovação da polícia despejar os invasores utilizando-se de detentos da penitenciária local, enquanto que na maioria dos casos os despejos realizados por força de sentença judicial (ações de reintegração de posse) foram executados por efetivos das polícias militares, armados como se estivessem indo para a guerra das Malvinas.

Somam-se a estes, os casos de invasões de conjuntos habitacionais do BNH desocupados ou mesmo inclusos como se tem notícia em algumas cidades, é o caso do Conjunto Centreville em São Paulo e do Conjunto Mangabeira em João Pessoa.

São Paulo experimentou em 1981 um crescimento populacional da ordem de 44% enquanto as favelas da cidade cresceram em 446%.

É evidente que se nota um grande reajuste das condições de moradia, principalmente da população de níveis de renda mais baixos, ajustando-se à política econômica.

Eu diria que neste processo se torna mais evidente, é quase visível, uma POLÍTICA HABITACIONAL DE FAVELIZAÇÃO, o que nos permite evitar o equívoco comum de associarmos a existência de uma Política Habitacional como algo colado ao BNH, ou melhor ainda à Política do BNH.

Não que o BNH não seja importante como um dos instrumentos oficiais de elaboração da política habitacional e urbana.

Pois que o próprio BNH neste processo vai trazer também a sua contribuição à favelização, com os reajustes das prestações acima dos índices inflacionários, os famosos 130% de reajuste cobrados dos mutuários a partir de julho deste ano.

Mas para não ficar por aí, já que eu me referi ao BNH, gostaria de ressaltar que sua ação é insignificante quanto ao atendimento que proporciona à maioria dos trabalhadores, bastando para verificar isto lembrarmos que quem tem rendimentos inferiores a três ou possivelmente hoje a cinco salários mínimos não é aceito pelos critérios do Banco (Comprometimento de renda) para "receber Casa", e recordarmos que 64% dos brasileiros empregados recebem até dois salários mínimos e 95% menos que 10 salários.

Os profilurb, profavela e promorar, que são relativamente recentes e destinam-se às rendas inferiores são, por seu turno, a "criação" oficial da favela pelo próprio banco, através de seus agentes.

Mas não é sem oposições dos trabalhadores que este processo tem se realizado. As ações de remoção de favelas para conjuntos habitacionais inauguradas no Rio de Janeiro com as Vilas KENNEDY, ESPERANÇA e ALIANÇA, e posteriormente desenvolvidas pelo BNH não passaram sem arranhões e sem 85 resistência pela goela a baixo dos trabalhadores, as críticas às novas localizações, distantes do emprego, sem os serviços urbanos, sem água, luz, etc. encontraram várias resistências, muitas críticas foram feitas à política de remoção de favelas, pois o que se removía era o empecilho representado pela habitação do trabalhador próximas aos centros urbanos para dar lugar a um novo urbano, o urbano do capitalismo industrial oligopolizado, associado ao capital estrangeiro, para dar lugar à especulação imobiliária, para dar lugar ao novo urbano que se estruturava com as políticas de desenvolvimento urbano, criando a nova base física necessária ao capitalismo oligopolista.

O que eu gostaria ainda de tocar é em dois pontos que restam sem um certo detalhamento; e que são: 1) Como este reajustar constante das formas de morar dos trabalhadores reverte aos interesses do capital; 2) Qual a importância do BNH com sua complexa estrutura financeira, se ele foi apresentado aqui como relativamente desimportante para a política habitacional de favelização.

Quanto ao primeiro ponto, eu gostaria apenas de reforçar que o refazer permanente do morar do trabalhador permite que lhe seja pago um salário inferior aos custos necessários à sua sobrevivência, pois conta com um trabalho adicional dos trabalhadores nas horas de folga, nos fins de semana, no mutirão, na construção/manutenção permanente de suas moradias que nunca ficam prontas, distantes do emprego, sem infra-estrutura e equipamentos sociais do

mesmo modo que as demais formas de produção de valores de uso realizadas pelo trabalho doméstico da mulher, das hortas caseiras, da roupa lavada para o bairro "classe média", dos biscates, dos amendoins vendidos pelos pirralhos por toda a cidade; que vão exigir um trabalho adicional para permitir a sobrevivência rebaixando os salários e alimentando os setores dinâmicos da economia.

Quando ao segundo ponto, creio haver um importante papel para o BNH e sua sofisticada estrutura financeira.

Primeiramente este funciona como um catalizador de dinheiro do público para a atividade produtiva com o SEPE e com o seguro patronal do desemprego, o FGTS, cotizando, entre os empregadores um fundo para acabar com a estabilidade do emprego e permitir a rotatividade da mão-de-obra recursos estes — os do FGTS — que são drenados para outras atividades mais urgentes para a produção através da aquisição de títulos da dívida pública. Mas grande parte dos recursos do sistema financeiro da habitação são empregados no fomento ao desenvolvimento urbano, dando vitalidade ao setor da construção civil, que embora opere com baixa produtividade e seja controlado pelo capital nacional, tem fundamental importância para o refazer permanente da urbe do capital, que precisa ser permanentemente reformada, seja pela remoção das habitações para dar lugar à infra-estrutura da cidade oligopolista, seja para formar os bairros classe média, com os gerentes da nova ordem e os funcionários da burocracia residindo no CRISTO e em TAMBÁU, como os professores universitários por exemplo, seja para nos momentos de crise da economia amparar a construção civil, esta ferramenta indispensável, construindo habitações populares, menos rentáveis é certo, mas inevitáveis quando os apartamentos classe média não encontram demanda, seja quando o governo precisa dos votos nos momentos pré-eleitorais, seja ainda para ampliar as fronteiras da cidade para além do imaginável, como os conjuntos José Américo e Ernesto Geisel fizeram nossa cidade pular a BR-230 em 1978 e o conjunto Mangabeira e Grotões completaram a obra em 1982.6

## NOTAS

- 1 Sobre o assunto ver: ENGELS, F.: **A situação da classe trabalhadora Em Inglaterra**, Dado Afrontamento, 1975.  
Foot-Hardman, Francisco: **Vida Operária**: in *Brasil História*, vol. 3.  
FOOT-HARDMAN, Francisco e LEONARDI, Victor – **História da Indústria e do trabalho no Brasil**. ed. Global, São Paulo, 1982, Col. Teses-6  
ENGELS, F: **Contribuição ao Problema da Habitação** in *Datas Escolhidas de Mara e Engels* vol. Alfa-Omega, S. Paulo, Vol. 2. pp. 104-182.
- 2 Folha de S. Paulo: **CESTA BÁSICA JÁ SUPERA O SALÁRIO MÍNIMO**. F. S. P. 04-10-83 Pg DI e **Salário Mínimo já não dá para alimentar uma única pessoa**. Folha de São Paulo, 04-10-83 p. 11.
- 3 CARRION, Dr. Francisco. **Terminologia Moderna para Prática Antiga**. Folha de São Paulo, 11-10-83 p. 01
- 4 MANTEGA, Guido **Quem Ainda Lucra com a Crise? Brasileira** Folha de São Paulo 13-10-83 p. 8.
- 5 Ver sobre o assunto – Laviari, João Roberto **Crise da Habitação: Mobilização popular versus Estratégias Oficiais**, 1982.
- 6 ver sobre o assunto – Souza, Idamiram Batista de, **Estudo da Localização dos Conjuntos Habitacionais em João Pessoa**, Trabalho de diplomação em arquitetura, CAU-UFPb 1982



MARONI, Amnérís, *A Estratégia da Recusa: Análise das Greves de Maio/78, São Paulo, Brasiliense, 1982.*

*A Estratégia da Recusa, tem como centro básico de atenção e análise, o cotidiano operário no interior do processo fabril. A fábrica, enquanto instância de produção, que detém processos de organização, temporal e espacial, próprios; isto é, uma racionalidade intrínseca traduzida no poder criador da máquina, e neste sentido, na subjugação do homem trabalhador a este poder, é o palco de desenvolvimento principal da luta operária. Palco, este, segundo a autora, negligenciado pela historiografia brasileira contemporânea que, detentora de alguns mitos sobre o como deverá se dar o processo e o comportamento do movimento operário, se silencia (ou não se permite ver) em relação ao processo real, cotidianamente construído, das lutas operárias recentes.*

*O novo é recusado, ou tido como irrelevante para o entendimento do processo onde se desenvolve o movimento operário, ao se chocar com o padrão (mito) teórico daqueles que se colocam como detentores do saber abstrato no qual deverá se delinear cada ação, ou a ação operária. Isto, por dois motivos principais: o primeiro, diz respeito ao mito da organização capitalista do processo de trabalho, como fator necessário ao desenvolvimento econômico da sociedade, isto é, ao desenvolvimento das forças produtivas. O que significa, que a própria racionalidade capitalista, que subjuga e domina os homens, é tida como necessária, e neste sentido, como neutra, quando o seu desenvolvimento devolverá (quase que linearmente), pela socialização crescente, subjacente a cada avanço técnico, a capacidade de desalienação, processando, assim, os meios necessários a superação da ordem capitalista. O fim da alienação, enfim, estaria implícito ao desenvolvimento das forças produtivas.*

O segundo motivo diz respeito a uma intencionalidade política, esboçada nos anos 20, para todo o movimento operário, através do II Congresso da Internacional Comunista, onde se privilegiou o partido político, em detrimento da classe operária, como principal condutor das lutas por ela travada. A classe operária passa, deste modo, a ser visualizada como incapaz de por si só fazer a revolução por não poder desenvolver mais do que uma consciência imediatista, tornando-se o partido o verdadeiro protagonista da ação da classe operária, enquanto portador e agenciador de sua consciência política. Esta visão, estendendo-se até os limites da organização e luta puramente econômica. Neste campo, também, os operários, por si só, não iriam além de atitudes individualistas, sendo necessária uma organização intermediária, os sindicatos, aos quais caberiam o papel contratual das reivindicações econômicas da classe.

Amnérís Maroni busca fugir desta ótica tradicional de análise do movimento operário, partindo da análise do processo fabril como o momento essencial do político. A luta operária se manifesta através de uma Estratégia da Recusa, que reinventa uma nova ordem, quebrando o automatismo da produção e recuperando o homem, enquanto ser criador. Neste sentido, o espaço fabril se torna o campo essencial de luta, quando da reapropriação do espaço da racionalidade do capital em um movimento contínuo de recusa, objetivada nas operações tartarugas e outros processos de se impor à máquina.

Por outro lado, a proposta, magnífica, da Maroni, perde-se no processo de análise que ela busca realizar dos movimentos paredistas de maio de 1978. Ao analisar estas greves, ela esquece o seu ponto de vista fundamental, da organização operária na fábrica, enquanto momento de autonomia, e passa a encarar o sindicato (São Bernardo) como a instância necessária para a organização e encaminhamento político-contratual das reivindicações operárias. A fábrica, neste instante, para a autora, deixa de ser o ponto nodal de organização e luta, passando para o sindicato o assumir tal organização.

89

Nas análises que ela tenta realizar em algumas comissões de fábrica no dia-a-dia das greves de 1978, ela esquece o conceito de autonomia, tão caro a sua análise teórica, passando ao sindicato o papel central da organização e mobilização dos trabalhadores; afirmando, mesmo, a fluidez das próprias comissões existentes, no sentido de encaminhar a luta.

O que é uma pena, e que demonstra, ao mesmo tempo, a falta de uma pesquisa mais aprofundada sobre as condições reais do processo das lutas no interior das fábricas, a formação dessas comissões e suas perspectivas enquanto canal de autonomia (possível). A proposta teórica é bonita e deve ser prosseguida, mas falta a vivência da pesquisa no cotidiano das lutas, um aprofundamento, será que podemos dizer, mais empírico... Sem tal aprofundamento só resta uma proposta de pesquisa a ser feita e que merecia ser bem mais refletida.

Mauro Guilherme Pinheiro Koury



PCB 1922-1982 Memória Fotográfica São Paulo, Brasiliense, 1982.

LIMA, Heitor Ferreira — Caminhos Percorridos, São Paulo, Brasiliense, 1982.

Como resenhar uma Memória Fotográfica? Como dar vida às palavras para retratar imagens? Talvez melhor fotografar. Talvez melhor resenhar com imagens estas interessantes, belas, feias, inteligentes fotografias. Uma Memória Fotográfica do Partido Comunista Brasileiro. A primeira memória Fotográfica do PCB; talvez da luta de entidades/partidos que se reivindicam do proletariado.

Mas o livro não vale só pela beleza do trabalho, pelo interesse/importância das fotos e do registro; vale também pelo texto. Conciso, informativo, claro, não superficial, cuidadoso e para quem vem acompanhando a recente bibliografia sobre os comunistas no Brasil (PCB, Conflito e Integração de Ronald Chilcote; O Partidão de Moises Vinhas; Breve História do PCB de José Antonio Segatto; A Democracia e os Comunistas no Brasil de Leandro Konder; O Partido Comunista na Genese do Populismo de Arnaldo Spin-del; O PCB no Quadro Atual, da Política Brasileira de Pedro Del Picchia; Prestes: Lutas e Autocríticas de Denis de Moraes e Francisco Viana etc. etc.) certamente um texto com algumas informações e dados novos e, por vezes, inéditos. Claro que tudo isto transpassa-

90 do durante todo o texto por uma dada interpretação da história do PCB. Aquela que hoje reúne, não sem conflitos e divergências, parte do comitê central do PCB e os chamados "eurocomunistas". Obviamente esta não é a única forma de interpretar a história do PCB, mesmo entre as cisões do PCB (antigas como o PC do B que se reivindica como verdadeiro continuador do velho partido de 1922 ou recentes como o grupo prestista) as interpretações são diversas e até em determinados e não desimportantes momentos totalmente contrários. Entretanto se estar informado por uma dada interpretação da história do PCB não invalida o texto, traz-lhe problemas e certas limitações bastante sérias. Por exemplo, na página 67 os autores escrevem que o partido na conjuntura 1943 -1947 combate "algumas movimentações grevistas". O equívoco de tal afirmação é gritante: no pós-guerra a política deliberada do PCB é desestimular e até impedir os movimentos parciais da classe trabalhadora e insistir na colaboração de classes com sua política de união nacional (ver, por exemplo, Elias Chaves NETO — Minha Vida e as Lutas de Meu Tempo, p. 88 e 89). E este é um exemplo de outros possíveis.

Se este livro tem novidades fotográficas e no texto, também o de Heitor Ferreira Lima as tem. Daí porque reunir nesta resenha a Memória Fotográfica e a Memória de Heitor: ambas trazem dados novos para quem quer conhecer a história da luta da classe trabalhadora no Brasil e para quem também quer, no mínimo, não repetir erros, muitos aliás cotidianos nas práticas da esquerda brasileira.

A novidade básica dos Caminhos Percorridos de Heitor Ferreira Lima é centrar seu depoimento sobre a década de 1930. Década fundamental. Década de mudanças para o PCB: queda da velha direção dos fundadores do partido; "proletarização"; mudanças de linha política; filiação e ascensão de setores médios (militares ou não) no partido e em sua direção.

Instável e fundamental, este período determinado depois destes diversos depoimentos e estudos continuava e ainda continua, em boa parte, como se verá, obscuro. Porque tais lutas internas? Porque as constantes alterações de direção/dirigentes? Porque esta modificação de composição social? Qual o papel da Internacional Comunista nestas

mudanças? Os livros anteriores quase nada acrescentam para responder estas questões e aqui se inclui o esperado e decepcionante depoimento de Luiz Carlos Prestes nas suas lutas e auto-críticas. O livro de Heitor e o recente artigo do professor Leôncio Martins Rodrigues, apesar de problemas, trazem dados novos e indicam alguns caminhos para que as respostas àquelas perguntas se tornem possíveis. Heitor, em especial no capítulo "Anos de Duros Combates", traz ao debate a "reorganização partidária após 1930", o aventureirismo dos anos 30 e a luta interna ocorrida no PCB por volta de 1937. Pena que sua visão dos anos 30 apresente involuntárias limitações: uma decorrente de seu "exílio partidário" no Nordeste, o que o impede de acompanhar com os detalhes e a profundidade necessários a "proletarização" do PCB e sua "superação" e outra, certamente menos pronunciada, ocasionada pela sua participação como protagonista, posteriormente preso, na luta interna do PCB por volta de 1937.

Estas limitações, apesar da indiscutível importância do livro, impedem o texto de esclarecer de forma cristalina o que ocorre na década de 30 dentro do PCB. Mas, talvez não se dê mesmo é esperar tal esclarecimento de nenhum livro isoladamente. O certo é que para saber o que acontece no PCB nestes anos fundamentais de sua história é estritamente necessário conhecer aquilo que ocorre com o partido em determinados estados brasileiros. Heitor fala rapidamente de alguns por onde passou no seu "exílio partidário pelo nordeste", no entanto necessita-se de um conhecimento bem mais aprofundado. Vejamos um exemplo.

Quando falamos da necessidade de estudos regionais da história do PCB — e porque não das lutas sociais — não podemos deixar de fora o estado da Bahia. Isto porque durante esta década se forma e vive na Bahia toda uma importante geração de militantes. Por exemplo: Carlos Marighella, Mário Alves, Jacob Gorender, Armenio Guedes, Maurício Grabois, Jorge Amado e inúmeros outros são baianos e Diógenes Arruda, Moisés Vinhas e outros vivem e militam na Bahia, na década de 30. Toda esta geração de militantes tem papel destacado na história posterior do PCB, a começar pela reorganização do partido em 1942.

Mas aqui temos um outro "enigma baiano": porque forma-se esta geração de militantes na Bahia dos anos 30? Sabemos que praticamente não existe nenhuma participação baiana no PCB anterior à 1930. Por exemplo: nenhum delegado baiano participa dos três primeiros congressos do partido realizados na década de 20. Sabemos também que apesar de algumas manifestações significativas, principalmente na conjuntura 1917-1921, não existe na Bahia nenhuma tradição mais forte de lutas sociais de trabalhadores urbanos ou rurais, que sirva de base/referência para formação de lideranças que se reivindicam comprometidos com as lutas dos trabalhadores. E sabemos ainda que a década de 30 "assiste" à real implantação do PCB na Bahia, tanto que depois da derrota dos levantes de 1935, o órgão central do PCB — A CLASSE OPERÁRIA — passa a ser editada na Bahia, durante certo período. Claro que para isto também contribui a relativamente moderada repressão aos levantes na Bahia, mesmo porque nada mais significativo ocorre neste estado. Aliás com a repressão em outros estados, alguns militantes, como Moisés Vinhas fogem e passam a viver na Bahia por algum tempo.

Ainda nesta década acontece na Bahia algo similar com o que ocorre com o PCB a nível nacional: o aumento de influência/participação de setores médios no interior do partido. Mas se a nível nacional neste processo de modificação da composição social pesam bastante os elementos tenentistas, no caso da Bahia estes elementos praticamente inexistem, fazendo com que este processo tenha características particulares. Aí os setores médios que ingressam no PCB provém basicamente da Universidade, do estudantado e

dos "profissionais liberais", como jornalistas etc. O trabalho partidário nestes setores, o movimento aliancista e posteriormente a resistência anti-facista parecem ser as bases deste processo de implantação e modificação de composição social. No final da década de 30, por exemplo, militantes do PCB na Bahia organizam e dirigem SEIVA, uma revista-cultural e anti-facista, talvez em determinados momentos a única revista anti-facista circulando no Brasil. Isto nos leva a outros problemas: quais são as bases/condições sociais locais que permitem o movimento de organização do PCB na Bahia e especialmente em determinados setores sociais? Sem dúvidas, um estudo que se detivesse nestes problemas e em outras questões próximas traria importantes dados para a história do PCB e das lutas sociais no Brasil.

Antonio Albino Canelas Rubim

92

LAINO, André O Controle Fabril: poder e autoridade do capital Petrópolis, Vozes, 1983.

Num trecho de a "Jornada de Trabalho", capítulo VIII de O Capital, Marx faz referência à subordinação da saúde ao capital: "O Capital não se preocupa com a saúde e a vida do trabalhador se não for pressionado pela sociedade". Esta passagem ilustra o tema de abordagem do trabalho de André Laino, recentemente publicado, pela Editora Vozes. Fruto de uma pesquisa realizada para o programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH da UNICAMP; este trabalho se insere dentro da tradição da "sociologia do trabalho" procurando focar o problema da administração e produção do capital e sua relação/contradição com os sujeitos vivos do processo produtivo: os operários de uma indústria de molas da cidade de Campinas, no Estado de São Paulo.

As investigações no campo da Sociologia do Trabalho, sob forte inspiração funcionalista, tendo George Fridmann e Pierre Naville como figuras proeminentes, abriu um vasto campo para a compreensão das condições de vida e trabalho no interior do sistema produtivo. Estas contribuições não podem ser relegadas a segundo plano nas investigações sociológicas. André Laino recupera o que há de melhor da "sociologia do trabalho", a partir de uma análise marxista do processo produtivo.

No primeiro capítulo, o autor, procura, a partir do discurso dos operários da indústria de molas, recuperar o "imaginário da condição operária", reconstituindo um passado recente da industrialização no Estado de São Paulo. Os discursos aparecem entrecortados por uma idealização do passado: "antes era melhor. Melhor em liberdade. Vai aumentando o pessoal, eles... cortando liberdade" (p. 33). Memória operária; ritmo da produção; tempo social são os recortes que, unificados neste estudo de Laino, nos dão uma idéia da divisão "racional" do sistema produtivo no interior do sistema fabril e da "irracionalidade" aparente da sociedade. Esta relação entre fábrica e sociedade será aprofundada no capítulo terceiro.

No segundo capítulo, temos um detalhamento preciso das unidades de produção a partir de uma classificação das seções e das relações de trabalho contraditas em seu interior. A autoridade e o papel do capital são elementos substantivos do processo de valorização do capital, que ao transcender a unidade fabril, atinge a família operária, aprisionando-a em suas malhas: reproduzem-se assim, no interior da família, as leis que regem o capital.

A família é a unidade da reprodução do capital; e a mulher operária é a parte explorada desse sistema; o capital subtrai a mais-valia do trabalho operário, como parte substancial do processo de valorização e incorpora a este processo o trabalho não pago da mulher. Em duas passagens, o autor, deixa claro a relação de dominação no interior da fábrica e sua extensão ao lar operário. Depois de uma intensa jornada de trabalho durante uma semana inteira, "as relações familiares ficam tensas e críticas. O cansaço das noites na fábrica, apropriadas pelo capital, metamorfoseia-se no sono que invade o dia e entra em sua casa. Para os casados, conviver com a mulher e crianças é um transtorno agravado pela falta de privacidade: alguns moram numa casa de um só cômodo, com a mulher e filho; outros com mulher e três filhos moram numa casa de sala e quarto... Nesta relação, o papel da mulher é fundamental. Além de ser responsável por uma parte considerável da sobrevivência da família, a mulher deve carregar, equilibrar e resolver questões emocionais do grupo" (p. 88).

Cada uma das seções estudadas possuem sua lógica e representam, na dinâmica do processo produtivo, o nível técnico e o grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho. As seções que incorporam trabalhos mais especializado exercem sobre as outras a sua autoridade; o capital consegue desta maneira reproduzir no interior do sistema fabril, e, entre os trabalhadores, a sua lógica de dominação.

93

No terceiro capítulo, Laino faz um recorte entre a vida da fábrica e a vida na sociedade. Recorte aparentemente contraditório, mas necessário para se compreender a dimensão do controle do capital sobre os operários. A medicina cumpre um papel decisivo para a explicação desta mediação. São a enfermaria, o INPS e as Cípas as formas da medicina fabril, que, apesar de suas especificidades particulares, cumprem um mesmo papel, qual seja o de disciplinar a força de trabalho e recuperá-la para o capital. Os acidentes são acobertados pela vigilância repressiva da enfermaria, que recoloca o trabalhador na produção no caso de traumatismos leves. Daí os registros apresentarem uma classificação dos acidentes segundo a linguagem do capital: os acidentes são classificados em "sem perda de tempo" e "com perda de tempo". A vigilância da medicina através de seu instrumental procura realizar exames periódicos para eliminar todos aqueles trabalhadores doentes e improdutivos evitando, assim, custos sociais futuros para a empresa (p. 145).

A este papel fundamental da medicina, associa-se outro, o da difusão de uma "visão monetarista do corpo" que passa a ser incorporado pelos trabalhadores. Daí o "acidente", muitas vezes, ser visto pelo trabalhador acidentado como lucro. O trabalhador passa a traduzir a lógica do capital e a circunscrevê-la na esfera de sua própria vida.

Finalmente, podemos agregar a estas notas um aspecto central da condição operária. Diante de um "quadro" tão desumano, que alternativas encontram os trabalhadores? Qual a estratégia operária frente a autoridade do capital?

Laino responde a estas questões detalhando duas posições: a abordagem de José Leite Lopes, "O vapor do Diabo"; a partir da "invenção criativa" os operários das usinas forjam sua resistência; e a de Celso Frederico, "A vanguarda Operária", sem que os operários a partir da sabotagem forjam a sua resistência à organização capitalista. A primeira posição se insere dentro da tradição sociológica de Durkheim e Mauss, via Pierre

*Bourdieu; a segunda procura compreender a consciência de classe forjada a partir da contradição entre capital e trabalho. Resta saber se são excludentes estas duas posições, ou até mesmo se a "produção criativa" dos operários, colocada por L. S. Leite Lopes, traduz, a consciência operária. Nesse sentido, o livro de Laino aponta algumas questões importantes para entender a resistência operária: estamos diante de estado psicológico condicionado muitas vezes pelo processo produtivo ou diante de uma estratégia operária cuja base repousa sobre a consciência de classe do proletariado?*

*Ivo Ferreira Brito.*

# pesquisas

**FERNANDES, José David Campos. IMPRENSA PROLETÁRIA NO NORDESTE: 1889-1930.** Grau a ser obtido: *Mestrado*; Área de Estudo: *Sociologia*; Instituição: *Universidade Federal da Paraíba* Início: *Agosto de 1983* Conclusão prevista: *dezembro de 1986*.

O projeto busca realizar um estudo da imprensa proletária no nordeste durante a primeira república, fase imediatamente posterior à abolição da escravatura até o início do governo Vargas em 30, período considerado primordial, no processo de formação do proletariado brasileiro como classe para si. Objetiva contribuir na compreensão da história do trabalho e política no NE; investigar normas entre os diferentes níveis de realidade do proletariado e seu espelhamento em sua imprensa; caracterizar a imprensa proletária, e servir como referencial bibliográfico, dado a inexistência de trabalhos mais aprofundados e genéricos do tema.

95

**KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. MAPEAMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PARAÍBA: 1900-1980.** Instituição Financiadora: *CNPq-Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*; Início: *Janeiro de 1982*; Conclusão prevista: *dezembro de 1985*.

O projeto tem como objetivo principal a elaboração de um mapeamento das lutas sociais ocorridas na Paraíba, no período de 1900 a 1980. Busca-se, paralelamente, pesquisar a formação do trabalhador urbano e as modificações sofridas, a partir do século XX na composição da mão-de-obra rural paraibana, assim como as estratégias de sobrevivência destes setores em relação a ampliação da exploração do capital. A importância desta pesquisa resulta da total escassez de dados sobre a realidade paraibana, causando verdadeiro óbice ao entendimento e ensino sobre a Paraíba. O estudo está sendo realizado prioritariamente, a partir do levantamento de jornais existentes na Paraíba, no período estudado.

**KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro** e pesquisadores associados (Síl-  
vio Frank Alem, Cláudio Egler, Tamara Tania Cohen, José Arlindo Soares,  
Neiliane Maia, Joana Neves, Maria do Céu Medeiros, Jacob Carlos Lima e  
Eliana Monteiro Moreira). **FONTES PARA A HISTÓRIA DA INDUSTRIA-  
LIZAÇÃO DO NORDESTE: 1889-1980.** Instituição Financiadora: *FINEP –  
Financiadora de Estudos e Projetos*; *Início: setembro de 1983* *Conclusão  
prevista: agosto de 1985.*

O projeto tem por objetivo a constituição de um acervo documental sobre a histo-  
riografia regional, no período correspondente aos anos de 1889 a 1980. Dar-se-á priori-  
dade aos aspectos da 1) evolução da indústria no Nordeste e sua relação com a proble-  
mática urbana; 2) formação e manifestações políticas do empresariado nordestino, mais  
o papel do Estado frente aos mesmos; e 3) da formação da classe trabalhadora na região:  
condições de vida e trabalho, organização e manifestações reivindicatórias e políticas de  
classe.

96 O NDIHR, através desta pesquisa, pretende formar um arquivo sobre a História  
da Indústria e do Trabalho no Nordeste, se colocando como ponto de convergência de  
informação, para pesquisadores e estudiosos da questão, através do trabalho de organiza-  
ção e sistematização de referência e registros de fontes documentais contidas em acervos,  
de arquivos públicos e particulares, já existentes. Ao mesmo tempo que, através de uma  
política de sensibilização, tornar possível, a formação de um arquivo documental próprio,  
incentivando doações, informações sobre novos arquivos, e permissão para microfilmagem  
de documentos, em estado lastimável de conservação.

**RUBIM, Antonio Albino Canelas.** **A POLÍTICA CULTURAL  
DOS MARXISTAS NO BRASIL.** Grau a ser obtido: **Doutorado**;  
Área de Estudo: **Sociologia**; **Instituição: Universidade de São  
Paulo**; **Início: Julho de 1982** **Conclusão Prevista: Março de 1985**;  
Orientador: **Gabriel Cohn.**

Apesar do aparecimento recente de inúmeros trabalhos — teses, livros, memórias,  
artigos, documentos, etc — sobre os marxistas no Brasil, nenhum deles se detém priorita-  
riamente sobre a(s) política(s) cultural(ais) proposta(s) explícita ou implicitamente, pelos  
marxistas organizados em entidades políticas.

É este vazio que se pretende desvendar nesta pesquisa. Seu objeto é a política cultural dos marxistas no Brasil, entendida como aglutinação de políticas relativas à cultura, ao modo de produção de bens culturais, aos intelectuais, ao modo de vida e aos valores étnico-morais. Esta política, por momentos expressa de forma explícita, na maioria das vezes "brota" pontual e subrepticiamente nas práticas e discursos do movimento marxista.

A contemporânea importância de questões incluídas e inerentes a uma política cultural; a necessidade de uma visão mais totalizante e pluridimensional da ação/reflexão dos marxistas no Brasil são as justificativas presentes para a pesquisa.



## Aos colaboradores:

- 1 — São aceitos para publicação trabalhos de interesse para a área de política e trabalho.
- 2 — A publicação dos trabalhos está condicionada a pareceres dos membros da Comissão Editorial.
- 3 — A Comissão Editorial não se compromete a devolver os originais que lhe são enviados, nem se obriga a manter correspondência sobre os mesmos.
- 4 — São de exclusiva responsabilidade dos autores as opiniões e conceitos emitidos no trabalho. Contudo, a Comissão Editorial, reserva-se o direito de sugerir ou solicitar modificações aconselháveis ou necessárias.
- 5 — A revista, publicada semestralmente, tem como prazos MÁXIMOS de entrega de material: 1 de abril para o número de JUNHO e 1 de outubro para o número de DEZEMBRO.
- 6 — Os trabalhos deverão atender as normas abaixo:
  - a) os trabalhos deverão ser apresentados em duas vias (original e cópia) datilografados em espaço duplo, com margens de, no mínimo 3 cm; não devendo ultrapassar 25 páginas, o texto deverá ser escrito corridamente, sem intercalação de tabelas e figuras que, feitas em folhas separadas, serão anexadas no final do trabalho.
  - b) siglas e abreviações de nomes e instituições, ao aparecerem pela primeira vez no trabalho, serão colocadas entre parênteses e precedidas do nome por extenso.
  - c) as notas, numeradas correlativamente, deverão ser apresentadas segundo modelo a seguir:

### Para livro

1) nome do autor; 2) título da obra (sublinhado); 3) número da edição (se não for a primeira); 4) local de publicação; 5) nome da editora; 6) data de publicação; 7) número da página citada.

### Para artigo

1) nome do autor; 2) título do artigo (entre aspas); 3) nome do periódico (sublinhado); 4) volume e número do periódico; 5) número das páginas do artigo; 6) local e data de publicação; 7) número da página citada.

- d) Não deve ser incluída bibliografia ao final dos trabalhos.
- e) As notas deverão vir em páginas separadas, no final do trabalho.
- f) com a publicação do trabalho o autor receberá 05 volumes da revista.
- g) Os trabalhos deverão ser remetidos a:

Comissão Editorial

Revista Política e Trabalho

Mestrado em Ciências Sociais

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Universidade Federal da Paraíba

Campus Universitário

58000 — João Pessoa — Paraíba